

Reinaldo Lindolfo Lohn

**CAMPOS DO ATRASO, CAMPOS MODERNOS:
discursos da Extensão Rural em Santa Catarina
(1956-1975)**

**Universidade Federal de Santa Catarina
inverno de 1997**

Reinaldo Lindolfo Lohn

**CAMPOS DO ATRASO, CAMPOS MODERNOS:
discursos da Extensão Rural em Santa Catarina
(1956-1975)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Grau de Mestre em História, à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Shmitz

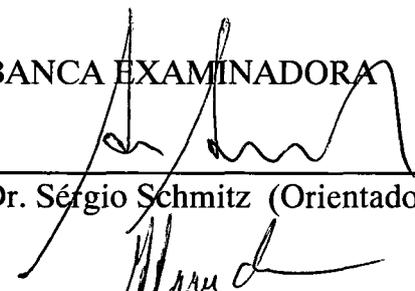
**Universidade Federal de Santa Catarina
inverno de 1997**

CAMPOS DO ATRASO, CAMPOS MODERNOS: DISCURSOS DA
EXTENSÃO RURAL EM SANTA CATARINA 1956-1975

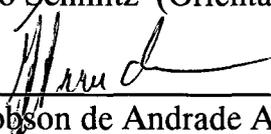
REINALDO LINDOLFO LOHN

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

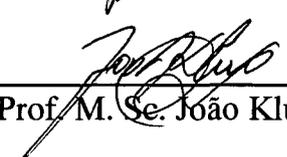
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sérgio Schmitz (Orientador)



Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda



Prof. M. Se. João Klug

Prof. Dr. Dante Marcello Claramonte Gallian (Suplente)

Florianópolis, 07 de agosto de 1997

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)**. Florianópolis: 1997. 219 p. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Sérgio Schmitz

Defesa: 07/08/97

Análise dos discursos produzidos pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da Extensão Rural no Estado. Estuda como foi construído historicamente um discurso que propugnava a necessidade de superar o que era considerado o agricultor atrasado, pondo em seu lugar um “novo” produtor rural, através de mudanças culturais possibilitadas pela tecnologia.

Palavras-chave: agricultura; atraso; tecnologia; extensão rural

AGRADECIMENTOS

- Ao pessoal do grupo de estudos, Rosa, Patrícia, João, Léa, Karen, Miranda, Méri e aqueles com os quais foi possível manter um contato mais freqüente, Carola, Mário, Wanderlei, entre outros que a memória injustiça.
- A todos os outros colegas de mestrado da turma de 1995.
- Ao Professor Paulo Pinheiro Machado, que ainda durante minha graduação, chamou-me a atenção para este objeto de estudo.
- Ao Professor Sérgio Schmitz, orientador, pela liberdade.
- A todos os professores da Pós-graduação em História.
- Ao CNPq, apesar dos sustos ...
- Aos servidores da Pós em História, especialmente Jorge e Nazaré, pela simpatia e presteza.
- À Biblioteca Pública de Santa Catarina, Arquivo Público de Santa Catarina, Biblioteca da Epagri, entre outras instituições que permitiram as pesquisas para a realização deste trabalho.
- Ao Avai.
- À minha mãe.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo efetuar uma análise dos discursos produzidos pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), entidade responsável pela implantação e desenvolvimento do Serviço de Extensão Rural catarinense, durante a maior parte da existência dessa espécie de atendimento econômico e educacional aos agricultores no Estado.

Delimitado entre 1956, ano da fundação, e 1975, quando é possível identificar o início de uma crise que transformaria muitos dos pressupostos da instituição, este trabalho privilegia a formação e divulgação de um discurso que obteve a capacidade de fazer-se escutar ao assumir muitos dos aspectos mais comuns das idéias e formulações voltadas ao meio rural nos anos 50 e 60. Era o momento em que o pensamento dualista tratava de dotar a oposição entre cidade e campo de uma dimensão teórica, encarando-a como uma contradição entre o moderno e o arcaico. O meio rural foi identificado como o lugar do atraso, sendo que a raiz do subdesenvolvimento do país encontraria-se nos obstáculos que o Brasil agrário impunha ao Brasil do progresso. Em Santa Catarina, no mesmo período, foi comum a ocorrência de um discurso similar, no qual o Estado aparecia em situação retardatária em relação ao restante do país.

Para a ACARESC, a superação do atraso envolveria a difusão de tecnologias modernas, partindo do pressuposto de que estas seriam capazes de promover uma transformação social, uma mudança que criaria “novos” homens, diríamos novos sujeitos sociais. Atribuiu-se à técnica o poder de resolver os problemas da chamada “realidade” catarinense, localizando na “mentalidade”, nos “hábitos rotineiros”, nos costumes atrasados, as questões a serem enfrentadas pelas políticas públicas para o meio rural.

“O dono quer ver
a terra plantada
diz de mim
que vou pela grande estrada
deixem-no morrer
não lhe dêem água
que ele é preguiçoso
e não planta nada”

(Extraído de “O plantador”, de
Geraldo Vandré e Hilton Accioly)

“Captar no pretérito a centelha da esperança só é
dado *ao* historiador que estiver convicto do
seguinte: se o inimigo vencer, nem mesmo os
mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda
não parou de vencer”.

Walter Benjamin.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
1.A institucionalização do atraso.....	16
2.A cidade contra o campo.....	36
3. A Eliminação do atraso.....	60
4. Os formuladores do novo.....	81
5. O mito do “novo” homem.....	117
6. Tecnologia e mudança cultural.....	148
Considerações Finais.....	201
Fontes.....	206
Referências Bibliográficas.....	213

INTRODUÇÃO:

discursos e Extensão Rural

Já foi-se o tempo em que um certo Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato, fez muito sucesso nos folhetos de propaganda do Biotônico Fontoura, tornando extremamente popular uma imagem de um trabalhador rural, que acabou transformando-se num anti-herói do Brasil moderno. Analfabeto, sujo, indolente, portador de verminoses crônicas, o estereótipo que Lobato constituiu para o caboclo brasileiro, “funesto parasita da terra”¹, persistiu durante largo tempo formando um imaginário que apresenta o lavrador como um eterno necessitado, alguém que precisa ser tutelado pelo Estado e alcançado pelo progresso, pela via férrea, pelo “italiano”, que o “toca” de onde está, “feito cachorro”. “Seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências da lei do menor esforço - e nisso vai longe”².

Quando o Serviço de Extensão Rural foi implantado em Santa Catarina em 1956, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC)³, não encontrou propriamente Jecas, nem tinha como objetivo atender trabalhadores rurais despossuídos como os do Vale do Paraíba da obra de Monteiro Lobato. Os extensionistas pretendiam atender a um enorme número de pequenos

¹ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 139-144.

² *Ibid.* p. 145-155.

³ Inicialmente, o Serviço de Extensão Rural implantado em Santa Catarina chamou-se ETA-Projeto 17.

proprietários, cuja origem étnica — muitos descendentes de alemães e italianos — Lobato consideraria como muito apta ao trabalho, ao contrário do seu Jeca Tatu. Nos discursos e falas oficiais sobre o homem do campo catarinense sempre houve a preocupação de ressaltar-lhe a laboriosidade e o esforço, características que o faziam sustentáculo da prosperidade econômica.

Contudo, a partir daquele momento parecia começar a desenvolver-se a percepção de que as práticas de trabalho e os hábitos encontrados no meio rural não coadunavam-se com as relações capitalistas de produção, em escala industrial, que iniciavam sua expansão rumo ao interior catarinense. Daí ser preciso levar modernização e progresso aos agricultores, selecionando aqueles que poderiam tomar empréstimos em bancos para comprar tecnologia e insumos industrializados.

Era uma época em que a expansão capitalista dava visibilidade ao campo em todo o Brasil, que passava a ser alvo não só de estratégias de desenvolvimento, como também recebia a atenção de compositores, escritores, intelectuais e políticos que viam na temática do “homem do campo”, do sertanejo, do pequeno agricultor, do trabalhador rural uma questão não resolvida pelo nacional-desenvolvimentismo. No cinema, por exemplo, vários filmes desse período levaram ao público a imagem predominante sobre o imenso e desconhecido interior brasileiro — *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, ou mesmo *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, são apenas algumas dentre as mais evidentes expressões da época.

Nos meios acadêmicos e governamentais, por outro lado, toda uma série de discursos envolveram a construção daquele que deveria ser o agricultor ideal, o que não deixou de ocorrer também em Santa Catarina, muito particularmente através da ACARESC. O objetivo principal deste trabalho é justamente empreender um esforço para a análise do

discurso da Extensão Rural em Santa Catarina, desde sua criação até meados dos anos 70. Para tanto, foram tomados uma série de textos produzidos pela ACARESC ou que foram incorporados ao discurso da instituição. São relatórios, projetos, mensagens governamentais, livros, discussões em encontros e congressos, nos quais procura-se encontrar as linhas estruturantes de um discurso que por sua vez adquiriu sentido e significado num determinado momento histórico. Tenta-se compreender como o discurso extensionista procurou fazer-se ouvido, adquirindo a competência para produzir efeitos de verdade e constituir-se como um poder simbólico, capaz de qualificar determinados sujeitos sociais por intermédio da identificação dos “incompetentes”, daqueles agricultores tomados como incapazes para a convivência com a modernização. O agricultor foi tomado como o “outro”, portador de uma cultura que obstacularizava o desenvolvimento e a modernização, devendo ser objeto de intervenções modernizadoras.

Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a Extensão Rural, procuravam estabelecer uma nova ordem social. O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e disciplinarizá-los segundo a lógica do capital. Tratava-se de difundir o modelo capitalista de pensar e produzir, segundo as necessidades da expansão do capital, através de práticas discursivas que pretendiam controlar o saber e impôr normas de trabalho e padrões de conduta a pequenos agricultores.

Cabe mencionar que os estudos de Pierre Bourdieu⁴ foram muito valiosos para a realização do trabalho por ressaltarem a importância do estabelecimento de condições sociais para que um discurso seja aceito. Ou seja, os discursos têm valor desigual

⁴ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 145-183.

conforme a situação histórica em que são produzidos, pois não seriam apenas relações de comunicação mas também instrumentos de poder. O extensionismo rural precisou fazer-se escutar e por isso seu discurso teve que ancorar-se em uma série de situações históricas precisas e em toda uma formação discursiva da época em estudo, que lhe respaldava e garantia competência. É na história, portanto, que encontramos as possibilidades de legitimação do discurso da ACARESC, isto é, como esta pôde instaurar-se como linguagem autorizada, capaz de deter a interpretação legítima das questões do meio rural.

O discurso autorizado, para Bourdieu, seria aquele que possuiria o “poder de constituição”, sendo “capaz de fazer existir nas consciências e nas coisas as divisões do mundo social”. A aquisição deste poder seria objeto de uma “luta pelo monopólio da representação legítima do mundo social”, uma “luta pelas classificações que é uma dimensão de qualquer tipo de luta de classes”. A Extensão Rural, como instituição e aparato burocrático, de certa maneira, pretendeu erigir-se ao papel de classificadora dos sujeitos sociais, estabelecendo os desclassificados do meio rural⁵.

Desde 1948 já desenvolviam-se trabalhos com Extensão Rural no Brasil, a partir da fundação da primeira experiência nessa área, em Minas Gerais, sob patrocínio de uma entidade chamada *American International Association for Social Development* (A.I.A.), do empresário norte-americano Nelson Rockefeller, interessado em expandir sua “Revolução Verde” pelos países periféricos. Foi a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que logo teve similares em vários estados — dentre os quais, Santa Catarina, com a ACARESC — o que levou, em 1956, à criação de uma entidade nacional, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), visando uniformizar as ações extensionistas. Até o surgimento dessa organização nacional, a Extensão Rural tinha um aspecto de informalidade e sua gestão ocorria com relativa autonomia em relação ao

⁵ _____ . Lições da aula. São Paulo: Ática, 1988. p. 10-14.

Estado, o que acabou cedendo lugar ao planejamento baseado em critérios uniformes para todo o país.

Cabe mencionar que o próprio governo norte-americano teve participação nesse processo. Em plena guerra fria, sob a Doutrina Truman, procurava conter o comunismo, estimulando a presença política e econômica dos Estados Unidos nos países subdesenvolvidos. Os norte-americanos estavam exportando uma experiência que desenvolviam desde o século XIX. Portanto, a difusão da Extensão Rural, para modernizar a agricultura tradicional, acompanhava a expansão do poder dos Estados Unidos no contexto internacional.

Em 1961, a A.I.A. retirou-se da direção da ABCAR. A partir daí, a intervenção do Estado sobre a Extensão Rural ampliou-se gradativamente. Isso ocorreu porque sem o apoio daquela entidade internacional, a ABCAR, segundo as justificativas oficiais, só poderia manter-se com auxílio governamental. O resultado foi o comprometimento político do sistema de Extensão Rural com os programas agrícolas do Governo Federal. Tal situação expressou-se no Plano Quinquenal da entidade de 1961 a 1965, no qual o extensionismo rural, segundo Maria Teresa Lousa da Fonseca⁶, comprometeu-se “a colaborar ‘com as demais entidades que atuam no meio rural’ e como a maioria destas entidades eram subordinadas ao Governo, tal concordância significava um compromisso com a política agrícola vigente”.

Após o golpe militar de 1964, com a aceleração da modernização agrícola e a consolidação do Complexo Agroindustrial, houve uma reforma administrativa no serviço público agrícola, originando a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e

⁶ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Louyola, 1985. p. 157.

Extensão Rural (EMBRATER), em 1974. “Foi a oficialização do sistema de extensão rural, passando de uma associação civil para uma empresa pública”⁷.

O processo de modernização acelerada dos processos produtivos agrícolas, ampliou a expansão capitalista no campo sem, no entanto, realizar qualquer transformação da estrutura agrária. Ocorreram mudanças na base técnica agrícola e o Complexo Agroindustrial teve grande crescimento. As novas técnicas produtivas, prescritas principalmente pela Extensão Rural, introduziram novos padrões de trabalho aos pequenos produtores catarinenses. Todo um discurso de valorização da tecnologia e de seus supostos efeitos para a superação do atraso do agricultor foi construído, ressaltando a autoridade dos técnicos. Embora, deva-se ressaltar que, muitas vezes, os próprios extensionistas acabavam sendo nada mais do que repassadores de informações e de uma estratégia de atuação sobre a qual não dispunham de qualquer controle, sendo rigidamente monitorados pelas estruturas hierárquicas superiores, às quais cabia a formulação do “discurso competente” da entidade.

Para Marilena Chauí⁸, “o discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro e autorizado (...) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”, tornando-se instituído e autorizado, ou seja, “os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo direito de falar e ouvir”. Em nosso caso, verifica-se que a ACARESC pretendeu institucionalizar seu discurso, oficializando-o perante o Estado, de modo que pudesse ser aceito, oferecendo em troca todo um potencial de influência social proporcionado pela sua capilaridade no interior do Estado, atingindo praticamente todos os municípios, algo que poderia ser revertido para beneficiar de várias maneiras aqueles que ocupavam os postos governamentais. Pretende-se

⁷ FURTADO FILHO, Dorvalino et allic (orgs.). Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 169.

⁸ CHAUI, Marilena de Souza. O discurso competente. in _____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993. p. 3-13.

aqui repôr as relações entre este discurso e o tempo e lugar em que foi construído, de modo que possa-se historicizá-lo e desfetichizá-lo.

Os projetos educativos aplicados entre as famílias rurais, desde a introdução do extensionismo no Brasil, voltavam-se, segundo Lousa da Fonseca, “para garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado”, trazendo mudanças profundas para o agricultor “que se refletiriam diretamente no seu modo de vida, na sua forma de produzir, exigindo-lhe ainda que aprendesse a consumir produtos industrializados”⁹.

Vale ressaltar que aqui não se faz uma crítica ou algum tipo de condenação da tecnologia industrial aplicada no campo tomada em si mesma, como se fosse portadora de algum tipo de natureza intrinsecamente má. Entendemos, isto sim, conforme José Graziano da Silva¹⁰, que a técnica faz parte de todo um sistema que “foi feito para que ganhem os grandes capitais e não os pequenos produtores”, isto é, apropriada apenas a produtores capitalizados. Procuramos um percurso que não fetichize o saber técnico, não atribuindo à ciência moderna, por si só, a capacidade de promover e instaurar uma ordem social opressiva. Evita-se aqui realizar o que Paolo Rossi¹¹ identifica em vários escritos contemporâneos que teriam pretendido “refazer o processo de Galileu, fazendo a este personagem acusações muito mais pesadas que as que lhe fizeram os juizes da Santa Inquisição”.

Ressalte-se a grande importância que tomou nos estudos historiográficos a idéia de que os fenômenos sociais não teriam qualquer natureza ou substancialidade intrínseca. A própria noção de sujeito universal, dado previamente e de antemão à análise,

⁹ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. Op cit. p. 95.

¹⁰ SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 18.

¹¹ ROSSI, Paolo. A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica. São Paulo: Unesp, 1992. p. 15-16

foi desconstruída. Há o abandono de noções teleológicas que leriam o processo histórico a partir de categorias totalizantes, buscando encerrar a sociedade em modelos finalistas e fatalistas. Procura-se aqui tomar por princípio, que os sujeitos são social e historicamente instituídos e constituídos, algo bastante presente no pensamento de Michel Foucault, para quem, o sujeito não seria dado definitivamente na história, constituindo-se em seu interior. É o sujeito como produto da história, porém sempre ressaltando o quanto de subjetividade e indeterminação está inscrito nessa relação. Toma-se aqui o discurso do extensionismo rural como um dos momentos históricos em que pretendeu-se empreender uma construção de sujeitos sociais, intervindo em práticas culturais que teriam o objetivo de criar um “novo” agricultor, sob o signo da produtividade. Um projeto que encontrou respaldo em uma série de discursos e políticas que, muitas vezes, acabariam sendo assumidas inclusive por seus adversários.

Os discursos da ACARESC aqui analisados permitem vislumbrar a elaboração e formulação de um projeto político com vistas a construir novos tipos de sujeitos sociais, um novo tipo de agricultor em Santa Catarina, envolvendo um confronto entre visões de mundo, culturas e modos de pensar diferentes. Mais do que a subordinação material ao desenvolvimento capitalista, caberia atuar como um poder simbólico, capaz de legitimar o saber técnico, adestrando e disciplinarizando o agricultor, desestruturando suas formas autônomas de produção e de condutas, substituindo-as pelo padrão capitalista. Isto implicaria na construção de um agricultor modelo, moderno e, ao menos nos projetos, conformado às normas determinadas pelo Serviço de Extensão Rural. No discurso as formas de produção costumeiras apareciam como arcaísmos que deveriam ser invalidadas e proscritas, devendo ser substituídas pelas imposições técnicas dos extensionistas.

O trabalho era dirigido para arregimentar apoio à modernização junto aos agricultores. A tarefa seguinte seria a de implementar projetos de tecnificação agrícola e mudança de hábitos domésticos. Maria Ignez Silveira Paulilo¹² descreve a ação da ACARESC no sul do Estado, na década de 60, enfatizando “um programa de educação do jovem rural, calcado num modelo norte-americano de ação, através dos Clubes 4S” — saber, sentir, servir e saúde. Através dessas entidades “filhos de agricultores de 14 a 25 anos”, receberiam “toda uma educação ‘modernizante’”, tendo “acesso a pequenos créditos, a juros baixos”, de modo a “fazerem experiências nas propriedades dos pais”. Seria “um verdadeiro trabalho de conquista”, com diversos estímulos que envolviam “todo um trabalho de orientação mas, também, de ‘sedução’ dos colonos da região”.

Os clubes 4S tiveram grande abrangência em várias regiões do Estado, atuando junto a um número expressivo de jovens, podendo-se pensá-los talvez como aparelhos normatizadores de condutas. Os projetos desenvolvidos pela ACARESC procuraram atingir diretamente a família do agricultor, agindo sobre os hábitos, os comportamentos e as formas de trabalho. No Oeste do Estado, segundo a análise de Marli Auras, “os Serviços de Extensão Rural tratavam de apregoar que o grande desafio era mudar a mentalidade, superar o tradicional, o arcaico para dar lugar ao moderno, isto é, à economia de mercado”¹³.

Em Santa Catarina que, na década de 60, tinha 67,5% de sua população vivendo no campo, a Extensão Rural logo se tornou uma estratégia de desenvolvimento econômico-social privilegiada. Em grande parte do interior catarinense predominavam relações de regulação social baseados na dependência pessoal de pequenos produtores e

¹² PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990. p. 55-56.

¹³ AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos. São Paulo: PUC, 1991. (Tese de Doutorado) p. 284-285.

trabalhadores rurais a potentados locais, em troca de pequenos favores. Marise da Silveira Veríssimo¹⁴ chama a atenção para a figura do “representante”, ou seja, “aquele que vendia de casa em casa produtos para o sustento e complementação das famílias”. Logo tornava-se “um explorador, vivendo do trabalho alheio, sendo elogiado e assumindo muitas vezes o papel de um líder na comunidade, cabestrando votos e arregimentando, para o grupo político que lhe dava cobertura, as simpatias traduzidas principalmente e concretamente através do voto”. Para a autora, “uma de suas principais funções era dificultar o surgimento de lideranças alternativas”.

Nessa sociedade marcada por relações clientelistas, começou a tomar vulto a expansão de investimentos em moldes capitalistas. Logo, nos anos que seguiram-se à Segunda Guerra Mundial, principalmente no Oeste e no Sul do Estado, comerciantes como Atílio Fontana iniciaram as bases do que viria a ser o complexo agroindustrial catarinense. Seja o processamento industrial da criação de animais (especialmente suínos), a indústria madeireira, as lavouras destinadas a suprir as agroindústrias (como a do milho), entre outras, a capitalização dos processos produtivos agrícolas pressupunha transformações nas formas de produção empregadas pelos produtores rurais, modificando hábitos e relações sociais.

O governo do Estado, bem como as entidades de representação dos grandes produtores rurais passaram a produzir uma série de discursos nos quais evidencia-se que a difusão de técnicas agrícolas modernas através da Extensão Rural, seria um mecanismo eficaz para alterar as condições de produção, adequando-as à modernização e elaborando discursivamente um agricultor sob controle, adestrado e disciplinado, um “novo” homem.

¹⁴ VERÍSSIMO, Marise da Silveira. A política agrícola nacional e a formação do sindicato dos trabalhadores rurais em Santa Catarina. in DIAS, José de Souza (org.). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 75.

Este exercício de poder através dos discursos também ganha uma dimensão expressiva ao levar-se em consideração a proposição de Foucault, segundo o qual, “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos”, através dos quais visaria-se “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Daí o estabelecimento de uma série de instâncias reguladoras e normatizadoras do saber, capazes de interditar e rarificar os discursos, dominando sua produção e seus efeitos. Foucault conclui que o discurso é “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”¹⁵.

Uma luta que pode ser identificada nas décadas de 50 e 60, marcadas por disputas em torno de projetos antagônicos para o país, refletindo um intenso conflito social que desenrolava-se naquele momento. Setores nacionalistas defendiam reformas estruturais para o país. A reforma agrária seria o objetivo mais importante, porque diagnosticava-se que a estrutura fundiária extremamente concentrada do Brasil estaria impedindo a industrialização levando-a ao estrangulamento. Eram muito difundidas as reflexões desenvolvidas pela Cepal - Comissão Econômica para a América Latina. Argumentava-se, segundo Graziano da Silva, que “o setor agrícola não responderia às necessidades crescentes de produzir alimentos e matérias primas” e não se formaria um mercado interno para consumir os produtos industrializados, devido ao baixo nível de renda da maior parte dos agricultores. A crise econômica que se estabelecera em 1962 pareceria reforçar este argumento¹⁶.

Contra a reforma agrária pretendida por amplos movimentos de base, despontava a opção feita pelos setores conservadores em favor de uma estratégia de

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8-10.

¹⁶ SILVA, José Graziano da. *Op cit.* p. 29.

“modernização conservadora”, ou seja, implantar a empresa rural capitalista no campo, aumentando a produtividade por intermédio de métodos e técnicas modernas, sem alterar estruturas agrárias.¹⁷

O golpe militar de 1964 consolidou a última opção e também acabou levando a Extensão Rural a tornar-se, cada vez mais, um dos principais instrumentos de intervenção do Estado sobre a economia agrícola. Segundo Bernardo Sorj, o governo militar orientou a economia no sentido de “uma maior concentração e centralização” do capital, fortalecendo as empresas industriais mais avançadas e deprimindo o nível salarial da classe operária, “gerando assim as condições de um novo ciclo de expansão econômica com a participação maciça do capital estrangeiro e o suporte das empresas estatais”¹⁸.

O caminho imposto ao país pelos novos donos do poder importou, assim, em algumas mudanças, permitindo que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização, sem deixar de ser concentrada. Aumentou-se a oferta de matérias primas e alimentos e a agricultura tornou-se compradora não só de bens de consumo industrializados, como também de insumos e máquinas gerados pelo setor industrial. A industrialização não precisou da reforma agrária para criar seu mercado. O próprio processo de acumulação e expansão de capitais gerou um mercado para a indústria, através da urbanização acelerada e das modificações no processo produtivo agrícola geradas pela modernização técnica, com algumas conseqüências sociais, que em algumas regiões implicaram em proletarização.

A ditadura ampliou e reforçou as esferas de regulação estatal. Todas as decisões passaram a ser tomadas pelo Executivo, que era constituído por uma elite tecnoburocrática subordinada ao comando militar do regime. O Estado tornou-se mais complexo, abrangendo múltiplas funções, valendo-se de mecanismos que acentuavam sua

¹⁷ BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 54.

¹⁸ SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 68.

estratégia de expansão selvagem do capital, especialmente após 1967, a partir do I Congresso Nacional de Agropecuária, cujo documento final, a “Carta de Brasília”, acabava com qualquer discussão a respeito da política agrícola, optando pela modernização acelerada. Com as políticas pós-64 os grandes grupos econômicos agroindustriais crescem ainda mais em Santa Catarina e o extensionismo rural acabou também colaborando para a efetiva implantação da agricultura empresarial capitalista.

A própria questão agrária foi subordinada aos planos de modernização agrícola. O Estatuto da Terra, que previa reforma agrária, segundo José de Souza Martins, teria como beneficiário o empresário capitalista, tornando-se um mecanismo auxiliar ao processo de modernização, servindo para resolver os conflitos mais graves ocasionados pela acumulação capitalista¹⁹.

A modernização conservadora configurava um novo padrão de desenvolvimento rural, caracterizado, segundo Guilherme da Costa Delgado, pela modernização agropecuária, com a ampliação do Complexo Agroindustrial e com a constituição de um sistema de financiamento da expansão de capitais (o Sistema Nacional de Crédito Rural), além da “definição de um novo padrão de regulação das relações econômicas e sociais do setor rural pelo Estado”²⁰.

O Estado passou a dispôr de uma série de instrumentos voltados à introdução de inovações tecnológicas na agricultura. O novo padrão de desenvolvimento apresentou caráter excludente, já que não promoveu qualquer mudança na estrutura agrária concentrada. As medidas tomadas para a modernização técnica também foram discriminatórias. Tal é o caso do principal mecanismo motivador de mudança tecnológica, o Crédito Rural, o qual, conforme Chang Man Yu atingiria “parcelas bastante limitadas no

¹⁹ MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 20-25.

²⁰ DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone, 1985. p. 21-22.

conjunto dos produtores, devido às suas limitadas condições materiais e principalmente à exigência da garantia da terra”²¹.

Foi a este processo excludente e marginalizador que a Extensão Rural foi atrelada e desenvolveu suas estratégias discursivas. Passou a atuar junto aos pequenos agricultores de modo a prepará-los e condicioná-los à disciplina do trabalho em moldes capitalistas, intervindo em suas condutas. No âmbito dessa situação, é que o extensionismo pensou e desenvolveu sua atuação francamente política. No discurso veiculado pelos extensionistas da ACARESC, os problemas do pequeno agricultor restringiam-se à questões técnicas, advindas da inadequação das formas de produção tradicionais às novas exigências do capitalismo. Raquel Quadros Seiffert afirma que para a Extensão Rural “o Estado não carecia de terras e sim de técnicas mais adequadas para seu cultivo”, salientando “a necessidade de uso de fertilizantes químicos”, sob a argumentação de que “a quantidade de fertilizantes consumidos constituía um dos indicadores de desenvolvimento do país”²².

Cabe ainda lembrar o alerta de Emília Viotti da Costa, que critica “a excessiva ênfase no discurso” presente na historiografia contemporânea, o que teria levado a uma “reificação da linguagem”, fazendo com que alguns historiadores transformassem grandes eventos e conflitos sociais em meros fenômenos lingüísticos ou semiológicos. Portanto, vale ressaltar que este trabalho não está querendo sugerir que a análise do discurso seja “suficiente para a compreensão da história”. É apenas mais uma das dimensões possíveis, sendo imprescindíveis outras perspectivas²³.

²¹ YU, Chang Man. Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: Instituto de Agricultura do Paraná, 1988. p. 69.

²² SEIFFERT, Raquel Quadros. Extensão Rural em Santa Catarina: impasses políticos-pedagógicos (1956-1985). Florianópolis: UFSC, 1985. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política). p. 83-84.

²³ COSTA, Emília Viotti da. Dialética invertida: 1960-1990. in Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964. Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 9-26.

Na análise é preciso procurar aquelas referências básicas e as linhas mestras do discurso, apresentando suas regularidades ao longo do tempo. Porém, nunca é demais lembrar que os discursos produzidos ou incorporados pela ACARESC também tiveram suas óbvias e importantes heterogeneidades, havendo vozes dissonantes que nem sempre puderam ser “ouvidas”. É só levando em conta o tempo e o espaço de sua produção, que pode-se entender a existência e a eficácia desse discurso, que nunca chegou a ser completamente homogêneo, mas construído ao longo de todo um processo de conflitos que envolveram o país inteiro.

De todo modo, talvez possa-se dizer que a Extensão Rural trouxe a antiga questão do Jeca Tatu de volta à cena, com novos contornos, pois embora só se pretendesse atingir proprietários rurais e não trabalhadores assalariados ou lavradores com posse precária de suas terras, tratava-se de instrumentalizar os pequenos agricultores com as novas técnicas agrícolas e tomar seus hábitos e comportamentos, a exemplo de qualquer Jeca Tatu, como entraves ao desenvolvimento e ao bem estar social. Havia a necessidade de um outro agricultor que adotasse práticas e ritmos de trabalho determinados por máquinas e produtos agrícolas industrializados.

Para desenvolver essas reflexões, o trabalho foi dividido em seis partes, iniciando com a análise dos discursos de atraso no meio rural, quando o olhar do Estado e da ACARESC concentrou-se na classificação dos fatores que impediriam a modernização. Em seguida, analisa-se a formação da categoria dos extensionistas e a construção de sua auto-representação, que pretendeu afastar os técnicos das questões políticas. Finalmente, procurou-se verificar como os discursos extensionistas formularam a idéia de que seria possível construir um “novo” homem por intermédio da difusão de tecnologia.

1

A institucionalização do atraso

Chegou um tempo em que a percepção corrente de um mundo rural lento, sossegado e pacato, passou a perturbar os intelectuais, políticos e burocratas brasileiros. Isso ocorreu justamente quando o país passava por enormes transformações que conduziam-no a tornar-se industrial e urbano, deixando marcante o contraste entre o campo, associado ao atraso, ao passado, e as cidades, que representariam o futuro e o progresso. Suas inter-relações pareciam exprimir a própria natureza do Brasil: sua dualidade, a convivência entre o velho e o novo. A oposição entre essas duas “realidades históricas em transformação”, como as define Raymond Williams, simbolizariam a luta a ser conduzida pelos planejadores estatais para vencer a pobreza e a irracionalidade dos que, até os anos 60, ainda constituíam a maioria da sociedade brasileira. A nova imagem dos campos deveria ser a de grandes fazendas, nas quais se pretendia automatizar os ritmos de produção. Um agricultor profissional surgiria, envolvido com relações econômicas mais

amplas, que extrapolariam em muito o ambiente restrito da família, do povoado, das festas advéncias ou do município. Essas idéias reproduziram-se em certas políticas e práticas dos governantes, dentre as quais o Serviço de Extensão Rural, que tomou grande dimensão em Santa Catarina.

A análise histórica de um momento do projeto e do discurso extensionista rural que aqui empreendemos tem como primeiro passo a delimitação das premissas a partir das quais foi montada o que denominamos de uma estratégia de produção de novos sujeitos sociais. Desconstruir e historicizar o diagnóstico que foi fabricado para explicar e resolver os problemas da “realidade” catarinense e que deu condições para que a Extensão Rural recebesse o patrocínio estatal e se inscrevesse dentre as políticas públicas privilegiadas e legitimadas. Neste primeiro momento, situaremos o extensionismo rural no quadro das questões levantadas pelos discursos do Estado a respeito do agricultor catarinense, procurando acentuar que essa estratégia de intervenção governamental nos campos, aparentemente tão nova e “modernizadora”, visava atender a problemas que compunham as reflexões que vinham sendo feitas pelas elites brasileiras e catarinenses desde há muito tempo, mas que adquiriram uma urgência muito maior, dentro de uma nova configuração, em razão da expansão capitalista na agricultura ocorrida logo após a Segunda Guerra Mundial, momento em que foi institucionalizada definitivamente a “necessidade” de superar o “atraso” de grande parte da sociedade.

O Serviço de Extensão Rural foi implantado no Estado de Santa Catarina em 1956, tendo a pretensão de levar a “modernização” através de tecnologia e insumos industriais para agricultores que tivessem condições de fazer empréstimos em bancos, selecionando os mais aptos para os novos tempos do capitalismo em expansão na

agricultura. Sua criação ocorreu através de um acordo¹ celebrado entre a Secretaria da Agricultura, a Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina² e o Escritório Técnico de Agricultura. Este último foi criado em 1953 para coordenar e desenvolver o “Programa de cooperação técnica dos Estados Unidos subordinado ao Ponto IV”³. O “Ponto IV” foi uma tentativa de reedição do Plano Marshall, direcionada para os países pobres. Definiu-se como um programa de cooperação técnica lançado pelo governo dos Estados Unidos, durante a presidência de Harry Truman.

Segundo Oriowaldo Queda e Tamás Szmrecsányi, “o movimento extensionista tem suas origens nos Estados Unidos da América, onde foi institucionalizado através de uma série de leis no começo deste século”, tendo assumido em 1914 a denominação “Serviço Cooperativo de Extensão Rural”. Já a partir de 1938, “essa modalidade assistencial passou a ser cogitada para os países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina”, o que viria a tomar corpo uma década depois, com a criação de um serviço extensionista no Brasil, em Minas Gerais, logo estendido para outros Estados, tais como Santa Catarina⁴.

¹ “O acordo foi assinado pelas partes contratantes, em 29 de fevereiro de 1956. Era diretor brasileiro do ETA o agrônomo Alberto Ribeiro de Oliveira Motta Filho e diretor americano, o agrônomo Ralph Hansen. O Governador de Santa Catarina era Jorge Lacerda e Mário Orestes Brusa, seu Secretário da Agricultura. O presidente da FARESC era o médico Clodorico Moreira. O agrônomo João Demaria Cavalazzi, seu diretor. O acordo assinado tinha vigência por quatro anos. Ao seu término, deveria estar implantado o Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, com vida própria e sustentado, exclusivamente, com recursos brasileiros. O ETA contribuiria com recursos financeiros, materiais e humanos durante os quatro primeiros anos, reduzindo-os, gradualmente, até afastar-se, definitivamente, em 1960.”

Os três primeiros agentes de Extensão de Santa Catarina foram os Engenheiros Agrônomos: Glauco Olinger, que dirigiu a entidade desde sua fundação até 1975, Antonio Franco da Silva e Christóvão Andrade Franco, os quais realizaram curso de capacitação inicial no Centro de treinamento de Ipanema, São Paulo. Cf. OLINGER, Glauco. Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 244-246.

² FARESC: Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina. Órgão patronal fundado em 1946, num movimento contrário à sindicalização rural. Detinha força de pressão junto ao poder público, tendo articulado as conversações com o Escritório Técnico de Agricultura com vistas à implantação da Extensão Rural em Santa Catarina.

Cf. SEIFFERT, Raquel Quadros. Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985). (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: UFSC, 1990. p. 69.

³ Ibid. p. 70.

⁴ SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (orgs.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973. p. 271.

Em Santa Catarina, inicialmente denominado ETA-Projeto 17, os planos do novo órgão envolviam a implantação de escritórios em todos os municípios, para arregimentar o apoio dos produtores rurais. Em 1957, já sob a denominação de Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC)⁵, encontravam-se em funcionamento os escritórios de São José, Indaial, Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga, Capinzal, Herval do Oeste, Videira e Joaçaba, além do escritório central em Florianópolis⁶. Conforme depoimento concedido por Christóvão Andrade Franco, um dos primeiros membros da Extensão Rural catarinense e ex-dirigente, esses municípios foram escolhidos por localizarem-se nas duas regiões com “potencialidade de trabalho” eleitas no Estado: os vales do Itajaí e do Rio do Peixe. São José seria apenas um escritório piloto, escolhido pela proximidade com Florianópolis. Informou ainda que os primeiros extensionistas foram recrutados em diversos Estados do país, pois Santa Catarina possuía poucos agrônomos. A Extensão Rural teria uma estrutura de trabalho dividida entre o Escritório Central, para todo o Estado, os Escritórios Regionais, para uma região, além dos Escritórios Locais em cada município. As primeiras décadas de trabalho teriam sido de grande expansão, pois “havia recursos” e logo o extensionismo ganhou popularidade, o que expressava-se na grande demanda dos municípios pela instalação de escritórios, chegando a haver “uma lista de pedidos”. Nas palavras de Franco, trataria-se “de uma missão a cumprir”, tão bem realizada que logo “passamos a ser líderes” tanto em relação aos outros serviços de extensão brasileiros quanto latino-americanos⁷.

⁵ O convênio com o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) tinha um prazo de quatro anos, “após os quais o Estado deveria assumir a total responsabilidade na condução do Serviço de Extensão. Por isso, em 21 de junho de 1957, o governo do Estado tomou providências para a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina - ACARESC (...). Como o ETA-Projeto 17 terminaria em 1960, de acordo com o convênio, a ACARESC daria continuidade aos serviços de extensão por aquele iniciados”. Cf. OLINGER, Glauco. Op cit. p. 56.

⁶ “São José foi o primeiro Escritório Local de extensão de Santa Catarina. Foi instalado no fim do ano de 1956. Nele organizou-se o primeiro Clube de Trabalho 4-S e a primeira Exposição Educativa de produtos agropecuários e economia doméstica, no Estado. Os demais Escritórios foram abertos no início de 1957.” Cf. Ibid. p. 253.

⁷ FRANCO, Christóvão Andrade. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn em 05/set/1996.

Antes do extensionismo rural, Santa Catarina teria, no que diz respeito à assistência técnica na agricultura, segundo Franco, os Postos Agropecuários do Ministério da Agricultura, os quais seriam uma espécie de unidades demonstrativas de criação e culturas. Em Florianópolis, a Fazenda Assis Brasil, onde hoje está situado o Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, era um desses órgãos. Ainda haveriam “algumas ações de Semanas Ruralistas”, juntamente com a estrutura das Associações Rurais. Franco lembrou que “cada município tinha uma Associação Rural e essas associações, algumas delas, tinham uma seção de revenda de produtos, de insumos agropecuários, de adubo, de semente, de mudas”. Além disso, destaca a existência de “poucas cooperativas”, que poderiam ter “um pequeno setor de revenda”. O ex-dirigente da ACARESC apontou que o Estado de Santa Catarina mantinha convênios com o Ministério da Agricultura, para manter serviços como o Fomento Agrícola e as Defesas Sanitárias Vegetal e Animal⁸.

Pode-se dizer que no caso do extensionismo rural, o atendimento a um enorme número de pequenos proprietários, partia de uma constatação: na agricultura, a civilização e o progresso entravam em choque com práticas de trabalho que não correspondiam às exigências da inserção crescente de relações capitalistas no meio rural. Não se tratava mais de que o agricultor fosse apenas um trabalhador dedicado e persistente, pois esse não era um problema para Santa Catarina — ao menos nos discursos. Seria necessário que o “laborioso” trabalhador rural catarinense adotasse práticas e técnicas que ampliassem a produtividade, integrando a agricultura no processo de crescimento industrial. Para isso era preciso um “novo rurícola”, cujo modelo não mais poderia ser representado pelo agricultor tradicional e auto-sustentado.

Os pronunciamentos governamentais da época da criação da ACARESC, deixam transparecer uma acentuada preocupação com a modernização técnica e cultural do

⁸ Idem.

“homem do campo” catarinense, apontando para a necessidade da intervenção do Estado. Em 1956, o governador de então, durante uma exposição agropecuária na cidade de São Joaquim, chamou a atenção para as condições em que estaria vivendo o povo do lugar: “o homem conserva aqui os mesmos processos dos seus antepassados, não porque seja rotineiro, inimigo do progresso, mas porque os poderes públicos se esqueceram de substituir os velhos caminhos coloniais (...) por estradas modernas”, onde os automóveis trariam o progresso pretendido⁹.

Dois anos depois, na mesma cidade, novamente os poderes públicos foram responsabilizados pelos problemas do interior de Estado, especialmente no que diz respeito a agricultura, que seria a base da prosperidade do Estado. “No campo, realmente, é que se encontram as matrizes da nossa prosperidade econômica. A grande crise que se instalou nos quadros da vida brasileira é, de modo geral, reflexo do esquecimento a que, durante largo período, ficou relegado o trabalhador rural”. Para melhorar a vida do homem do campo só mesmo dotando-lhe dos aparatos tecnológicos necessários, através de um processo de mecanização, que alterasse “o sistema de trabalho nos campos, tornando-o rendoso e lucrativo”¹⁰. Ao mesmo tempo, verificava-se uma valorização do “homem da gleba”, “lavrador humilde”, tomando-o como o responsável pela “estabilidade da economia catarinense”, “colaborador do engrandecimento nacional”: “o que ele arranca do solo (...) representa divisas que o industrial empreendedor pode utilizar na aquisição de equipamentos que ocuparão os braços disponíveis existentes nas cidades”¹¹.

Portanto, para entender como o discurso da Extensão Rural teve a capacidade de se fazer escutar é preciso levar em consideração que sua ênfase na difusão de

⁹ Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Discursos. Florianópolis: 1956, p. 101-102.

¹⁰ *Ibid.* p. 277-278.

¹¹ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1956, p. 7-31

tecnologias e na modernização das práticas agrícolas, de certa forma, correspondia ao ideário desenvolvimentista que circulava entre a *intelligentsia* brasileira e se tornou corrente nas práticas estatais após a Segunda Guerra Mundial. O tema dos obstáculos ao progresso estava em evidência nas inúmeras reflexões que partiam dos mais diversos pontos do quadro político e intelectual, todos procurando explicar nosso subdesenvolvimento. Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, foram expoentes de toda uma tradição acadêmica que pretendeu voltar os olhos para a história, procurando explicar as causas do atraso brasileiro. Preocupação idêntica a de técnicos governamentais e uma parte do *establishment* político e econômico. O que estava em jogo era pensar modelos para o aprofundamento de um certo modelo de crescimento econômico, que poderia ser mais excludente ou incluyente, dependendo do campo político e das filiações ideológicas, mas que tinha como pressuposto uma homogeneização do país, pretendendo pensar as carências elementares da população segundo a lógica do valor de troca e da racionalidade urbano-industrial.

Conforme Zilda Márcia Gricoli Iokói, “as teses do desenvolvimento apareciam como a panacéia da igualdade social”, num processo em que “a moral e a solidariedade” estariam apresentando-se como “salvaguarda de uma atualização histórica que poderia ser implementada pela vontade dos que lideraram os planejamentos naquele período”. Um momento que teria manifestado com maior clareza estas idéias, ocorreu quando da criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em torno da qual haveriam sido efetuados debates que demonstrariam “um conhecimento dicotomizado pela oposição arcaico/moderno”, efetuando “estratégias de atualização econômica” para o continente latino-americano, que visariam “eliminar as barreiras coloniais e semicoloniais”, optando-se “pela industrialização acelerada e pela transferência de capitais diretamente ligados à esfera da produção”. Para a autora, os cepalinos acreditavam “ser possível um

processo de apropriação de novas tecnologias”, com sua incorporação e controle garantidos através de resguardos às remessas de lucros. Esperava-se “conseguir autonomia e modernização num único processo”, numa interpretação que levava em conta apenas “elementos econômicos”, considerados tecnicamente neutros¹².

Porém, apesar de muitas vezes os discursos não explicitarem, no Brasil pode-se dizer que a reflexão e as teorias econômicas daquele período estavam perpassadas de modo bastante significativo por um certo modo de ver a estrutura social e a cultura do país, que foi sendo construído ao longo do tempo. O dualismo apresentado em muitas das análises nada mais era do que uma certa interpretação da formação histórica da sociedade brasileira, buscando detectar as origens de seu subdesenvolvimento. Ao centrarem sua atenção na identificação do atraso, acabavam por visibilizar o meio rural e encontrar ali uma enorme massa de pequenos produtores que haviam ficado “ao sul da história”, ou seja, na obscuridade proporcionada por toda uma grande linhagem sociológica e historiográfica que apenas havia dado atenção ao mundo da grande propriedade. Conforme Hebe Maria Mattos de Castro, a produção de subsistência e voltada para o mercado interno, efetivada no Brasil, desde a colônia, pela pequena agricultura, sempre permaneceu marginalizada não apenas materialmente, como também nas reflexões sociais, marcadas pela ênfase em pares como latifúndio-escravismo, latifúndio-indústria: “desde autores clássicos como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, os chamados ‘homens livres pobres’ têm sido sistematicamente relegados a segundo plano, rotulados sob o signo da marginalidade”¹³. Nas oportunidades em que, finalmente, a produção rural em pequena escala tornou-se alvo de estratégias políticas e de

¹² IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. Os problemas do desenvolvimento na América Latina frente aos descaminhos da modernidade. in Revista Brasileira de História. Representações. vol. 15, nº 29. São Paulo Anpuh/Contexto, 1995. p. 123-138.

¹³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história: lavradores livres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 25.

análises acadêmicas, acabou sendo enfocada sob o signo do atraso e do obstáculo ao desenvolvimento.

Tratamos aqui de discutir as implicações políticas do programa de Extensão Rural em Santa Catarina, que pretendeu-se absolutamente a-político, baseado em critérios de neutralidade técnica e que elegeu tecnologias agrícolas industrializadas como as alavancas para a transformação de hábitos e formas de trabalho. Analisamos a prática e o discurso técnico da ACARESC até meados dos anos 70, tomando-os como constituidores e desqualificadores de sujeitos sociais. Para criar os agricultores considerados competentes foi preciso antes de mais nada realizar o trabalho de construção social da incompetência, da classificação de determinados grupos como incapazes e obstáculos ao progresso. Sempre levando em consideração aspectos econômicos fundamentais para a análise, a discussão prende-se a uma tentativa de evidenciar a prática extensionista em sua ênfase na necessidade de transformação cultural das populações rurais, porém lembrando que não é possível tomá-la como um todo homogêneo e integral, ou seja, sem conflitos internos, que por certo haviam.

Naquele período, parecia corrente entre as elites que dominavam o aparelho governamental, um discurso a respeito da crise e da decadência de Santa Catarina, em que o Estado aparecia como um injustiçado em relação a seus vizinhos e ao mesmo tempo, carente da tão propalada integração interna. Para o governo da época, definitivamente, o “melhor lugar do mundo” não era aqui. Curitiba e Porto Alegre seriam “as nossas capitais econômicas”, porque o “hinterland”, composto por várias “ilhas de cultura”, não estaria integrado na vida política e cultural da capital do Estado. Seria preciso que as diversas regiões fossem atingidas pelos “interesses políticos, econômicos e culturais que, partindo do centro”, irradiariam-se “pela periferia, como a corrente sanguínea que se insinua em todas

as partes do corpo levando a cada célula o alimento de que esta necessita”¹⁴. Em 1970 ainda eram levantados “os graves problemas de acesso existentes entre as regiões produtoras e os polos de convergência das regiões consumidoras”, o que dificultaria “o fácil escoamento da produção agrícola”. Seriam “frequentes, por exemplo, as ocorrências (...) de regiões litorâneas importarem milho de Estados vizinhos”, enquanto as regiões do Oeste estariam apresentando “sérios problemas de super-produção daquele cereal”¹⁵.

Essa preocupação em estender o braço do Estado em direção ao interior era algo que podemos interpretar como uma governamentalização¹⁶ do território e da população do meio rural de Santa Catarina, levando ao campo práticas de controle e gestão social que eram empregadas nos centros urbanos. Isso historicamente foi um problema para as elites dirigentes do Estado, que se viam impotentes diante de toda uma vasta área povoada, sobre a qual os mecanismos de poder governamental possuíam pouca influência. Ainda neste século, a viagem de um governador atravessando o Estado, em 1929, foi narrada pelo escritor Othon D’Eça como uma verdadeira odisséia, que trazia risco à vida dos que a empreendiam. D’Eça procurou tornar explícitas as diferenças entre o litoral e interior, que recém havia sido sacudido pelo conflito do Contestado. O autor descreve uma passagem, ocorrida durante o trajeto, em que foram feitas “retificações topográficas e hidrográficas, dando nomes a lajeados, a ribeirões, a acidentes naturais, que ainda nem se achavam assinalados nos mapas!”¹⁷ — ou seja, não tinham existência social para o governo. Mais tarde, entre 1943 e 1947, a região Oeste chegou a formar o Território do Iguazú, “que

¹⁴ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Op cit, 1956. p. 8.

¹⁵ Fundação IBGE. Agro-informativo de Santa Catarina. Ano I, nº 5. Florianópolis: fev/1971, p. 2.

¹⁶ Referimo-nos à noção de governamentalidade, empregada por Michel Foucault em sua reflexão a respeito das práticas de gestão social, efetuadas através de dispositivos de segurança e controle, aparecidas com a emergência do fenômeno da população como um problema e um alvo no século XVIII, forjando uma mentalidade de governo e um conjunto de saberes, dentre os quais, a economia política.

Cf. FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 277-293.

¹⁷ D’EÇA, Othon. Aos espanhóis confinantes. Florianópolis: FCC, FBB, UFSC. 1992. p. 84.

nada mais era que o reconhecimento oficial da falta de liames destas áreas com o restante do Estado”¹⁸.

Nesse aspecto, cabe acentuar que, segundo um dos fundadores e principal dirigente, durante muitos anos, da ACARESC, Glauco Olinger, “a equipe extensionista era os braços e os olhos do governo no campo”. Ou seja, num momento em que as questões rurais ganhavam cada vez maior visibilidade, com seus conflitos e “atrasos” preocupando os donos do poder, foi muito importante para o Estado deter um controle mais minucioso, praticamente um esquadramento do território e dos modos e usos do interior de Santa Catarina, elegendo o extensionismo como uma forma de gestão técnica da sociedade. Olinger chama a atenção para a inexistência de “outras instituições públicas ou privadas trabalhando diariamente com as famílias rurais”¹⁹. Ainda no início dos anos 70, não havia um sistema estatístico confiável que garantisse um controle mais minucioso sobre o espaço rural por parte do poder público, o que, segundo uma publicação de vários órgãos da área agrícola, entre eles a ACARESC, estaria provocando a “falta de dados primários que refletissem, com razoável fidelidade, a realidade do Setor Agropecuário catarinense”²⁰. Sendo assim, talvez possa-se afirmar que a exemplo do topógrafo descrito por Othon D’Eça, citado anteriormente, os extensionistas passaram a garantir para o Estado o “monopólio da nomeação legítima”²¹ no meio rural, constituindo-se na única esfera classificatória e com poder para outorgar a existência ou a qualificação dos sujeitos e grupos sociais.

Vale mencionar que David Harvey procura demonstrar o quanto as dimensões espaciais e temporais são partes constitutivas das ações sociais, ou seja, as

¹⁸ CUNHA, Idaulo José. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. p. 34.

¹⁹ OLINGER, Glauco. Op cit. p. 280.

²⁰ Fundação IBGE. Agro-informativo de Santa Catarina. Ano I, nº 1. Florianópolis: out/1970. p. 3.

²¹ BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 163.

relações de poder são sempre perpassadas por intervenções nas práticas e percepções espaciais e temporais, o que expressaria-se na importância atribuída a “medidores do tempo e mapas precisos”, os quais “há muito valem o seu peso em ouro, e o domínio dos espaços e tempos é um elemento crucial na busca do lucro”. Para o autor, “o mapeamento do mundo abriu caminho para que se considerasse o espaço algo disponível à apropriação para usos privados”. Quando o Estado Moderno começou a ser estruturado na Europa, no século XVI, uma série de mapas começaram a ser produzidos, permitindo uma posse conceitual e visual do território, bem como “fortaleceu o sentido de poderes individuais e locais num quadro de lealdades nacionais”. Logo a dominação colonial exigiria que as metrópoles buscassem o máximo de conhecimentos possíveis sobre os territórios conquistados, representando graficamente o espaço²².

A Extensão Rural permitiria ao Estado, portanto, um controle efetivo sobre regiões extremamente isoladas, fora do alcance de mecanismos institucionais formais, fixando num esquema administrativo racional e pragmático, os espaços e tempos fluidos e confusos do interior de Santa Catarina. Por outro lado, havia a busca por romper as barreiras espaciais para a produção capitalista em grande escala na agricultura. O espaço rural passa a ser objeto de uma conquista tecnológica e política, sendo reelaborado segundo os moldes necessários para uma acumulação de capital ampliada, estabelecendo um olhar que selecionaria as áreas mais adequadas aos novos processos produtivos.

Porém, mais do que uma espacialização mais apurada da gestão estatal, o diagnóstico que foi feito sobre a situação da agricultura catarinense e localizou a necessidade de modernização, apresentou uma característica que parece fundamental. Não trataria-se mais apenas de intervenções estatais sobre os produtos agrícolas, no que diz

²² HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. p. 207-209.

respeito a sua armazenagem, distribuição e preços, mas na própria forma de produção, atingindo diretamente os processos de trabalho empregados pelos agricultores. O extensionismo foi um dos elementos dessa mudança nas políticas públicas localizadas no meio rural, que até então haviam se concentrado em quase que apenas garantir o abastecimento das cidades, mesmo que a custa de fazendas estatais.

Já em fins dos anos 40, Reuniões Econômico-Agrícolas tornavam públicas questões referentes à necessidade de eliminar formas antiquadas de trabalho e produzir “mais e melhor”. Surgiu então, nos discursos, uma noção de “tradicional” em contraposição ao moderno. A respeito da criação de gado, por exemplo, dizia-se que era feita de “forma tradicional”, sem exigir a introdução de “novas exigências na técnica de produção”. O tropeirismo, tão importante em Santa Catarina, passou a ser considerado uma prática que impedia o combate à doenças. Tornou-se comum um discurso constatando que “a marcha do gado pelas estradas” era “acelerada pelos tropeiros”, de modo a “entregar urgente o rebanho”, fazendo com que o combate à febre aftosa fosse “inteiramente inoperante em Santa Catarina” enquanto persistisse “o trânsito de gado como atualmente é feito”²³. Portanto, em função de aspectos que em princípio soavam como eminentemente econômicos, acabou sendo levantado um questionamento que envolvia a própria existência de determinados sujeitos sociais e de práticas culturais que estariam impedindo a “modernização”. Cabe destacar que não há aqui qualquer julgamento sobre a necessidade ou não de um controle sanitário rígido sobre a pecuária, algo cuja importância não mais pode ser discutida. Mas, é preciso evidenciar que havia toda uma formação discursiva e uma interpretação cultural envolvida em uma questão, em princípio, tão prosaica e óbvia. Os modos e hábitos de trabalho costumeiros apareciam como problemas que deveriam ser superados.

²³ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Op cit. p. 22.

Essas discussões haviam tomado um vulto muito importante durante aqueles anos de pós-guerra, com a introdução de um novo e significativo elemento: o patrocínio estatal a programas de assistência e ajuda à população mais pobre, muitos deles provenientes de agências internacionais, como é justamente o caso do Serviço de Extensão Rural. Além deste, outros chamados “projetos de desenvolvimento de comunidades” tornaram-se comuns nos países pobres, voltados a elevar padrões de vida. No Brasil, a partir da década de 40, passaram a ser implementadas diversas ações: Campanhas de Educação Rural, Serviço Social Rural, Movimento de Educação de Base, entre outros. Todos esses programas visavam arregimentar a população para projetos oficiais, tomando por premissa a “participação do próprio povo para melhorar seu nível de vida, contando com apoio técnico governamental para tornar mais eficazes os programas de ajuda mútua”, tendo uma “visão organicista de uma sociedade regida pelo equilíbrio e harmonia”²⁴. Essa perspectiva encontrou respaldo entre técnicos e intelectuais de Santa Catarina, que participaram de cursos internacionais sobre tecnologia agrícola. Teobaldo Costa Jamundá, relatando na época as atividades que desenvolveu em um desses eventos, realizado na América Central, ressaltou o “trabalho para vencer a pobreza”, a luta que estava em curso para “vencer o atraso” dos latino-americanos²⁵. Também, a instabilidade política no Terceiro Mundo, que provocou movimentos populares como a Revolução Cubana, levou os governos dos países centrais, notadamente os Estados Unidos, a implementarem projetos como a “Aliança para o Progresso” ou “Alimentos para a Paz”. Havia o receio do papel subversivo da pobreza em plena área de influência norte-americana, alimentando imagens de legiões de guerrilheiros famintos marchando em direção às capitais.

²⁴ MACHADO, Eduardo Paes (coord) et al. Poder e participação política no campo. São Paulo: Cerifa; Salvador: CAR/CEDAP-CENTRU, 1987. p. 17-18.

²⁵ JAMUNDÁ, T. C. Mensagem de Turrialba II. In Boletim Faresc. n. 30-31, ano III, Florianópolis: jun/jul, 1961. p. 01-02.

Outro intelectual catarinense que participou desses programas foi o historiador Walter Piazza, atuando junto ao Serviço Social Rural. Em 1961, escrevendo sobre a importância da atuação de antropólogos em programas de desenvolvimento de comunidade, Piazza ressaltava que o trabalho deveria envolver “motivação” e “mudança cultural”, para que as pessoas atendidas alcançassem “melhores padrões de vida, mais eficiente uso de recursos naturais, melhor saúde e mais educação (especialmente um mínimo para os analfabetos)”²⁶. O papel do antropólogo seria o de fazer um levantamento minucioso das condições sociais, econômicas e culturais da população, ressaltando aspectos como a situação sanitária e as formas de trabalho empregadas.

Iraide Marques de Freitas Barreiro resalta que tais projetos faziam parte de um contexto de “euforia” em torno da “idéia de progresso” que o Brasil vivenciou a partir da década de 50. Difundia-se que “todos os brasileiros deveriam contribuir para com o desenvolvimento da nação”. O autor procura mostrar como ao espaço rural foi atribuída uma característica de atraso, sendo que um programa como a Campanha Nacional de Educação Rural, posta em prática em 1956, teria o objetivo de “transformar a mentalidade dos camponeses e torná-los receptivos às inovações tecnológicas do campo e à sociedade moderna em geral”, pois formariam “um setor ‘disfuncional’ na sociedade”. A população rural seria “tida como ‘inferior’ e ‘atrasada’, do ponto de vista cultural”, devendo sofrer um processo de racionalização²⁷.

Entre todos esses programas, a Extensão Rural teve destaque especial em Santa Catarina, tornando-se uma estratégia privilegiada de intervenção governamental no interior do Estado. Recebeu uma grande quantidade de recursos externos, provenientes

²⁶ PIAZZA, Walter F. O papel do antropólogo nos programas de desenvolvimento de comunidade e cinco trabalhos executados. Florianópolis: 1961, mimeo. p. 3.

²⁷ BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas a Juscelino. in *Revista Brasileira de História*. Brasil: 1954-1964. vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 149-165.

especialmente dos Estados Unidos — Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Aliança para o Progresso, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento²⁸. Além disso, articulou-se com a Igreja, através das Semanas Ruralistas, organizadas pelo episcopado, que facilitavam o contato dos extensionistas com as comunidades agrícolas. Neste último caso, contudo, cabe ressaltar que também começavam a ocorrer alguns problemas de relacionamento com certos sacerdotes e lideranças religiosas que faziam parte de movimentos de contestação, tais como a Teologia da Libertação, opondo-se ao trabalho extensionista, considerando-o uma espécie de “manipulação ideológica”.

Para Dinarte Belato, o “comunitarismo” do discurso da Extensão Rural acabaria servindo para disseminar uma atitude entre os agricultores segundo a qual as diferenças sociais que começariam a surgir, com o sucesso de uns e o fracasso de outros, as desigualdades no acesso ao crédito e à tecnologia, aparecessem como um problema meramente pessoal e não decorrente de um processo intencional e generalizado de intervenções capitalistas no meio rural. Conforme o autor, estaria sendo construída a representação de que “apesar dos pesares” todos seriam iguais, pertencentes à comunidade, embora estivesse aos poucos ocorrendo a exclusão individual de muitos deles²⁹.

A esse respeito, a ACARESC³⁰ foi definida como um “serviço eminentemente educativo”, que se destinaria a ensinar “melhores técnicas de trabalho” ao agricultor, de modo a “elevar-lhe o nível de vida pela aplicação inteligente da renda obtida”,

²⁸ GRIMM, Sadi Sérgio. Repensando a extensão rural em Santa Catarina. In *Agropecuária Catarinense*. vol. 7, nº 4, dez/1994. p. 31-40.

²⁹ BELATO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. (Dissertação de Mestrado em História) Campinas: Unicamp, 1985. p. 18-19.

³⁰ A ACARESC, juridicamente, era uma associação civil, sem fins lucrativos, financiada pelos governos estadual e federal, pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e, em menor escala, pelo Serviço Social Rural, Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina e Prefeituras Municipais. A administração da ACARESC ficava a cargo de uma junta composta pelas partes financiadoras. Sua atuação era orientada por planos anuais e quinzenais de trabalho.

em lugar das “velhas e antiquadas práticas de agricultura e pecuária”. A finalidade do Serviço de Extensão Rural seria a de expandir o crédito rural através de um tipo de assistência orientada para a “exploração lucrativa da propriedade”, com métodos modernos, difundidos por agrônomos e visitadoras domésticas³¹. Passou a desenvolver trabalhos em conjunto com órgãos estaduais ligados à agricultura — como a Usina de Beneficiamento de Leite, que atendia à Capital do Estado — de modo a atrair a atenção de pequenos produtores rurais. Um dos alvos preferenciais era a atuação junto à juventude, os filhos dos agricultores, através dos Clubes 4S (Saber, Sentir, Servir e Saúde). Por meio das modernas tecnologias, os produtores sofreriam grandes transformações em seus hábitos e processos de trabalho, sendo estimulados a produzir segundo as condições do mercado, desenvolvendo lavouras e criações diferentes das que estavam habituados, de modo a poderem pagar os empréstimos que começavam a realizar. Além disso difundia-se a adoção de novas práticas sanitárias e profiláticas³².

Programas como este tinham na intervenção do Estado, um dos seus elementos fundamentais. O Estado, como suposto demiurgo e instituidor do social, deveria ser o condutor das políticas modernizadoras que romperiam o “dualismo” da sociedade brasileira. Parecia estar próximo de todos a possibilidade de superar o atraso e o subdesenvolvimento, a miséria e a ignorância, através da marcha inexorável do progresso e do capital, uma idéia que atravessou décadas e teve seu apogeu durante a ditadura militar. Para Eric Hobsbawm essa idéia de os poderes públicos assumirem um “controle físico” da sociedade e da economia prenderia-se ao fato de as guerras do século XX terem tornado-se totais, não distinguindo civis e militares. Toda a população deveria ser chamada a participar

³¹ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Um Ano de Trabalho: discurso proferido no palácio do governo, em 31 de janeiro de 1957, por ocasião da passagem do primeiro aniversário da sua administração. mimeo. p.10.

³² Santa Catarina. Governador Heriberto Hülsc. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1960. p. 128-141.

do esforço por crescimento econômico, dirigido pelo Estado: “(...) foi ficando claro como os governos tinham de assumir completamente a economia, e como eram agora essenciais o planejamento e a alocação de recursos (...)”³³. Por outro lado, autores que prendem-se a um estudo mais específico da agricultura, apontam a participação estatal como algo “inerente” à atividade, por sua sazonalidade e vulnerabilidade à mudanças climáticas e todo tipo de doenças. Desde o século XIX vêm ocorrendo constantes oscilações na produção em todo o planeta, constituindo crises quase permanentes, o que leva o Estado a agir através de políticas específicas.

No entanto, é preciso ir além daquelas investigações sobre as políticas públicas que, segundo Claus Offe, são próprias das “ciências sociais liberais”, e restringem-se a regras e procedimentos formais, sem perceber relações e interesses, ou atendo-se tão somente aos modos de regulamentação e normatização da atividade estatal. Tratando de questões referentes à difusão do trabalho assalariado, o autor chama a atenção para aspectos que podem ajudar a compreender as razões que presidiram a crescente intervenção de políticas públicas no meio rural. Para Offe, a ação sobre a força de trabalho e as transformações daí decorrentes não derivam apenas da “coerção muda das relações econômicas”, mas fundamentalmente das políticas sociais do Estado, que criam as condições necessárias para a construção de um tipo de trabalhador, através da inviabilização de formas alternativas de sobrevivência e da transmissão de normas e valores. “A política social representa uma estratégia estatal de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado [no nosso caso diríamos, simplesmente, capitalista], isto é, uma relação

³³ HOBBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 52.

que somente poderia adquirir a difusão e a ‘normalidade’ que hoje existem graças à efetividade dessa estratégia”³⁴.

Do mesmo modo que o trabalho assalariado, a idéia de uma agricultura em moldes capitalistas e “modernizada” também precisou adquirir normalidade e legitimidade. Esse processo foi lento e não pode ser tomado como auto-evidente. A necessidade de mudar hábitos de trabalho e adotar novas tecnologias não surgiu automaticamente entre os pequenos agricultores catarinenses. Uma tal situação envolve a constituição e legitimação de determinados sujeitos sociais enquanto que, por outro lado, marginaliza os desviantes, aqueles que pudessem buscar alternativas ao mercado capitalista.

Offe aponta que a expansão das relações capitalistas despoja os indivíduos “de seus recursos materiais e simbólicos, dos quais depende uma auto-representação satisfatória”³⁵. A intervenção das políticas públicas vem, então, criar uma nova sociabilidade que, de outro modo, não se imporia. “A socialização não ocorre somente através do mercado, pois este necessita da sanção de uma associação política de dominação — do poder estatal”³⁶. Faz-se necessário que a participação no mercado seja posta como a única alternativa de sobrevivência pois, caso contrário, esferas de sociabilidade tradicionais se tornam um refúgio seguro.

Para isso o meio rural foi sendo integrado à uma nova governamentalização, tornou-se objeto de uma intervenção estatal que tinha o intuito de conhecer, contabilizar, delimitar populações, de modo a levar esse “outro” Brasil ao desenvolvimento e aos benefícios do capitalismo, aumentando a produtividade das práticas agrícolas, mediante a introdução de modificações tecnológicas que tinham o fim de alterar profundamente as

³⁴ OFFE, Claus & LENHARDT, Gero. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social. in: OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 22.

³⁵ Ibid. p. 19-20.

³⁶ Ibid. p. 24.

chamadas práticas costumeiras e rotineiras dos pequenos agricultores catarinenses, provocando as mudanças culturais pretendidas. Contudo, o discurso técnico da Extensão Rural procurou exprimir a representação sempre recorrente, segundo a qual a tecnologia teria características absolutamente neutras e distanciadas em relação aos conflitos e valores sociais.

2

A cidade contra o campo

Após a Revolução Industrial, os inventos técnicos tomaram uma tal profusão que o imaginário e as práticas cotidianas das pessoas em diversas sociedades passaram a ter por uma de suas referências básicas a convivência com máquinas de todos os tipos e para todas as finalidades, integrando-se de tal maneira aos hábitos humanos que sua presença tornou-se naturalizada e inquestionável. Entretanto, o espaço por excelência desse ambiente “maquinico” e autômato foi composto, durante o período inicial da sociedade industrial, pelas cidades. Os grandes aglomerados industriais, com chaminés soltando gases na atmosfera e miseráveis vilas operárias em torno, formam o cenário geralmente lembrado a respeito desse novo meio social, que substituiu os ritmos naturais pela velocidade frenética dos fluxos urbanos.

A extensão dessa racionalidade industrial para o meio rural foi muito mais lenta e a tão propalada “industrialização da agricultura” é uma idéia que — apesar de ter

entusiasmado os pensadores do século XIX —, segundo estudos recentes, jamais chegou a se concretizar. Ainda não teria havido desenvolvimento tecnológico capaz de substituir a transformação natural de energia solar em alimentos¹. Porém, o que mais nos interessa é que essa crença moderna a respeito da subjugação da natureza, da superação dos “limites naturais” pela vontade criativa e transformadora do homem, foi difundida aos quatro cantos e tornou-se uma das mais poderosas representações do homem moderno. No que diz respeito à agricultura, a possibilidade de abundância de alimentos, o fim da fome e da miséria, tornou-se uma perspectiva bastante próxima às sociedades modernas, uma promessa tornada perfeitamente alcançável graças aos avanços tecnológicos, que determinariam maior controle sobre os processos naturais. Essa idéia atravessou épocas e teve um momento fundamental após a II Guerra Mundial através dos processos da chamada Revolução Verde.

A Revolução Verde² foi um programa internacional que visou desenvolver experiências em genética vegetal, com o fim de criar e multiplicar sementes eficientes, principalmente de trigo, arroz e milho, para diversos solos e climas, bem como resistentes a doenças e pragas, implicando transformações nas tecnologias e práticas de trabalho no campo. O discurso dos patrocinadores procurava ressaltar uma imagem humanitária, enfatizando a possibilidade de acabar com a fome no planeta. Apesar disso, o que interessava a muitas corporações eram os lucros que poderiam obter, já que a agricultura estava se tornando um novo campo de valorização para a indústria. Segundo Argemiro Jacob Brum, “o desfecho da Segunda Guerra Mundial” teria aberto “grandes perspectivas de expansão do capital”, porque “a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos

¹ VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 177.

² A Revolução Verde, centrada em vegetais, teve o seu correlato veterinário na chamada Revolução do Sangue.

negócios nas grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização.”³

Inicialmente promovidos pela Fundação Rockefeller, grande difusora da Revolução Verde em sua fase pioneira, foram desenvolvidos projetos-piloto em países como México, Filipinas e Brasil, para efetuar pesquisas e experimentos. Aos poucos a difusão dessas novas tecnologias passou a ser compartilhada com os poderes públicos dos diversos países interessados. No Brasil, Nelson Rockefeller teve responsabilidade direta, conforme mencionado em momento anterior, pela primeira experiência com extensionismo rural no país, em Minas Gerais, no ano de 1948, tendo ainda participado da criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Analisando os processos de integração agroindustrial de pequenos produtores, Dinarte Belato aponta que o capital monopolista teria “reinventado” o que o autor denomina de “produção camponesa”, “mantendo-a e submetendo-a à sua lógica”, sem a necessidade de “destruí-la”: “a extração do excedente, outrora fraco, por via mercantil ou por coação extra-econômica”, multiplicaria-se com a submissão da pequena produção ao capital, passando a estar integrada “ao circuito industrial”⁴.

Para tanto, “uma longa trajetória de transformações articuladas pelo capital monopolista internacional” teria sido posta em prática, conduzindo, por um lado, à “montagem de projetos-piloto” — os quais dariam origem às “atuais formas de extensão rural” — que visariam controlar as mudanças provocadas pela desarticulação das formas históricas da pequena produção. Por outro lado, houve a constituição de uma série de

³ BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da Agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 45.

⁴ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. (Dissertação de Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 1985. p. XVI.

Centros Internacionais de pesquisa agrícola que influenciariam sobremaneira a montagem dos “sistemas de pesquisa agropecuária no interior de cada país”, tudo com vistas a “manter sob controle do capital internacional os padrões tecno-científicos da produção agrícola capitalizada, bem como assegurar-se o controle da produção da totalidade dos meios alimentares das massas populacionais dos países da esfera capitalista”. Belato sugere que a “revolução verde” visaria estirpar uma suposta “revolução vermelha”⁵.

O autor lembra que ao mesmo tempo em que iniciou os trabalhos extensionistas no Brasil, o grupo Rockefeller começou a investir “na área de sementes melhoradas”, inicialmente de milho, através do IBEC (International Basic Economy Corporation). Passou a atuar em Minas Gerais, no Paraná e Rio Grande do Sul, sendo que no primeiro Estado “incorporou uma pequena empresa produtora de sementes (Agrocere), controlando 64% das ações, mas mantendo os antigos proprietários que ficaram com o restante das ações”⁶.

Os vários centros internacionais de pesquisa, montados na esteira da Revolução Verde, manteriam “sob controle a quase totalidade dos produtos agrícolas dos países pobres, responsáveis pela alimentação humana e animal, bem como da produção pecuária (gado de corte e suínos) nas regiões com larga disponibilidade de terras e pastagens”. Os centros detém bancos de germoplasma “para executar os cruzamentos dos quais resultam as variedades desejadas para a região em foco”, função que monopoliza, além de definir as regiões a serem atendidas por algum programa, “em vista a obter um alta produção do cereal quer quantitativa, quer qualitativamente”. Estabelecem ainda

⁵ Ibid. p. XVII-XVIII.

⁶ Ibid. p. 19-20.

articulações com órgãos financiadores de pesquisas e adaptam órgãos nacionais aos objetivos de seus projetos, liberando técnicos para atuarem em determinadas regiões⁷.

A criação da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em 1972, teria ocorrido segundo o modelo dos centros internacionais de pesquisa. Sua atuação conjunta com a já mencionada Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, fundada em 1974 para substituir a ABCAR, pretendia “agilizar a produção de conhecimentos e técnicas e sua rápida aplicação no campo”. Já era o momento do I Plano Nacional de Desenvolvimento, que estabeleceu para o setor agrícola uma estratégia visando “a conquista de capacidade competitiva”, às custas de muitos incentivos fiscais, “disseminação do uso de ‘insumos modernos’” e um “programa de pesquisa agrícola em grande dimensão”⁸.

Essa modernização da agricultura no sul do Brasil, nos moldes da Revolução Verde, começou no planalto do Rio Grande do Sul, em meados do século XX. A expansão das lavouras de trigo e, a seguir, de soja, tornou-se o carro-chefe da nova situação. Na época o governo federal promoveu uma grande campanha nacional em favor do que chegou-se a chamar de “batalha do trigo”, pretendendo compará-la em importância ao movimento do “Petróleo é Nosso”. Ser auto-suficiente em trigo parecia fundamental para a soberania brasileira. Em Santa Catarina, apesar de algumas condições técnicas desfavoráveis — como o relevo acidentado, que dificultou a mecanização —, já nos anos 50 eram sentidos reflexos da expansão da nova lavoura. No ano de 1956, técnicos da Secretaria da

⁷ Dinarte Belato cita vários centros internacionais de pesquisa, tais como, o IRRI - Centro Internacional de Pesquisa sobre o Arroz, fundado em 1959, nas Filipinas; o CIMMYT - Centro Internacional de Mejoramento de Maíz y Trigo, em 1966, no México; o CIAT - Centro Internacional de Agricultura Tropical, em 1967, na Colômbia; o IITA - International Institute of Tropical Agriculture, em 1968, na Nigéria; o CIP - Centro Internacional de la Papa, em 1971, no Peru; o ICRISAT - International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics, em 1972, na Índia; o ILRAD - International Laboratory for Research in Animal Diseases e o ILCA - International Livestock Center for Africa, fundados em 1973, respectivamente no Kênia e na Etiópia; o ICARDA - International Center Agricultural Research Development of Arid Lands, em 1976, no Líbano e na Síria.

Cf. *Ibid.* p. 50-75.

⁸ *Ibid.* p. 75-80.

Agricultura alertavam “sobre os perigos de caráter de competição em que vem se processando, no planalto, a introdução das lavouras do trigo”. Permanecendo tais condições “o rebanho bovino, que abastece as cidades”, sofreria “grave redução”⁹. O governo dizia-se preocupado “com o desenvolvimento da motomecanização da agricultura, que passa a explorar grandes áreas tradicionalmente pastoris”, fruto da “extraordinária expansão da cultura do trigo, que no seu avançar constante está ganhando as ondulantes coxilhas do nosso planalto”¹⁰.

A introdução de cultivos como o trigo e, mais tarde, a soja, trouxe a difusão de novos hábitos alimentares, que se tornaram cada vez mais homogêneos em várias partes do mundo. Uma dieta com base na associação de proteína animal com óleos vegetais, típica dos Estados Unidos, foi sendo incorporada em vários países, tornando-se padronizada. Antigos costumes locais começaram a ser substituídos: no Brasil, por exemplo, o trigo e a soja vieram substituir o milho e a mandioca no gosto popular, enquanto que a manteiga foi sendo trocada pela margarina. Ressalte-se que, em Santa Catarina, o milho continuou sendo um produto muito importante, porém destinado quase totalmente à alimentação de suínos. Quanto à soja, em 1973 os órgãos oficiais catarinenses divulgavam com entusiasmo que a “espetacular expansão” dessa cultura seria “o acontecimento mais importante no panorama agrícola nacional”. O Estado havia dobrado a produção desse alimento em apenas 4 anos, porém para o governo isto seria “muito pouco em razão do que poderá ser feito”¹¹.

Por outro lado, a crescente tecnificação, tanto na produção quanto do processamento dos alimentos, pôs à disposição dos consumidores — daqueles que pudessem pagar! — uma série de alimentos novos, com sabores artificialmente

⁹ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1956, p. 24.

¹⁰ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1957, p. 119.

¹¹ Fundação IBGE. Agro-informativo de Santa Catarina. n° 31. Florianópolis: abr/1973. p. 2.

diversificados. Era o modelo de produção em massa chegando ao estômago, tendo começado a ganhar terreno a cultura do “fast-food”. Os hamburgers do McDonald’s e a Coca-Cola tornaram-se os símbolos de um novo estilo de vida, promovido pelo surto tecnológico. “A crença era que ‘novo’ equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionário”¹². Renato Ortiz detecta nesse processo expressões do que chama de “mundialização da cultura”, algo que só recentemente vem adquirindo contornos definidos, mas que teria suas primeiras manifestações a partir da metade do século XX, com a internacionalização crescente do capital. Desde os anos 60, haveria uma tendência constante para a convergência dos hábitos culturais, cada vez mais “desterritorializados”, em diversas partes do planeta, principalmente no que diz respeito às “estruturas de consumo” padronizadas. A convivência com eletrodomésticos, telefones, televisão, automóveis, viagens, tornou-se mais familiar para os que tivessem condições de participar dessa cultura. A isso se associou a queda nos gastos com alimentação proporcionada pela super-produção agrícola derivada da mecanização dos campos, condição indispensável para essas transformações¹³.

Para David Harvey, “o longo período de expansão do pós-guerra”, teria caracterizado-se como momento de mais alto grau de alcance social do modelo “fordista-keynesiano”, quando teria ocorrido a “ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial”. Houve uma grande concentração industrial em determinadas regiões do planeta, alimentadas por “enormes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não comunista”, formando “um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos”. O Estado passava a “assumir novos

¹² HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 261.

¹³ ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 240p.

(keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais”, de modo a dar suporte ao grande capital corporativo e promover a organização do trabalho em bases favoráveis para a demanda industrial, esforçando-se “por controlar os ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias”, direcionadas para o investimento público em transporte e infra-estrutura, “vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa”, complementadas por ações da área social, garantindo segurança, assistência médica, educação, habitação. Mencione-se “a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato”, o que prepararia “o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo”, ou seja, viabilizando a efetivação de um modelo de produção e consumo de massa, capaz de estabelecer uma sociedade “racionalizada, modernista e populista”, agindo sobre os mais diversos aspectos da vida social, ampliando “sistemas de trabalho rotinizados, inexpressivos e degradados”¹⁴.

O autor conclui que “o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total”, pois “produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura”. Com a internacionalização do capital, globalizou-se a “oferta de matérias-primas geralmente baratas”, tornando o Terceiro Mundo um grande alvo de investimentos, sob a égide dos Estados Unidos, que agiam como banqueiros do mundo “em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações”, promovendo “a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pílios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo

¹⁴ HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. p. 121-129.

da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional”¹⁵.

De sua parte, Nicolau Sevcenko sugere que a segunda metade do século XX foi marcada não só pela difusão de “novas fontes de energia e suas respectivas tecnologias, a eletricidade e os motores de combustão interna movidos a derivados de petróleo”, mas também foi o período em que houve “uma intensa expansão do comércio e processamento industrial de outras fontes, nesse caso pessoais e individuais, de energia e excitantes, bebidas alcoólicas, refrigerantes aditivados com estimulantes, tabaco, açúcar, cacau e, sobretudo, café”. Produtos com “destinação individual” e ajustados “com as necessidades de otimização e aceleração do desempenho industrial”, a cerveja engarrafada passou a substituir o vinho, bem como o cigarro toma o lugar do charuto, o chá é trocado pelo cafezinho, “de preferência com bastante açúcar e acompanhado de uma bala de hortelã ou um bombonzinho de chocolate com recheio de licor. Em caso de calor, o cafezinho pode ser substituído pela coca-cola. Para casos de excesso ou sobrecarga, nesse mesmo momento se dá a providencial invenção da aspirina”¹⁶.

Para um grande contingente populacional, a alimentação começou a deixar de ser regulada unicamente pelo “ciclo da Natureza”, com a publicidade e os meios de comunicação passando a estimular a super-alimentação, bem como, por outro lado, também insistindo e intimidando as pessoas a resguardarem um padrão estético caracterizado pelo corpo esbélto e delgado, além de cuidados extremos com a saúde. Dai o paradoxo de uma sociedade que oferece a maior fartura e abundância alimentar da história humana, ter transformado a balança num juiz e levado alguns produtos como o açúcar a tornarem-se grandes inimigos públicos, sobre os quais recaem as mais terríveis acusações, desde

¹⁵ Ibid. p. 129-134.

¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Futebol, metrópoles e desastros*. In *Revista USP: Dossiê Futebol*. São Paulo: USP, nº 22, Jun-ago/1994. p. 30-37.

responsáveis pela obesidade, chegando até o câncer, não deixando de considerar as inevitáveis doenças cardíacas¹⁷.

Apesar disso, países pobres continuaram convivendo com o drama da miséria e fome absolutas. Cabe ressaltar que, mesmo nos países industrializados, não houve o fim das hierarquias alimentares, com os gostos e o acesso a determinados alimentos continuando a variar segundo as diferentes classes sociais, tal como o é registrado pelo exemplo francês, onde as camadas populares gastam uma parte maior dos seus rendimentos em alimentação, do que a classe média ou a burguesia. De todo modo, generalizou-se em maior ou menor grau a perda do caráter ritual da alimentação, que imprimia um ritmo singular à vida familiar, dividida em horários exatos para o café-da-manhã, almoço e jantar. A urbanização crescente da sociedade, submeteu o ato de comer às imposições do trabalho, estabelecendo-se algo que já foi denominado de “taylorismo alimentar”, no qual os *fast-foods*, alimentos em pó e congelados, representam toda uma nova forma de cotidiano, no qual as fábricas tomam o lugar antes reservado exclusivamente à cozinha no preparo dos alimentos. A comida passa a ser produzida sob processos aos quais o público não tem acesso: “os segredos da fabricação escapam ao consumidor”. O alimento torna-se um objeto sem história conhecida, algo que surge na prateleira do super-mercado não sabe-se de onde, enlatado e engarrafado não sabe-se por quem¹⁸. Um segredo que reforça-se ainda mais com as fórmulas químicas e os códigos de conservantes e corantes impressos nas embalagens, levando quase a uma espécie de pensamento mágico, no qual tudo pode fazer mal à saúde. Os produtos alimentares perderam seus laços estreitos com a origem, tornando-se, sob os mais diversos sentidos, desterritorializados.

¹⁷ PROST, Antoine & VICENT, Gérard (orgs.). História da vida privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 316.

¹⁸ Ibid. p. 318-323.

Hobsbawm chama este período situado entre os anos de 1947 e 1973 de “Era de Ouro” do capitalismo. Seria nessa fase que os historiadores do Terceiro Milênio identificariam o maior impacto do século XX, assinalando “o fim dos sete ou oito milênios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra”, encerrando “a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos”¹⁹. O disparo da produção de alimentos, particularmente no Terceiro Mundo, diminuiu o número de países dependentes exclusivamente da agricultura. Foi nesse momento, segundo o autor, que a tecnologia ultrapassou a do século XIX, provocando a crença, em meios governamentais e intelectuais, “que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade”²⁰.

Este século estaria marcado, assim, pelo fim de um tipo de sujeito social e de um modo de vida, o dos camponeses e agricultores de subsistência, com a cristalização do movimento de urbanização crescente das sociedades: “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”²¹. Nunca antes os seres humanos foram tão urbanos. Desde o início da era industrial essa constatação tem alimentado diversas atitudes em relação ao campo, tais como o bucolismo, que Raymond Williams encontrou na poesia e literatura inglesas justamente no momento em que a agricultura passava por grandes transformações capitalistas no século XIX. Houve a idealização do mundo rural, lugar da vida boa, onde persistiriam a ordem natural, os valores morais, as hierarquias consolidadas, numa percepção que em alguns casos beirou o conservadorismo mais reacionário²². Foi a época do movimento romântico que, entre

¹⁹ HOBBSAWM, Eric J. Op cit. p. 18.

²⁰ Ibid. p. 257.

²¹ Ibid. p. 284

²² WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 32-56.

outros, envolveu folcloristas na busca incessante pelo registro de “tradições” que estavam sendo apagadas pelo avanço do capitalismo.

De todo modo, essas e outras atitudes tinham por matriz comum a oposição crescente entre dois ambientes distintos, considerados absolutamente antagônicos. “O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida — de paz, inocência e virtude simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações — de saber, comunicações, luz”²³.

O próprio Marx já havia assinalado, em seu tempo, que “a base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias” seria “a separação entre a cidade e o campo”, concluindo que “toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese”²⁴.

No Brasil, José de Souza Martins identifica já na entrada do século XX, a redefinição das “relações de domínio entre o mundo rural e o mundo urbano”²⁵. O crescimento das cidades e da população urbana logo deu contornos à uma luta envolvendo representações que pretendiam definir a sociedade brasileira por um suposto caráter urbano ou rural. Um intelectual conservador como Alberto Torres, escrevendo nos anos 10, acusava a urbanização “anômala” do Brasil como um fator de desagregação e desordem de uma sociedade edificada sobre os costumes da roça e da família rústica. Praias, portos, cidades litorâneas e cosmopolitas seriam “zonas mistas de difusão e desagregação social, áreas de invasão de costumes fáceis e de perversão dos caracteres”²⁶.

²³ Ibid. p. 11.

²⁴ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital). Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 278.

²⁵ MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 02.

²⁶ TORRES, Alberto. O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização social. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978. p. 32.

Durante a República Velha, quando iniciou a predominância da “grande burguesia paulista no cenário político-econômico nacional”, Sônia Regina de Mendonça identifica um discurso de segmentos dos grandes proprietários rurais, articulados em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), baseado na “hipervalorização do campo e da vida rural”, enfatizando a chamada “vocação eminentemente agrícola do país”²⁷.

Nas décadas seguintes, os termos do debate seriam invertidos mas a questão central permaneceria. Após 1930, com a crise do café e as transformações políticas ocorridas em todo o período de governo de Getúlio Vargas, o mundo rural subordinou-se definitivamente ao urbano, passando a agricultura de exportação a financiar a industrialização. Por outro lado, o Estado tratou de não intervir nas antigas relações de poder do interior brasileiro, ao não estender a legislação social ao campo.

Esse antagonismo entre campo e cidade teve como contrapartida a elaboração do que Martins chama de “ideologia urbana”, que buscou distinguir, reafirmar e marcar a dominância dos valores da cidade, através de construção de estereótipos sobre o “homem do campo”, tomado como ingênuo, rústico ou mesmo preguiçoso; um Jeca Tatu.

“Um documento exemplar a esse respeito é a história do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. O caipira preguiçoso (porque doente), matamorfoseia-se no rico fazendeiro cercado de múltiplas comodidades urbanas (...) graças à intervenção de dois agentes urbanos: o médico e os remédios de laboratório. Essa história, que expressa limpidamente os componentes ideológicos fundamentais da consciência urbana recente sobre o mundo rural, denuncia os vínculos reais entre o rural e o urbano. Note-se a ‘incapacidade’ da sociedade agrária, através da sua população, desenvolver-se social, cultural e economicamente, presa de inércia ‘doentia’. E a ‘terapêutica’ fundada na ideologia indicada, de ação exterior ao meio rural, de preeminência do meio e das

²⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930). in *História & Perspectivas. Questão da terra e modernização da agricultura*. n° 10, Uberlândia: jan-jun/1994. p. 31-44.

concepções urbanas na definição do modo como a sociedade agrária deve integrar a totalidade do sistema social: como compradora e consumidora de mercadorias, como mercado.”²⁸

O espaço rural foi sendo construído como um mundo à parte, problemático, anti-moderno, de “economia natural” ou até mesmo “feudal”, que deveria sofrer intervenção do Estado e ser atingido pelos produtos e formas de vida urbano-industriais. Foi em função da sociedade urbana que forjaram-se “os problemas”, “as questões” do meio rural, “seja quanto às necessidades crescentes do mercado, seja quanto às necessidades de preços baixos no item alimentação”. Como aponta Martins, “esses diagnósticos e concepções” exprimiriam-se “em programas de extensão rural em que ‘ignorância’ e ‘baixa produtividade’ são variáveis freqüentemente apresentadas como dependentes, nos quais o médico da história mencionada é substituído pelo engenheiro-agrônomo e/ou pelo agente de crédito e os remédios pelas máquinas, fertilizantes, defensivos, empréstimos, etc.”²⁹

A introdução do extensionismo rural foi, portanto, mais uma das faces desse processo de predomínio urbano. Ocorreu num momento, por volta dos anos 50, em que o pensamento dualista tratava de dotar a oposição entre cidade e campo de uma dimensão teórica, encarando-a como uma contradição entre moderno e arcaico. A raiz do subdesenvolvimento se encontraria nos obstáculos que o Brasil agrário opunha ao Brasil do progresso. Uma das mais célebres discussões a esse respeito girava em torno da tese que apontava a sobrevivência de estruturas de um passado supostamente feudal.

Toda essa preocupação com os problemas do desenvolvimento brasileiro fez com que o mundo rural viesse à cena. Conforme Leonilde Sérvolo de Medeiros, os diversos conflitos no campo ocorridos nesse momento, em torno da reforma agrária, tornaram

²⁸ MARTINS, José de Souza. Op cit. p. 04.

²⁹ Ibid. p. 5-6.

visíveis e deram uma linguagem e uma identidade comuns aos diversos tipos de trabalhadores rurais, nas diferentes regiões do país. As várias denominações locais, tais como parceiros, sitiantes, colonos, caipiras, entre outras, passaram a ser sintetizadas nos termos “trabalhadores agrícolas”, “lavradores” ou “camponeses”, em contraposição à “latifundiários” ou “grileiros”. Enfim, as questões do meio rural entraram em cena e se tornaram correntes na sociedade, numa luta pelo reconhecimento da cidadania e da participação na esfera pública “para aqueles que o Estado e as entidades de representação patronal tentavam apresentar como homens do campo, rurícolas, etc”³⁰. As Ligas Camponesas no Nordeste, movimentos de trabalhadores sem-terra no Paraná e Goiás, ou mesmo a implementação de assentamentos levada a cabo pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, traziam ao proscênio os problemas rurais. Tomou impulso o movimento de constituição do “moderno sindicalismo rural brasileiro”, que já vinha desenvolvendo-se desde 1954, quando houve uma “mobilização de forças, realizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) para uma ação política no campo”, bem como a Igreja Católica disputava “influência sobre os trabalhadores rurais”, além do próprio governo trabalhista de João Goulart³¹.

O meio rural de Santa Catarina também foi palco de disputas e conflitos, que envolviam a subordinação de pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais, cuja ressonância não atingia os níveis verificados em outras partes do país, que na mesma época viviam processos de luta organizada por reforma agrária. Já nos anos 50, ocorreram registros de diversas denúncias e reclamações dando conta de “despejos praticados por proprietários de terras e de que são vítimas modestas famílias de agricultores, moradores de

³⁰ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In Estudos: Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 4, julho de 1995. p. 50-65.

³¹ COSTA, Luiz Flávio Carvalho Costa. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996. p. 01-04.

muitos anos, com plantações e benfeitorias. Essas famílias se vêem, de um momento para o outro, atiradas nas cidades, despovoando os campos, com prejuízos da produção e conseqüente agravamento do custo de vida”³². A maior parte dos conflitos fundiários se concentrava nas áreas de colonização recente, no Oeste do Estado, onde principalmente madeiras recebiam enormes concessões de terras, em torno de 10 mil hectares. Em 1961, o governo formou um grupo de trabalho para o estudo dos assuntos de terras e colonização, que definiu como desumano e anti-social “o critério adotado pela Diretoria de Terras e Colonização no distribuir as concessões de terras devolutas”, que se tornavam “um instrumento dos que requerem vastas extensões de terras para fins especulativos”, impedindo o acesso “àqueles que delas necessitam, para o sustento do seu lar e da própria sociedade, que hoje — mais do que nunca — está a exigir uma distribuição mais humana, e, por isto, cristã, da propriedade”.

Os debates nacionais suscitados por todos esses movimentos, giravam em torno da noção de que o atraso e a concentração fundiária tornavam crônica a escassez de alimentos nas cidades, dificultando a urbanização e fazendo persistirem relações de produção não-capitalistas no campo, o que retardava o crescimento do mercado consumidor para produtos industriais. O pensamento dualista, seja em suas vertentes mais conservadoras ou radicais, propugnava o desenvolvimento como a vitória da cidade sobre o campo, como expressão do aprofundamento de relações capitalistas no meio rural. Para que isso ocorresse os caminhos apontados iam desde tímidas mudanças tecnológicas até a reforma agrária. De qualquer forma, é impressionante a coincidência de pontos de vista sobre a “realidade” brasileira em correntes políticas muito distintas, como liberais, nacional-desenvolvimentistas ou mesmo comunistas, mais preocupados em associar-se à “burguesia

³² Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1951, p. 38.

nacional” do que em empreender a luta de classes, articulando-se aos “movimentos sociais através de práticas populistas”³³.

Segundo Zilda Iokói, o desenvolvimentismo provocou muitas alterações nas relações de trabalho, sendo que “a mecanização da agricultura”, efetuada “com a entrada das empresa produtoras de tratores, ceifadoras, arados mecânicos, a química de fertilizantes”, teria feito parte de uma série de financiamentos e isenções fiscais, “permitindo novas possibilidades de acumulação”. Com isso, o produtor rural seria impedido de “realizar sua experiência cultural de plantio e de recuperação do solo”, desagregando sua cultura, que passaria “a ser considerada irracional e dispensável nos novos processos produtivos”³⁴.

Modernização tornou-se a palavra-chave, ligada à idéia de que a cidade, o mundo urbano seria o portador das virtudes e das atitudes correspondentes à sociedade desenvolvida que se pretendia construir. Portanto, juntamente com as questões econômicas, extremamente relevantes, a preocupação para com o subdesenvolvimento brasileiro e suas dualidades, revestia-se de um caráter cultural, envolvendo o embate entre mundos tomados como opostos. Era preciso que o campo assumisse as feições e os modos de vida da cidade para daí surgir o Brasil moderno.

São questões que persistem através da história brasileira, assumindo diferentes formas, sempre envolvendo as elites em torno da perspectiva de modernizar conservando, fazendo com que a modernidade sempre se reproduzisse no Brasil com um aspecto excludente. Tal não foi diferente para os governantes catarinenses a partir dos anos 50, preconizando e urgindo uma idéia de progresso e desenvolvimento que tomou a maioria

³³ IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. Os problemas do desenvolvimento na América Latina frente aos descaminhos da modernidade. in *Revista Brasileira de História. Representações*. vol. 15, nº 29. São Paulo Anpuh/Contexto, 1995. p. 130.

³⁴ *Ibid.* p. 131.

da sociedade como obstáculo e tendo como pressuposto a constituição de incompetentes sociais, incapazes de dominar os códigos e padrões da nova cultura. Uma modernização conservadora, não imobilista mas sem rupturas: estava ausente a intenção de quebrar correlações de poder ou estruturas de dominação. Aliás, como aponta José de Souza Martins, é muito difícil identificar no Brasil quem faz parte do partido da ordem ou da ruptura, um país cujos projetos transformadores são frequentemente assimilados e desfigurados pelos detentores do Estado. “As mesmas elites responsáveis pelo patamar de atraso em que se situavam numa situação histórica anterior, protagonizaram as transformações sociais.”³⁵

Essa ambigüidade entre mudança e permanência tem em Santa Catarina um momento excepcional. O período de governo entre 1961 e 1964 foi orientado por um plano de metas desenvolvimentistas que, após estabelecer os “pontos de estrangulamento” da economia catarinense, programou uma série de intervenções governamentais para induzir o crescimento estadual³⁶. O poder público passava a ser o criador de uma nova sociedade catarinense, próspera e desenvolvida, com promessas inclusive de realização de reforma agrária em terras devolutas, através do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC). Ao mesmo tempo esse foi o momento em que a Extensão Rural ganhou maior destaque no governo estadual, sendo vista como uma das saídas para resolver o atraso do campo.

“A experiência tem demonstrado que as técnicas contidas na extensão agrícola são altamente indicadas para promover o bem-estar rural. Seria de nosso desejo que pudéssemos criar as condições para no quinquênio 1961-1966, dispormos, no território de cada município,

³⁵ MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 58.

³⁶ SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a experiência do Plameg. Florianópolis: UFSC/UDESC, 1985.

de no mínimo um agrônomo, um veterinário e uma assistente doméstica. Estes técnicos, num trabalho de equipe, levariam à casa do agricultor os conhecimentos todos de que ele e a família necessitam para vencer os momentos duros em que vivem.”³⁷

O Plano de Metas do Governo - PLAMEG, surgiu do Seminário Sócio-Econômico realizado na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina — FIESC³⁸. Significava o nacional-desenvolvimentismo chegando à Santa Catarina, após um período que fôra marcado em todo o país, durante o governo de Juscelino Kubstcheck, por uma enorme ânsia de crescimento acelerado através de investimentos estatais maciços em infra-estrutura e industrialização de base, juntamente com a abertura da economia para o capital estrangeiro, o que traria o progresso tecnológico. Conforme Wenceslau Gonçalves Neto, a partir dos anos 50, “os planos globais de governo” haviam tornado-se “uma praxe administrativa, tendo sido confeccionados em todos os períodos, à exceção da rápida passagem de Jânio Quadros pelo Palácio do Planalto”. Permaneciam, em grande parte, “ao nível das intenções, não conseguindo avançar na execução de suas propostas”, embora sejam importantes referenciais para a compreensão e análise do quadro político e das idéias mais aceitas num determinado momento³⁹. Neste mesmo período, os governos de Santa

³⁷ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 1ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado. Florianópolis: 15 de abril de 1961. p. 27.

³⁸ Eram algumas conclusões do Seminário Sócio-Econômico:

- “Em 1947 Santa Catarina participava com 3% da renda interna do país. Em 1952 esta participação desceu a 2,4%. Em 1957 era de 2,7%, caindo em 1959 para 2,6%”;

- “Os investimentos de capital estrangeiro sem cobertura cambial alcançaram, no país, até 31 de dezembro de 1960, a quantia aproximada de meio bilhão de dólares. Santa Catarina recebeu pouco mais de 500 mil dólares, ou seja, 0,117%”;

- “Somos 1.700.000 catarinenses que trabalhamos a terra e produzimos, em 1958, 5% de valor global da produção agrícola do país, mas não obtivemos mais do que 1% dos empréstimos agrícolas do Banco do Brasil”;

- “80% das moradias rurais não têm condições de habitabilidade. E a formação de 5.000 novos casais por ano agride os responsáveis pelo bem-estar das populações, clamando por uma solução”.

Cf. *Ibid.* p 05-06.

³⁹ NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil. in História & Perspectivas. Questão da Terra e Modernização da Agricultura. nº 10, Uberlândia: Ed Universidade Federal de Uberlândia, jan-jun/1994. p. 81-107.

Catarina começaram a produzir seus planejamentos, com uma euforia própria ao período em que uma parcela significativa do País chegou a julgar que estaria próxima da superação do subdesenvolvimento. O Plano de Metas do governo catarinense acabou trazendo esse espírito, constituindo-se num importante momento de transformações na infra-estrutura do Estado, embora não devendo-se superdimensionar seus efeitos. Uma característica relevante desse tipo de programas é que estavam envolvidos em toda uma atmosfera discursiva populista, na qual o povo aparecia como um elemento retórico constantemente evocado para legitimar as intenções de seus formuladores.

Muitas das questões que estavam sendo apresentadas como solução em terras catarinenses, haviam feito parte do Plano Trienal que, mais ou menos na mesma época, foi elaborado durante a gestão do então ministro Celso Furtado na área econômica do governo federal. Tratava-se de procurar “alternativas para a recuperação do vigor desenvolvimentista da economia brasileira”, rompendo “os obstáculos que estavam colocados no caminho deste processo”, com destaque para a “estrutura agrária brasileira que, não assimilando modernas técnicas, acabava por atrasar o conjunto da economia”, precisando “ser modificada com rapidez e eficiência”. A reforma agrária foi tomada como uma necessidade para o aprimoramento tecnológico da agricultura e à sua exploração em bases capitalistas. Daí que os mecanismos governamentais preconizados para o programa de desenvolvimento fossem pesquisa e fomento, crédito agrícola e uma política de preços mínimos, preocupando-se ainda com “os bens de produção para agricultura”, principalmente os equipamentos agrícolas, dentre os quais a “produção de tratores que ora iniciava sua arrancada no Brasil”, além dos fertilizantes, defensivos, armazéns e silos⁴⁰.

No caso de Santa Catarina, para justificar a ênfase dada à modernização agrícola no PLAMEG, partiu-se de algumas constatações, dentre as quais a de que “80 %”

⁴⁰ *Ibid.* p. 89-93.

da população vivia no campo e que dos 120 mil operários, 40 mil trabalhavam na indústria de transformação de produtos primários⁴¹: “a indústria urbana repousa sobre a atividade do homem rural”. Apesar disso, dizia-se que “nada se fez pela agricultura”, algo atestado pelos números “na frieza da sua revelação”⁴². Esses cálculos e estatísticas eram abundantes e constantemente invocados para explicitar todas as carências estaduais. Entre 1952 e 1956 a quantidade de hectares cultivados havia aumentado 2% e a produção de alimentos, 5%. Já a população teria crescido 12% no mesmo período, o que resultaria na alta dos preços dos produtos alimentícios. Desde 1947 a constituição da renda estadual estaria praticamente inalterada, indicando “uma fase de estagnação, em que o incremento do produto serve apenas para cobrir aumentos populacionais”, com forte predomínio das atividades agrícolas. A culpa por essa situação recaía na ausência e omissão do Governo do Estado para com a agropecuária. Haveria uma grande opção a ser tomada: “ou se elevam o nível de vida, através de novas condições de trabalho nos campos, e com isso se fixa o colono à terra, ou se preparam as cidades para a absorção de considerável massa de trabalhadores”⁴³

“Salvemos a nossa agricultura, redimindo o agricultor. Não é preciso sair de Santa Catarina para constatar-se a existência de comunidades rurais extremamente pobres, a menos de 30 km de comunidades ricas e florescentes, em que a causa fundamental de ocorrência está nas qualidades da terra e na desassistência ao homem, porque as oportunidades de mercado para ambos os casos são iguais”⁴⁴.

⁴¹ Segundo dados de 1958, a renda interna de Santa Catarina era assim distribuída:

Setor Primário.....	50,6%
Setor Secundário.....	20,7%
Setor Terciário.....	28,7%

A lavoura constituía 51% da renda do setor primário, produção animal e derivados 26% e extração vegetal 23%.

⁴² Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Op cit, 1961. p. 26-27.

⁴³ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 5ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1965, p. 25.

⁴⁴ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 3ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1963. p. 28

À Extensão Rural e aos Programas de Desenvolvimento de Comunidade foi atribuída a tarefa de levar a “assistência técnica, econômica e social adequada”, para superar o atraso tecnológico do agricultor catarinense, pois assim se poderia elevar “em 50%” sua renda bruta⁴⁵. A importância atribuída à ACARESC neste momento pode ser expressa pelo fato de o diretor da instituição, Glauco Olinger, ter sido um dos principais assessores técnicos do Plameg, na área de agricultura. Segundo o discurso oficial, era chegado o momento de superar as práticas antiquadas de difusão de tecnologias, que para aumentar a produção, costumavam dar a máquina, sem ensinar seu funcionamento e sua conservação. “Dá-se o fungicida, o inseticida, a semente, a muda, o reprodutor e não se ensina como utilizá-los tecnicamente, para deles se obter o melhor resultado, o maior lucro”. Por isso, a ACARESC cumpriria papel fundamental na estratégia de modernização que começava a ser implementada. As novas práticas e técnicas desenvolvidas por meio de ensino e pesquisa deveriam ser levadas, ensinadas ao agricultor através de “uma ponte ligando os estabelecimentos do ensino, pesquisa e experimentação diretamente ao produtor rural. Esta ponte os técnicos chamam Extensão”.

Segundo seu próprio discurso, o extensionismo basearia-se “no princípio de que a pessoa aprende vendo, ouvindo e fazendo. Todo o ensinamento é transmitido ao agricultor sob a condição de ser adaptável à prática do campo, no lar e na comunidade”. A “realidade rural”, “obtida através de pesquisa prévia”, orientaria o trabalho para atender “os desejos e as necessidades do povo no triplice aspecto técnico, econômico e social”. Elementos fundamentais em extensão rural, “o agrônomo e a economista doméstica”, deveriam atingir “o lar e a propriedade como um todo”, através de um trabalho de higienização e formação de hábitos mais adequados a um agricultor modernizado: o

⁴⁵ Ibid. p. 236.

“conforto do lar propicia bem estar à família, torna a vida mais agradável e fácil o trabalho”. Para a melhoria da moradia da família rural “a extensionista” ensinaria “a esposa do agricultor a fazer móveis, colchões e tudo mais que possa tornar o lar mais confortável”, para fazer “o trabalho da mulher menos pesado, orientando reformas de cozinha, instalação de água encanada, lavadores e também o próprio arranjo da cozinha, quartos e salas”. Assim, “o homem tornará a propriedade mais lucrativa, a mulher tornará o lar mais aprazível”, tornando-se uma “melhor dona de casa”⁴⁶. Com isso, rompia-se a unidade de trabalho e consumo, criando uma distinção entre esferas de produção e de convivência familiar, própria de sociedades industriais. É interessante que em outras oportunidades ressalta-se que a atuação junto às mulheres seria de fundamental importância, pois estudos demonstrariam “que uma dona de casa, no meio rural, gasta 32% do tempo, executando atividades agro-pecuárias”. E mais: “a participação da mulher catarinense nas lidas rurais é tão significativa que não podemos deixar de incluí-la como fator importante no processo do desenvolvimento agro-pecuário”, não podendo-se “ignorar a presença da dona de casa do meio rural como elemento que também contribui, diretamente, para a produção”⁴⁷.

Segundo Maria Teresa Lousa da Fonseca, os princípios teóricos da Extensão Rural tinham por matriz conceitual o modelo “difusionista-inovador”, que torna o princípio de que a introdução de novos conhecimentos em uma comunidade deve ser dirigida para a alteração (ou correção) de hábitos e comportamentos, levando a mudanças desejáveis. Tinha vistas à superação da “tradição” e implantação de uma mentalidade de lucro, sem levar em conta como tais conceitos seriam assimilados e interpretados pelos receptores das mensagens. O discurso preconizava o incentivo a um “ethos empresarial”, o que envolvia a

⁴⁶ Ibid. p. 29-31.

⁴⁷ SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. ACARESC. Agricultura: diagnósticos e prioridades. Florianópolis: 1967. p. 70-71.

difusão de um ideal de sociedade, caracterizado por paradigmas liberais e produtivistas de uma espécie de “*american way of life*”⁴⁸. Os “pressupostos teóricos” do extensionismo tinham estreita relação com o que poderíamos chamar de “behaviorismo” político que havia tornado-se comum nos estudos sociais em geral, notadamente nos Estados Unidos, durante as décadas de 50 e 60, conforme aponta Richard Tuck⁴⁹. Estudos quantitativos enfatizavam a determinação de leis gerais, científicas, para dar explicações pretensamente desengajadas aos hábitos sociais, aos “valores” e “tradições” culturais, tomados como dados à priori e harmonicamente difundidos entre todos os seguimentos de uma comunidade. Pretendia-se que uma burocracia neutra poderia, a partir de regras universais, tomar as decisões convenientes ao conjunto da sociedade, o que se exprimiu em várias abordagens, tais como as de certas vertentes funcionalistas.

⁴⁸ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. p. 37-67.

⁴⁹ TUCK, Richard. História do pensamento político. In BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 273-289.

3

A eliminação do atraso

Pode-se sugerir que, mesmo em Santa Catarina, a preocupação governamental com a modernização do homem do campo não era nenhuma grande novidade quando da implantação do Serviço de Extensão Rural. Já nos discursos imigrantistas no século XIX é possível encontrar uma ênfase muito acentuada a respeito da necessidade de difundir a racionalização do trabalho, o que na época estava associado à idéia de uma suposta superioridade dos europeus, os quais trariam progresso e civilidade para as selvas tropicais, infestadas de índios e caboclos indolentes, segundo a visão das elites.

Mais tarde, ainda no início do século XX, parece ter havido a ocorrência intermitente mas difusa, de um discurso a respeito da crise e do atraso da agricultura em Santa Catarina. Já se ressaltava o atraso dos “processos” e das “formas” de trabalho, o desestímulo do agricultor, seus hábitos predatórios, algo que deveria ser alvo da intervenção do Estado, através dos meios então disponíveis. Nas Mensagens de

governadores e nos relatórios de seus secretários, alerta-se para a “rotina de velhos hábitos” e para a necessidade de encaminhar o lavrador “para a cultura racional e intensiva”¹. Apenas agindo assim é que seria possível evitar o abandono de terras, “outrora celeiros de frutos da terra”, que gerava o êxodo para as cidades ou para o Oeste, última região colonizada do Estado². Em 1923, o governador de então dizia-se obrigado a reconhecer que, “ao menos nos velhos municípios do litoral”, era preciso “ensinar o nosso pequeno agricultor a recolher do trabalho da terra a somma de bem estar e independência que ella lhe pode dar”³.

No período do Estado Novo, o governo autoritário também havia procurado ter uma intervenção educativa no campo, através do que ficou conhecido como “ruralismo pedagógico”. Naquele momento os discursos referentes à educação de populações rurais estavam relacionados a preocupações como política demográfica, segurança nacional e colonização interna. Foi a condensação de uma série de idéias que vinham sendo formuladas desde os anos 20 e que “consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas”⁴.

Para Adonia Antunes Prado, o ruralismo pedagógico tinha vinculação com a política de “interiorização e conquista” do território brasileiro pelo governo e suas instituições. Um marco desse projeto foi a chamada “Marcha para o Oeste”, lançada em 1938, “visando criar condições favoráveis à vida rural, contribuindo, ao mesmo tempo, para

¹ Santa Catarina. Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Hercílio Pedro da Luz (Vice-governador no exercício do cargo de Governador do Estado), pelo Dr. Adolfo Konder, Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, em 1º de Maio de 1919. p. 111.

² Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1924, pelo Cel. Antonio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-governador, no exercício do cargo de governador do Estado de Santa Catarina. p. 39.

³ Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1923, pelo Engº Civil Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado de Santa Catarina. p. 49.

⁴ PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: Estudos: Sociedade e Agricultura. Cultura e Imaginário, Natureza e Ecologia. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 4, julho de 1995. p. 5-27

incentivar a ida de populações pobres para o interior, além de favorecer a permanência do trabalhador rural no campo”. Um dos intelectuais orgânicos do regime, Cassiano Ricardo, efetuou uma verdadeira “apologia do interior”, considerado reduto de pureza e brasilidade. Havia a intenção política de freiar o êxodo rural, algo que poderia causar transtornos e descontrole nas cidades⁵.

O instrumento básico do ruralismo pedagógico foi a escola, dotada do papel de construir “uma consciência concomitantemente modernizante e conservadora, onde se pregava o apego ao ‘meio’ e, ao mesmo tempo, pressupunha-se uma ação eficiente, autônoma, racional e produtiva, no contexto desse mesmo ‘meio’.” A escola preconizada para o meio rural deveria ser diferente daquela existente nas cidades, por se tratar de chegar a um outro homem; “o objetivo com mais frequência imputado à escola rural era de formar mão-de-obra especializada a seu meio, dissolvendo possíveis sonhos de êxodo e migração para as cidades”⁶, ao passo em que pretendia-se sanear, educar e socializar, difundindo uma ideologia autoritária. Este tipo de ação, conforme Alcir Lenharo, foi levada adiante com o fim de substituir a sempre detida proposta de estender a legislação social ao campo. Tal foi o caso das Colônias Agrícolas Nacionais, que tiveram um caráter de dispositivos civilizadores e faziam parte de um projeto de disciplinarização e profilaxia social, ao mesmo tempo em que procederia-se a ocupação e colonização das regiões Centro-Oeste e Amazônica. Segundo o autor, pensou-se “em implantar uma nova modalidade de ensino agrícola, a fim de que se formasse uma outra geração de agricultores”⁷.

Situando a Extensão Rural no quadro dessa “tradição” brasileira de projetos de construção de novos sujeitos sociais, encontramos a importante diferença de haver

⁵ Ibid. p. 7-10.

⁶ Ibid. p. 11-13.

⁷ LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste. Campinas: Unicamp, 1986. p. 71.

tornado a resolução do “atraso” nos campos uma política pública sistemática e efetiva, substituindo as ações dispersas e descontínuas anteriores, indo até a residência do agricultor para integrá-lo na economia de mercado. O crescente avanço de relações capitalistas de produção no meio rural catarinense logo chamou a atenção para a inadequação do pequeno produtor familiar catarinense às novas técnicas e aos ritmos de trabalho exigidos, o que levou o Estado a intervir diretamente sobre suas práticas costumeiras de trabalho, selecionando os mais capazes segundo critérios técnicos de eficiência e produtividade, dentro de uma lógica de valor de troca.

Dinarte Belato analisa o impacto da introdução dos serviços de Extensão Rural na América Latina, estabelecendo uma comparação com o período que lhe antecedeu, quando a ação de pesquisa e assistência técnica “provinha fundamentalmente da insistência e do interesse das potências coloniais sobre determinados produtos”, voltados à exportação. Já o modelo extensionista implantado após a Segunda Guerra Mundial, com base no modelo norte-americano, havia procurado institucionalizar-se, associando “o Estado, os interesses privados e a unidade de produção agrícola”, ou seja, houve o interesse “pela produção como um todo” e pela capacidade que a agricultura teria “de absorver capital”, qualquer que fosse “o produto em questão, a situação social do produtor ou o tamanho da propriedade”. Este seria o direcionamento, segundo Belato, de todos os projetos de extensão rural implantados seja no Brasil, na Venezuela, no Peru, no Paquistão, entre outros, que deveriam “fornecer as linhas e a substância para a implantação da assistência técnica e da extensão em plano nacional”⁸.

A estratégia da ACARESC envolveu um entrosamento com os bancos, de modo a orientar os lavradores para o uso do crédito rural, agindo “como órgão

⁸ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. (Dissertação de Mestrado em História) Campinas: Unicamp, 1985. p. 10-12.

intermediário técnico de preparação do contrato e das exigências técnicas”. Para tanto, a partir de 1961, quando foi criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE) — que direcionava 50% dos recursos próprios para o atendimento das atividades agropecuárias — a atuação dos extensionistas passou a ser francamente voltada para a difusão do crédito, persuadindo pequenos agricultores a tomarem empréstimos. Até a criação do BDE, praticamente apenas o Banco do Brasil operava com crédito rural em grande escala em Santa Catarina. Conforme Chistóvão Andrade Franco a carteira de crédito rural aberta pelo novo banco catarinense teve como seu primeiro diretor um técnico da ACARESC, Ilo Brandão⁹.

Para ter acesso ao crédito, o agricultor tinha que aceitar a prestação de assistência técnica dos extensionistas. Desse modo, o crédito rural se transformou no grande instrumento de expansão do serviço de extensão rural em Santa Catarina. O agricultor recebia o extensionista como forma de se submeter aos critérios e exigências para receber o crédito rural. A própria capacidade dos técnicos da extensão era medida pelo número de empréstimos que poderiam orientar, o que giraria em torno de “50 empréstimos, por ano e por município”¹⁰. O BDE considerava que a ação da ACARESC era “inestimável na implantação e êxito do programa de crédito rural orientado”, de modo a atingir “pequenos e médios produtores e suas famílias”. Ressalte-se que o crédito rural tinha o objetivo de fazer aumentar o consumo de artigos industrializados. Daí o trabalho de difusão de hábitos urbanos e o incentivo para a tomada de empréstimos. A esse respeito, Raquel Quadros Seiffert lembra que, em Santa Catarina, o extensionismo rural optou claramente, desde o seu início, a só assistir aos “agricultores que tivessem condições de dar resposta aos objetivos da modernização”. Para os técnicos, não se deveria perder tempo com as

⁹ FRANCO, Chistóvão Andrade. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn, em 05/set/1996.

¹⁰ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 2ª Mensagem Anual Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1962, p. 196-297.

propriedades “patológicas”, ou seja, aquelas que não apresentassem condições mínimas de serem modernizadas¹¹. Em 1970, por exemplo, num congresso cooperativista, um representante da região de Laguna, reclamava que os “rurícolas” daquela área eram marginalizados por não disporem de assistência técnica, a qual estava concentrada nas “regiões economicamente mais fortes”¹².

Conforme Belato, o crédito rural supervisionado seria “a forma concreta, o fio condutor” que acompanharia as atividades educativas aplicadas pelos extensionistas. Os incentivos à tomada de empréstimos teriam em vista a inserção “do capital financeiro em condições de transformar a produção”. Isso ainda acarretaria “uma modificação completa da rotina de trabalho e vida” dos agricultores, criando o espaço para as ações educativas extensionistas, uma exigência implícita para ter acesso ao crédito. Estas últimas buscariam adotar a tática do “efeito-demonstração”, concentrando-se nos agricultores e nas áreas que oferecessem melhores perspectivas de desenvolvimento e cooptando lideranças nas comunidades para tornarem-se “os elementos de ligação” entre os agentes da extensão e os agricultores¹³. Pela descrição que José Paulo Ribeiro e Clifton Wharton Jr. apresentaram do trabalho da Extensão Rural em Minas Gerais, seguido pelas demais entidades em cada Estado, o “procedimento típico” para a oferta do crédito ao produtor rural envolveria a visita dos técnicos à propriedade agrícola para estabelecer se o agricultor poderia ser “considerado um candidato qualificado”, elaborando-se então, um “plano agrícola para o ano seguinte”. Os produtores passariam a ser firmemente regulados e supervisionados pelos extensionistas, tanto nas questões especificamente produtivas quanto na aquisição de novos hábitos domésticos, prevendo ainda os ativos e passivos do agricultor, produção e despesas

¹¹ SEIFFERT, Raquel Quadros. Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985). (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: UFSC, 1990. p. 78.

¹² Relatório das sessões plenárias do 1º Congresso Catarinense de Cooperativismo. Chapecó: 12 a 14 de outubro de 1970. p. 37.

¹³ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. (Dissertação de Mestrado em História) Campinas: Unicamp, 1985. p. 15-17.

do ano anterior, novas práticas a serem seguidas, culturas a serem plantadas, projeção de gastos e uso dos empréstimos, prazo para pagamento do financiamento, produção e renda esperados, abrangendo intervenções gerais no lar e na vida familiar. Tudo devidamente registrado em um “formulário” que se tornaria “a base para a recomendação (...) para o empréstimo do banco”. Ao ser julgado apto, o produtor “recebe, além do empréstimo, visitas dos técnicos”¹⁴.

O crédito proporcionaria as condições de “acesso às mercadorias capitalistas necessárias à produção e com elas às correspondentes práticas”. Os agricultores selecionados para receber crédito seriam “intensamente ‘educados’ para se adaptarem às novas condições”, funcionando ainda como “modelos”, sendo importante que participassem de outras atividades, aulas, demonstrações, reuniões de grupo e demais serviços educacionais. As orientações envolveriam a construção de silos, uso de sementes melhoradas, controle de formigas, pulverização e alimentação do gado, preparação do solo e curvas de nível, cuidados com a alimentação, crianças, a casa, além de serviços de carpintaria e costura. A educação estaria completa quando o produtor tivesse “absorvido os mecanismos básicos oriundos do crédito supervisionado”, ou seja, quando “o processo de produção como um todo” estivesse “instalado na órbita do capital”, passando a partir daí a apenas receber “uma orientação mais geral”¹⁵.

Essa expansão das políticas de crédito para a agricultura correspondeu a um momento em que se tratou de implantar uma infraestrutura pública capaz de dar suporte à modernização acelerada da produção agrícola. O Estado tinha carência de técnicos no setor, por não haver escolas de agronomia e veterinária, algo que não poderia ser resolvido

¹⁴ RIBEIRO, José Paulo & WHARTON Jr., Clifton R. O programa ACAR em Minas Gerais, Brasil. in ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de & SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura: educação, pesquisa e assistência técnica. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 151.

¹⁵ BELATO, Dinarte. Op cit. p. 17-18.

imediatamente. O governo de Santa Catarina também não possuía órgão especializado em pesquisa agrícola, vendo-se obrigado a adquirir sementes selecionadas em outros estados.

Nos anos 50 já haviam algumas instituições em Santa Catarina que estavam envolvidas na intervenção sobre a produção agrícola: escolas práticas de agricultura em Canoinhas e Lages, além de duas fazendas de experimentação em Florianópolis, a “Assis Brasil” e a Ressacada. De fato, até essa época o “mundo rural” estava bastante presente na vida da capital do Estado, onde eram realizadas inclusive exposições agropecuárias. Em outras regiões, existiam ainda postos de monta, para atendimento à pecuária e laboratórios para defesa sanitária animal. O Estado também assumia a construção de silos, armazéns, bem como a distribuição de sementes, adubos e ferramentas. Nessa época, houve a criação da Secretária da Agricultura, através do desmembramento da antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Viação, Obras Públicas e Agricultura, o que viria tornar mais efetiva a intervenção governamental com o fim de levar mudanças ao meio rural.

Nesse mesmo período levou-se a efeito um programa de mecanização da agricultura catarinense, com intervenção direta do Estado, por intermédio das chamadas “patrulhas mecanizadas”, que iam até a propriedade do agricultor a fim de participar da produção. Cerca de 30 tratores foram importados dos Estados Unidos para iniciar “de maneira auspiciosa” um programa que viria “facilitar a faina” da “laboriosa classe” dos lavradores, dando início “ao processo de mecanização da lavoura catarinense sob patrocínio direto do Estado”¹⁶. Segundo o governo, já se contavam “às centenas os lavradores empolgados pela motomecanização e que procuram os órgãos técnicos da Secretaria, não só para solicitar o empréstimo de máquinas e o contrato de serviço, como, também, o que é

¹⁶ Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1955. p. 6.

mais importante, para comprar tratores e implementos, o que demonstra o êxito alcançado pelas patrulhas”¹⁷.

Apesar dessas experiências anteriores, a Extensão Rural foi a primeira forma de inserção de políticas públicas em comunidades rurais a ganhar efetiva dimensão estadual. A importância atribuída ao extensionismo fica expressa em várias mensagens governamentais até os anos 70, nas quais é possível perceber que, enquanto a ACARESC recebia muitos subsídios, aumentava o número de escritórios, valia-se de meios de comunicação e de muitos recursos materiais, um órgão como o Instituto de Reforma Agrária constantemente queixava-se da falta de técnicos, das poucas agências instaladas ou até da carência de veículos. Isso evidencia o tipo de opção tomada para intervir na agricultura: nada de reforma agrária, apenas mudanças nas técnicas produtivas.

Para superar as “barreiras” ao desenvolvimento da agricultura de Santa Catarina, os extensionistas foram ao campo dispostos a transformar mentes e hábitos, através da utilização intensiva de diversos recursos, como o rádio e, mais tarde, a televisão. Nisso o extensionismo pôde aproveitar a crescente interiorização de meios de comunicação no Brasil. O número de estações de rádio havia tido um grande crescimento entre 1950 e 1960, sendo que, em Santa Catarina “uma pesquisa efetuada em fins de 1959”, realizada “por uma equipe de especialistas da ABCAR e do ETA”, nos vales do Itajaí, do Rio do Peixe e no sul do Estado, indicou que 72,5% das famílias rurais entrevistadas possuíam receptores em casa, apesar de que apenas 43,3% contassem com energia elétrica. Isso devia-se ao “emprego de baterias secas como fonte geradora de energia e pela crescente disseminação de aparelhos transistores, em todos os recantos do País”¹⁸.

¹⁷ Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1957, p. IX.

¹⁸ ACARESC. Rádio em Extensão Rural. Florianópolis: ACARESC, s/d. p. 8.

Para os extensionistas a utilização desse recurso tecnológico era importante porque “a grande maioria da população rural, analfabeta ou quase, não pode ler, mas pode ouvir. Para se fazer ouvir por grande número de pessoas, o extensionista terá de recorrer ao rádio”. Mais do que isso o rádio contribuiria “decisivamente para convencer o público” pelo seu poder de persuasão, pois “o público em geral acredita no que ouve pelo rádio”. Daí porque seria necessário difundir assuntos de “real importância para o homem do campo”, tendo em conta “a relação dessas notícias com os problemas locais”, caso contrário faria-se com que o agricultor se mantivesse “na ignorância, com raras excessões, de tudo o que é importante para as suas atividades profissionais”. Para tanto, os temas dos programas produzidos pelos extensionistas deveriam estar balizados em “opiniões autorizadas”, realçando a “autoridade de quem fala”, pois isso produziria “notável impacto no público ouvinte, provocando sensíveis modificações em suas maneiras de pensar, sentir e agir”.¹⁹

Aos poucos, práticas como a das “patrulhas mecanizadas” começaram a ser desativadas, até sua extinção, em 1961, consideradas “supérfluas” pois “não cumpriam com suas reais finalidades, constituindo-se em pesado ônus pelos gastos excessivos dispendidos com sua manutenção”. Tomou-se como princípio a idéia de que o Estado não deveria “assumir a responsabilidade da produção, mas sim a de aumentar a produtividade, através da educação do homem, acompanhada dos meios necessários ao seu desenvolvimento”²⁰. Não haveria possibilidade de desenvolvimento agropecuário em Santa Catarina sem que o produtor rural sofresse uma transformação em suas formas de trabalho, passando a empregar métodos “economicamente aconselháveis”, interessando-se “em ser um participante nas atividades rurais relacionadas com o desenvolvimento global da

¹⁹ Ibid. p. 10-36.

²⁰ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 2ª Mensagem Anual Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de abril de 1962. p. 123-266.

comunidade em que vive”: “assistência técnica é também educação extra-escolar, visa introduzir mudança possibilitante numa conduta para maior produtividade rural”²¹.

Estamos procurando mostrar como, lançando um certo olhar sobre o trabalho da Extensão Rural, pode-se desenvolver uma reflexão a respeito da construção cultural de sujeitos sociais. Não ocorreu por acaso nem de maneira natural a constituição dos agricultores capazes de conviverem com o capitalismo em expansão no interior catarinense depois da Segunda Guerra Mundial. Foi um processo lento e custoso de difusão e legitimação de um determinado discurso modernizador, que fez parte de todo um projeto político, conduzido pelo Estado. Os diagnósticos apresentados para apontar e explicar os obstáculos ao desenvolvimento estadual, logo localizaram na “mentalidade”, nos “hábitos rotineiros”, nos costumes atrasados, as questões a serem enfrentadas pelas políticas públicas para o meio rural. Esse tipo de “constatação” permitiu que o extensionismo, com sua ênfase na superação da pobreza e da baixa produtividade do pequeno agricultor através da modernização tecnológica, se tornasse uma prática privilegiada e aceita pelos governantes. A Extensão Rural, pelo menos até um determinado momento de sua história, foi mais um desses projetos que podem ser definidos a partir da célebre frase do personagem Tancredi, de “O Leopardo” - livro escrito por Tomasi di Lampedusa — dirigida a seu tio, o Príncipe de Salina: “Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”. Um projeto que estava enquadrado nos parâmetros estabelecidos pela opção feita pelos setores dominantes em favor de uma estratégia de “modernização conservadora” para a atividade agrícola. Argemiro Jacob Brum define essa estratégia como estando orientada para a implantação da empresa rural capitalista no campo, através do aumento da produtividade por intermédio de métodos e técnicas modernas, sem alterar estruturas agrárias.²²

²¹ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 4ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de Abril de 1964, p. 183.

²² BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da Agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 54.

O extensionismo rural constituiu-se como um domínio de saber, que não só fez aparecer novos objetos de conhecimento, conceitos adequados, técnicas, mas também — como qualquer prática social — provocou a criação de “formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento”. Poderíamos dizer que um certo agricultor catarinense, tornado exemplo de eficiência para o Brasil, teve sua própria existência social construída, elaborada por discursos e práticas dos governantes e dos técnicos. Estabeleceu-se um processo de seleção dos “competentes”, por intermédio da identificação dos “incompetentes”, daqueles agricultores, tomados como rudimentares, rotineiros, tecnicamente atrasados²³. Para não ser inscrito neste último grupo, seria preciso que os métodos e valores difundidos pelos extensionistas fossem aceitos sem questionamentos.

Um discurso é algo mais do que “um conjunto de fatos lingüísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção”. Não bastou que o discurso técnico, o diagnóstico político da “realidade” da agricultura catarinense realizado pela ACARESC, fosse apenas proferido. Foi preciso que fosse aceito, adquirisse legitimidade, valor. E isto vale tanto para as relações com os governantes estaduais, quanto no trabalho de campo, junto aos produtores rurais. As relações de comunicação são conflitos de força simbólica, nas quais se adquire ou não a competência, a capacidade de se fazer escutar. Um discurso tem o valor daqueles que o proferem, dos emissores “legítimos”, pois o que está em jogo é uma relação de “autoridade-crença”²⁴.

O que a pesquisa sobre os discursos governamentais e extensionistas nos possibilita enxergar é justamente que os sujeitos sociais não são dados previamente à ação das coerções econômicas e do “livre jogo” do mercado. A difusão de tecnologias, que foi

²³ CHAUI, Marilena de Souza. O discurso competente. In: _____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993. p. 3-13.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 145-183.

pensada como se fosse neutra e com objetivos unicamente econômicos, envolveu um projeto político de seleção e de construção de sujeitos. É a Foucault que nos reportamos em sua tentativa de “ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, (...) mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história”²⁵. A noção de “sujeito preexistente” faria parte “das chamadas continuidades irrefletidas”, as quais necessitariam sofrer um processo de investigação pelo método da arqueologia dos saberes e discursos para serem superadas e historicizadas²⁶. A esse respeito, ao propor uma “história conceitual do político”, Pierre Rosanvallon lembra que os “sistemas de representação que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação, encaram seu futuro”, não seriam tão somente “uma globalização exterior à consciência dos atores — como o são, por exemplo, as mentalidades”. Ao contrário, resultariam “do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma”, guiando ações, propondo prioridades e estabelecendo os “nós históricos” que, num determinado momento histórico, atrairiam mais a atenção e constituiriam-se em objeto de conflito²⁷. Assim, a construção da questão do atraso do agricultor, dos obstáculos ao desenvolvimento, não ficou apenas nas cabeças de intelectuais e tecnocratas, mas gestou práticas sociais concretas, tais como a extensão rural.

Com o golpe militar de 1964, a aceitação da Extensão Rural aprofundou-se, ao instituir-se definitivamente como um instrumento para a implantação da agricultura empresarial capitalista. O caráter educativo e assistencialista dos primeiros anos de trabalho foi sendo deixado de lado, enquanto intensificou-se o objetivo de abrir caminho para o

²⁵ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC, nº 16, 1979. p. 05-102.

²⁶ FONSECA, Márcio Alves. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: Educ, 1995. p. 13.

²⁷ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). In Revista Brasileira de História: historiografia e propostas práticas. São Paulo: Anpuh/Contexto, vol. 15, nº 30, 1995. p. 9-22.

grande capital. As forças sociais que tomaram o poder implementaram uma política para o meio rural que enfatizou a modernização forçada dos processos produtivos agrícolas, de modo a ampliar a expansão capitalista. Gradualmente, o extensionismo foi sendo integrado aos sucessivos planos de desenvolvimento e aos objetivos megalomaniacos de transformar o Brasil numa grande potência mundial em curto espaço de tempo²⁸. Talvez possa-se medir esse destaque por um número significativo: entre 1957 e 1964, haviam sido criados 47 escritórios municipais da ACARESC; nos dez anos seguintes, essa quantidade passou a 137²⁹, acompanhando a própria complexidade e burocratização do Estado.

Apesar disso, em 1971, a análise governamental sobre a realidade do produtor rural catarinense ainda continuou acentuando seu “baixo nível de conhecimentos da tecnologia de produção”, o que resultaria na “baixa produtividade apresentada”. Fazendo um balanço dos resultados apresentados pela modernização até àquela altura, constatou-se que “o número de agricultores catarinenses que já adotaram os novos métodos não atinge a 15% do total”. A renda média dos agricultores em regiões como o Oeste e o Vale do Rio do Peixe, giraria em torno de 600 dólares, caindo mais ainda no litoral. Uma pesquisa da ACARESC teria apontado grave deficiência alimentar no meio rural, notadamente de vitaminas, sendo que “levantamentos sobre os índices de sanidade das populações rurais catarinenses” estariam demonstrando “alta incidência de verminose, decorrente da falta de hábitos de higiene adequados”. Para solucionar esses problemas manteve-se o discurso da necessidade de mudar “hábitos, atitudes e habilidades dos agricultores, ou seja, pela transformação de uma agricultura tradicional, de subsistência, em uma agricultura moderna, voltada para o mercado”, mediante a introdução de novos meios tecnológicos³⁰.

²⁸ Nessa época, as políticas para a Extensão Rural passaram a ser coordenadas de modo mais centralizado, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

²⁹ SEIFFERT, Raquel Quadros. *Op cit.* p. 91.

³⁰ Santa Catarina. Governador Colombo Machado Salles. Mensagem à Assembléia Legislativa: Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: 1971. p. 88.

Ou seja, prosseguiria como meta de governo, política pública prioritária, a exclusão de um certo tipo de agricultor, com “mentalidade” supostamente atrasada, que deveria ser substituído pelo empresário rural, dotado do saber-fazer necessário para a agricultura capitalista. Daí porque até por volta de 1975, quando começou a perder exclusividade e importância na política agrícola estadual, a Extensão Rural permaneceu como instrumento considerado essencial para a intervenção do Estado na agricultura catarinense, com a persistência da noção de “vitória” sobre o atraso, o embate entre o progresso e o arcaico, o racional contra o irracional. Isso num momento em que mais difundiu-se na sociedade a idéia de desenvolvimento a qualquer custo. O agricultor familiar de subsistência foi instituído mais do que nunca como o antípoda de tudo quanto significasse avanço econômico. As centenas de milhares de pequenas propriedades catarinenses, remanescentes e proporcionadas por um processo de colonização que afastou Santa Catarina dos grandes interesses econômicos do centro do país, passaram a ser apresentadas como entraves e obstáculos a serem superados, pois formariam uma estrutura fundiária “defeituosa”, minifundiária. Segundo os técnicos do governo, as “empresas rurais” deveriam “ser grandes”: “o problema do minifúndio” seria “maior do que o do latifúndio”³¹.

Durante o período militar os projetos da Extensão foram aos poucos restringindo-se cada vez mais aos aspectos imediatamente econômicos, com apelo agressivo para a produtividade, de modo a transformar o quadro de “estagnação da agricultura”. Em 1968, o governo do Estado afirmava que nos 15 anos precedentes a população rural havia crescido 17%, enquanto a urbana sofria incremento de 93%. “O êxodo tem sido constante e não menos constante tem sido, também, a descapitalização das empresas rurais”. A conclusão do governo era de que a agricultura permanecia deprimida “entre as demais

³¹ PRODOHL, Augusto Sylvio. BRDE no desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 1970. p. 158.

atividades produtoras e o estudo do meio agrário catarinense, realizado pelos técnicos oficiais, leva-nos a conclusão de que o nosso produtor rural permanece, em geral, na condição de uma classe social inferiorizada, no tocante ao nível de vida que usufrui quando comparado, em especial com as demais categorias sociais”³².

Segundo Sônia Regina de Mendonça, o golpe de estado consolidou e aprimorou definitivamente o modelo de desenvolvimento implantado nos anos 50, com base na expansão urbano-industrial. Os objetivos econômicos ficaram mais claramente expressos, especialmente através do “afastamento dos setores mais atrasados das classes dominantes do núcleo de poder, ‘substituídos’ pela burguesia industrial e financeira”. O Estado passou a assumir o papel de “pressuposto do capital privado”, através do patrocínio a grandes investimentos, os quais levaram a economia a atingir índices de crescimento muito elevados, o que ficou conhecido como “milagre econômico”. Houve uma política intencional da ditadura em favorecer a grande empresa, o que se refletiu na “ênfase na racionalidade do desenvolvimento”, implicando “a construção de uma nova ‘mística’ que transformava eficiência econômica em sinônimo de grande empresa”³³.

Logo nos primeiros programas econômicos dos governos golpistas, acentuam-se as noções correntes que apresentavam a “agricultura como um setor retardatário, caracterizado pela baixa produtividade”, responsável por “contínuas crises de abastecimento e, conseqüentemente, pressão constante de alta de preços”. Produtividade estagnada, dificuldade de comunicação, problemas para a assimilação de “procedimentos modernos, facilmente propagáveis no espaço urbano pela proximidade geográfica”, mas muito difícil no meio rural, “em razão da dispersão das unidades produtivas”, além da

³² Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 3ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 01/03/1968. p. 91.

³³ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 69-100.

“ausência quase absoluta de escolaridade do homem do campo”, eram alguns dos obstáculos que o desenvolvimento da agricultura deveria superar. Por outro lado, apesar de “verificar a necessidade de desmontar o sistema de força dos latifúndios”, apresentava-se “uma proposta bastante moderada de reforma agrária”, pois não haveria “grande excedente de mão-de-obra, relativamente aos sistemas e técnicas prevalentes no uso da terra”. Prefere-se ressaltar “a regulamentação das relações contratuais no campo”³⁴.

Tomou grande importância “a redistribuição geográfica das populações rurais”, através da colonização de “espaços vazios”, como a Amazônia. O extensionismo rural continuava a ser considerado uma estratégia fundamental para “iniciar um amplo programa de treinamento de mão-de-obra”, juntamente com políticas que favoreceriam as exportações, expansão do crédito rural e dos sistemas de preços mínimos, “aumento da capacidade armazenagem, incentivos à utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas”, além de mecanização e “aperfeiçoamento de métodos de produção”³⁵.

Começava a ser estabelecida uma política deliberada em favor da concentração de capitais, o que no caso da agricultura, criou condições para o crescimento de grandes empresas agroindustriais, especialmente no centro-sul do país. Indústrias de máquinas e insumos químicos logo floresceram, provocando aumento do uso de herbicidas e de implementos, nem sempre adequados ao meio-ambiente. Em Santa Catarina, esse aprofundamento da modernização tornou negativo o crescimento da população rural, aumentando o êxodo para as cidades ou para o Centro-Oeste e Amazônia, particularmente nos anos 70³⁶. O crescimento do número de tratores, a expansão do crédito, com grande favorecimento ao crescimento dos bancos, somados a políticas específicas em favor de

³⁴ NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil. in História & Perspectivas. Questão da Terra e Modernização da Agricultura. nº 10, Uberlândia: Ed Universidade Federal de Uberlândia, jan-jun/1994. p. 93-95.

³⁵ Ibid. 95-99.

³⁶ CUNHA, Idaulo José. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. p. 86.

determinados produtos, como a soja e a criação de aves e suínos — que substituíam culturas tradicionais, como o feijão —, mudaram ainda mais o perfil do produtor rural, marginalizando definitivamente os agricultores que não tiveram condições de acompanhar o processo, ou seja, não teriam tornado-se sujeitos sociais “competentes” para a convivência com um novo padrão de desenvolvimento econômico. Com a expansão do capitalismo no campo a exploração agrícola familiar não capitalizada, passou a ter dificuldades de competição no mercado e foi “relegada a um segundo plano dentro da lógica estatal de incentivo ao desenvolvimento”³⁷.

O apoio à ampliação do Serviço de Extensão Rural foi expresso em várias ocasiões, fazendo referência à necessidade de alterar “hábitos e vícios enraizados, frutos da ignorância e da rotina”, o que continuaria tornando “indispensável a interferência do Estado para suprir as deficiências das populações rurais”³⁸. Logo, praticamente todos os municípios passaram a contar com um escritório local da ACARESC, o que levava os dirigentes a afirmarem que Santa Catarina possuía “um dos melhores serviços de assistência técnica ao agricultor da América Latina, segundo afirmação do Secretário da Agricultura em 1970”³⁹.

Mais de uma vez o governo de Santa Catarina mostrou-se entusiasmado com “as idéias de renovação e modernização da sociedade, objetivos da Revolução [sic] de 1964 e missão nossa neste Estado”. Todo esse “avanço” fez com que, já em 1973, a “utilização técnica e racional da terra” estivesse permitindo a “superação da fase de subsistência” e o “ingresso na agricultura empresarial e de mercado”. No caso específico da suinocultura, estariam desaparecendo “os grandes rebanhos decorrentes da criação extensiva, sem

³⁷ WARREN, Ilse Scherer. O movimento dos trabalhadores rurais no sul do Brasil: seu papel na democratização da sociedade. In DIAS, José de Souza (org.). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 15-36.

³⁸ PRODOHL, Augusto Sylvio. *Op cit.* p. 149-150.

³⁹ GIESE, Bárbara. 1964 através da imprensa catarinense: a modernização da agricultura de Santa Catarina enquanto reflexo do ideário do Estado autoritário. In DIAS, José de Souza. *Op cit.* p. 56.

cuidados técnicos”, pois o produtor estaria preocupado em “apresentar um produto dentro das exigências dos frigoríficos”⁴⁰.

Na metade dos anos 70, o governo federal procurou intensificar ainda mais a concentração de capitais e a modernização tecnológica da agricultura. O II Plano Nacional de Desenvolvimento preconizou a promoção do que chamou-se “uma vocação nacional”: “o Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados”⁴¹. Essa idéia de fazer do país o celeiro do planeta fez parte dos discursos ufanistas de então. Segundo Wenceslau Gonçalves Neto, foi o “primeiro plano a não acusar problemas estruturais na agricultura, nem apontar seu caráter retardatário”, ou seja, “fala-se em modernizar, dinamizar setores, mas não os apresenta como gargalos ao processo de desenvolvimento”. Além disso, o autor acentua que a expressão reforma agrária foi “abolida do texto”, sendo substituída por eufemismos como “racionalização da estrutura agrária” ou “redistribuição de terras”. Pretendia-se “taxas de crescimento anual superiores a 7%” para o setor agrícola, obtidas através do desenvolvimento de uma ‘agricultura moderna’ e ‘empresarial’ no centro-sul do país, bem como pela viabilização da produção rural nordestina, por intermédio de irrigação, racionalização agrária e novas tecnologias, modernizando as “estruturas de comercialização e distribuição”⁴².

A nova estratégia levou a uma reformulação dos serviços públicos para a agricultura, com a criação das novas empresas já mencionadas anteriormente, a EMBRAPA e a EMBRATER, esta última passando a controlar e centralizar todas as ações extensionistas no país. Com isso a ACARESC perdeu sua relativa autonomia, pondo-se apenas como mais uma das empresas estaduais submetidas às determinações federais,

⁴⁰ Santa Catarina. Governador Colombo Machado Salles. Mensagem à Assembléia Legislativa: Ação Catarinense de Desenvolvimento - ano 2. Florianópolis: 1973. p. 8-211.

⁴¹ Apud. Santa Catarina. Governador Antônio C. K. Reis. Plano de governo: 1975-1979. Florianópolis: IOESC, 1975. p. 27.

⁴² NETO, Wenceslau Gonçalves. *Op cit.* p. 99-102.

deixando de ser o instrumento exclusivo de política agrícola. Christóvão Andrade Franco qualifica o período posterior à criação da EMBRATER de “início do fim”, pois esta teria surgido de um “relacionamento difícil entre o ministério da agricultura e ABCAR”, levando à extinção da última, pondo-se em seu lugar um “órgão enorme”⁴³ e, diríamos, burocratizado.

A partir daí, todas as entidades estaduais deveriam passar a chamar-se EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o que ainda chegou a gerar alguma resistência em Santa Catarina, mas devido à necessidade de repasses de verbas, houve uma solução pela qual a ACARESC continuou existindo, tendo seus serviços contratados e recebendo recursos através do novo órgão.

Nesse momento, no entanto, a crise econômica que começou a desenrolar-se, marcando o fim do “milagre” e provocando o aumento dos custos dos insumos industrializados, tornou inviável para a maioria dos agricultores o tipo de produção agrícola preconizado pela Extensão Rural até então, com concentração de renda e desequilíbrios ecológicos. Além disso, iniciaram-se as lutas pela redemocratização da sociedade, provocando revisões críticas, inclusive internas, dos trabalhos extensionistas no país inteiro, provocando declínio em seu prestígio junto às comunidades rurais e às instituições que haviam dado apoio, como a Igreja⁴⁴.

Talvez possamos interpretar que os donos do poder, através dos discursos e práticas extensionistas, tentaram, de algum modo, difundir o sonho do Jeca Tatu após ser “curado” da preguiça: tornar-se fazendeiro rico. O personagem não se contentava “mais com trabalhar para viver”. Queria cultivar todas as suas terras, “e depois comprar outras e

⁴³ FRANCO, Christóvão Andrade. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn, em 05/set/1996.

⁴⁴ SEIBEL, Erni J. Ciclos institucionais e estilos de gestão pública: a trajetória da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1995, mimeo. 12p.

depois formar aqui um colosso de fazenda — a Fazenda de Santa Maria. E hei de ser coronel ...”⁴⁵

Ao contrário da ficção, o sonho tornou-se uma miragem para a maioria dos agricultores, o que não torna menos importante a análise histórica da construção de um projeto que veiculou um discurso no qual é possível perceber a tentativa de fabricar sujeitos sociais apropriados à convivência com o mercado capitalista, algo como levar a cidade até o campo, o futuro até o passado.

O projeto difundido pela ACARESC envolveu um confronto entre visões de mundo, culturas e modos de pensar, agir e trabalhar diferentes. É preciso atentar justamente para o olhar dos extensionistas sobre a população rural e os mecanismos através dos quais a cultura dominante — da lógica do valor de troca —, se fez aceita, interiorizada e, talvez, transformada ou recusada. Mesmo com a ênfase na modernização tecnológica, a Extensão Rural, muito tempo depois de Monteiro Lobato ter criado o Jeca Tatu, continuou seguindo a racionalidade conservadora brasileira para a qual as classes populares sempre foram tomadas como impedimentos ao desenvolvimento que se pretendia impôr ao país e incompetentes para construir formas autônomas de vida. Da mesma forma que Lobato, os extensionistas identificaram o tipo de lavrador indesejável para o Brasil e que deveria ser legitimamente excluído, por não (re)conhecer o capitalismo e muito menos adotar seus valores, obstaculizando seu livre desenvolvimento.

⁴⁵ LOBATO, Monteiro. Jeca Tatuzinho. In D.O. Leitura/Cultura. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, n° 152, fev/96. p. 8-9.

4

Os formuladores do novo

“ — Pois é isso, sêo Jeca, e d’aquí por deante não duvide mais do que disser a sciencia.

“ — Nunca mais! Deus me livre! D’aquí p’ra deante dona Sciencia está dizendo, Jéca está jurando em cima! T’esconjuro!...”¹

Este diálogo imaginado por Monteiro Lobato entre o Jeca Tatu e o médico que o curou da preguiça e das verminoses, talvez sirva para ilustrar o olhar extensionista sobre os pequenos agricultores. É possível perceber nos discursos produzidos pela ACARESC, a tentativa de difundir a autoridade do saber dos técnicos, veiculando a noção de que estes possuíam a “competência” para determinar as soluções e as práticas corretas de comportamento e trabalho no meio rural.

¹ LOBATO, Monteiro. Jeca Tatuzinho. In D.O. Leitura/Cultura. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, nº 152, fev/96. p. 8-9.

Para Glauco Olinger², um dos fundadores e ex-dirigente da ACARESC, o extensionismo rural teria sido completamente desprovido de interesses políticos, argumentando que tudo o que foi feito correspondeu simplesmente a necessidades técnicas. “Pela primeira vez no Brasil”, segundo este tipo de discurso, “um serviço de assistência ao agricultor não praticava o proselitismo político partidário, não dava, não emprestava e não vendia para os agricultores bens materiais, mas sim levava a eles o crédito e os insumos intelectuais necessários à sua boa aplicação. Não havia favores paternalistas”. O extensionismo teria marcado uma ruptura com os serviços públicos de fomento que haviam até então, tais como Semanas Ruralistas e Missões Rurais, com existência efêmera, ou os Postos Agropecuários, os quais chegaram a ser mais de 200 no país, mas que estariam sujeitos a todo tipo de influência política, beneficiando cabos eleitorais do partido que estivesse no poder. Um governador do Estado nos anos 60³ reconhecia que, para “aumentar a produção”, muito teria-se “dado ou emprestado ao produtor”. “Dá-se a máquina mas não se ensina a manejá-la e conservá-la devidamente. Resulta que o material que deveria ter uma vida útil de 10 a 15 anos, fica inutilizado em menos de 5. Resulta que na maioria das vezes, a operação é totalmente anti-econômica”.

Teria sido justamente a intromissão cada vez maior de “políticos” em questões que diriam respeito unicamente aos técnicos e especialistas, o fator determinante para os problemas encontrados ao longo do tempo e que acabaram por levar o sistema à decadência. Esta visão coaduna-se com a construção no Brasil, desde os anos 50 e 60, de uma nova tecnocracia estatal que começou a entrar em choque com as complexas relações de poder tradicional. Naquele período a população urbana brasileira aumentou 79,2%,

² OLINGER, Glauco. Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 42-50

³ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 2ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1962. p. 28.

enquanto que a rural cresceu apenas 17,7%. Em Santa Catarina, o crescimento de Florianópolis já chamava a atenção de alguns analistas, por sua rapidez e pelo incremento das periferias, embora “a favelização” ainda fosse considerada um fenômeno que se encontraria “em seus primórdios”⁴. Nas cidades, em vias de metropolização, a industrialização abriu a possibilidade para o surgimento de um importante segmento social, composto por técnicos e especialistas, que tornaram-se valorizados socialmente e cada vez mais ganharam legitimidade em seus diagnósticos e propostas em relação às questões nacionais, viabilizando a aceitação do planejamento estatal como prática comum dos governos desde então⁵.

O planejamento governamental em Santa Catarina, como já havíamos apontado em momento anterior, tem seu maior alcance com o Plameg — Plano de Metas do Governo —, cujos princípios norteadores, segundo o discurso de seus criadores, escapavam à “tradicional improvisação administrativa” e às “disputas facciosas ou meramente políticas”. Na fala dos dirigentes estaduais, a “idéia de planejamento” haveria tornado-se “vitoriosa no Estado e no país”, sendo que o Estado teria sido um dos primeiros a ter “convencimento de que valia a pena romper com os métodos tradicionais de administração”⁶. Na Secretaria da Agricultura, os técnicos procuravam demonstrar que “o crescimento demográfico, o progresso do Estado e a moderna técnica”, estariam exigindo modificações, “de modo a simplificar o processo burocrático e, conseqüentemente, acelerar a marcha dos trabalhos”⁷. Esta idéia de planejamento minucioso também fez parte de toda a prática da ACARESC, levando-se em consideração o depoimento de Chistóvão Andrade

⁴ LAGO, Paulo Fernando. Contribuição ao estudo da rede urbana catarinense. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1965. p. 8.

⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 46-47.

⁶ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 5º Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1965, p. 05-13.

⁷ Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Condensação do relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, referente ao exercício de 1960. Florianópolis: 1960, mimeo. p. 01.

Franco, o qual informou que todos os passos dos extensionistas eram previamente traçados, havendo inclusive planejamento semanal. As diretrizes gerais, envolvendo principalmente metodologia e disciplina, seriam traçadas de modo centralizado, cabendo o restante à cada escritório local⁸. Esta constatação permite-nos induzir que em grande parte das situações, não havia uma concordância total dos técnicos extensionistas em relação aos objetivos traçados pelos formuladores das estratégias de atuação, levando ao estabelecimento de controles rígidos que não dariam uma grande margem de liberdade àqueles que trabalhavam diretamente junto aos agricultores.

Pode-se dizer ainda que o apego como um ex-dirigente como Glauco Olinger defende a ausência de ingerência política na ACARESC nas suas duas primeiras décadas de existência, corresponde a uma auto-representação de setores que estavam ingressando recentemente na administração pública com o grande movimento de industrialização do país e que levavam consigo a noção de que o desenvolvimento brasileiro, a resolução do atraso, passava pela modernização acelerada da sociedade através da intervenção de novas tecnologias. A afirmação de uma visão a-política e a-crítica do trabalho da ACARESC expressou um momento de consolidação de um importante segmento tecnocrático no âmbito do governo estadual, garantindo “êxito em sua missão de organizar a Extensão Rural”, como refere-se Erni Seibel⁹. Especialmente durante o período em que vigorou o Plameg e na primeira década da ditadura militar, houve a conquista de uma “relativa autonomia (...) em relação às práticas políticas tradicionais que permeiam o aparato governamental, particularmente as relações clientelísticas”. Esta situação foi garantida pelo “corpo tecnocrático” que manteve “distância estratégica das estruturas clientelistas

⁸ FRANCO, Chistóvão Andrade. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn, em 05/set/1996.

⁹ SEIBEL, Erni J. Ciclos institucionais e estilos de gestão pública: a trajetória da associação de crédito e assistência rural do estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1995. mimeo. p. 03.

regionais, conseguindo desta forma a montagem de uma estrutura organizacional competente, mesmo que autoritária”.

De acordo com Dinarte Belato, já na implantação do primeiro programa de extensão rural brasileiro — a Associação de Crédito de Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais, em 1948 —, estava firmemente presente um discurso segundo o qual haveria a necessidade de o extensionismo manter um caráter institucional que, “embora supusesse uma ação decisiva do Estado”, deveria evitar “assumir a forma de organismo do Estado, nem empresarial pura e simplesmente”. Enfatizava-se o “aspecto civil, apolítico e quase filantrópico e técnico-econômico”. Daí ter-se preferido organizar uma “sociedade civil sem fins lucrativos”, insistindo “sobre sua natureza neutra e apolítica”¹⁰. Para Belato, seria justamente o “apoliticismo e a neutralidade seu caráter explicitamente político, sua estratégia política”, permitindo que o extensionismo pudesse sobreviver com continuidade administrativa às diversas mudanças na composição dos governos. Para o autor, no discurso da extensão rural a política aparece como “um estorvo ao desenvolvimento do trabalho”, sendo “substituída pela técnica”. Isto visaria “salvaguardar o espaço da ação do capital” sob qualquer circunstância que ocorresse “no âmbito das lutas pelo poder”. Além disso, como era um projeto com muita interferência internacional, seria preciso não levantar quaisquer suspeitas que pudessem parecer intromissão nos assuntos internos do país. Finalmente, caberia não politizar as mudanças efetuadas nas relações sociais no meio rural, impedindo que as transformações implementadas assumissem “a forma de luta política”, engajando os agricultores “paulatinamente, fechando todas as alternativas de comoção”¹¹.

Esta situação serviu para manter a imagem de que os extensionistas estariam distantes de interesses políticos, tratando-se de um grupo à parte das disputas que cercavam

¹⁰ BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. (Dissertação de Mestrado em História) Campinas: Unicamp, 1985. p. 12-13.

¹¹ Ibid. p. 14.

o tecido social. Apenas em meados da década de 80, quando foram formadas as primeiras entidades sindicais e de representação da categoria é que os extensionistas começaram a reconhecer-se como trabalhadores, incorporando questões que não restringiam-se “a aspectos meramente técnicos ou administrativos”.

“Pode não parecer relevante esse aspecto, assumindo talvez um ar meio absurdo, não nos reconhecermos em épocas passadas como trabalhadores. Mas toda a cultura de mais de 40 anos de Extensão Rural neste país procurava colocar os extensionistas como uma ‘grande família’, como técnicos totalmente abnegados no desempenho do seu ‘sacerdócio puro’ para os produtores rurais ‘incultos’, sem conhecimento e cultura para conseguir obter os melhores rendimentos com as técnicas mais modernas que existiam no momento.”¹²

Segundo José Paulo Ribeiro e Clifton Wharton Jr., “os técnicos em cada agência local viam a si mesmos como participantes e contribuidores” para a “mudança econômica e social”, gerando “um forte espírito de equipe, um dinamismo missionário e boa vontade de adaptar as atividades às necessidades locais”¹³. Uma série de discursos apresentavam-se como legitimadores da prática extensionista, quase sempre ressaltando seu afastamento das questões políticas, o que seria a sua virtude principal. Trata-se, então, de procurar historicizar esta auto-representação, colocá-la no seu devido tempo e espaço de produção, tal como sugere Roger Chartier, para o qual uma história voltada para a interpretação cultural, teria “como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, sendo fundamental perceber as “classificações, divisões e delimitações que organizam a

¹² MING, Lin Chan et alii. Uma história de luta. Brasília: Faser, 1991. p. 17.

¹³ RIBEIRO, José Paulo & WHARTON Jr., Clifton R. O programa ACAR em Minas Gerais, Brasil. in ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de & SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura: educação, pesquisa e assistência técnica. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 162.

apreensão do mundo social”, os “esquemas intelectuais” que um grupo incorpora para dar e adquirir sentido às suas práticas, elaborando uma identidade comum. Isso porque as representações do mundo social são construídas, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão”, estando sempre condicionadas “pelos interesses do grupo que as forjam”. Pode-se dizer que os extensionistas procuraram garantir que seu discurso fosse ouvido, dotando-lhe de legitimidade, ao mesmo tempo conseguindo reforçar sua autoridade por meio do apelo à noção de uma ciência e técnicas totalmente alheias às questões e disputas políticas. Vale reafirmar: “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. As representações fazem parte de disputas e lutas em torno do poder e da dominação, o que podemos identificar nos discursos dos “formuladores do novo”, enfatizando-se seu esforço para construir sentidos e produzir um modo de ver e classificar as estruturas do mundo social, autorizado e aceito¹⁴.

Faz-se necessário romper com o fetichismo da técnica, algo presente de modo bastante importante no discurso da Extensão Rural, no qual os critérios científicos serviam como mensuração dos agricultores desejáveis para o desenvolvimento do país. Ora, o saber técnico e científico possui um explícito papel político, envolvendo relações de poder e dominação social, que mesmo encoberto pelo discurso cientificista vem sendo tornado mais claro desde pelo menos Oppenheimer e sua bomba atômica. Todo um repensar do papel político da técnica e da ciência tomou grande importância nos fins dos anos 60, como aponta André Gorz, quando a divisão do trabalho passou a ser alvo de lutas sociais

¹⁴ CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 13-28.

conduzidas pelos sindicatos europeus e norte-americanos. Além disso, o movimento ecológico começou a questionar a neutralidade de tecnologias com grande poder de destruição do meio ambiente. A Guerra do Vietnã e a Revolução Cultural, pareciam mostrar “que um povo de camponeses pode vencer o mundo ‘tecnocrônico’; e que a separação entre forças intelectuais e manuais, entre teoria e prática, entre produtores em relação aos seus instrumentos e produtos, nem mesmo chega a conferir maior eficácia à técnica capitalista”¹⁵. A representação da tecnologia capitalista que havia sido feita até ali, como as maravilhas do mundo moderno, capazes de facilitar a vida de toda a humanidade, foi seriamente abalada. Hoje, no entanto, parece haver um ressurgimento do discurso divinatório e providencialista da tecnologia, através da apologia da informática e de todos os novos processos daí surgidos, novamente apresentados como capazes de mudar e melhorar o mundo.

Esta relação entre saber e poder, intelectuais e política, remete à antigas discussões, que passam pela separação entre trabalho manual e intelectual no capitalismo. Antonio Gramsci já procurava analisar a questão partindo do “conjunto geral das relações sociais” e não “no que é intrínseco às atividades intelectuais”. Segundo o marxista italiano, “todos os homens são intelectuais”, porém “nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Não haveria como “separar o *homo faber* do *homo sapiens*”, pois “não existe atividade humana na qual se possa excluir toda intervenção intelectual”¹⁶. No caso dos extensionistas também diríamos que estamos tratando com uma camada de “intelectuais orgânicos”, ou seja, com estreita conexão com determinados grupos sociais dominantes que estavam incrustados no aparelho de Estado. Porém, precisaríamos ir mais além para entendermos como estes “formuladores do novo” puderam

¹⁵ GORZ, André. Critica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 10.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 7.

adquirir a legitimidade para ir ao campo mostrar aos agricultores como deveriam ser executados os trabalhos de uma maneira moderna e também influenciar as decisões políticas em relação ao meio rural em Santa Catarina.

O papel dos dirigentes técnicos foi elevado a uma importância fundamental na sociedade pelo capitalismo industrial. Com o sistema de fábrica, o trabalho passou a ser organizado e dividido de forma cada vez mais parcelarizada, sendo que o trabalhador direto perdeu o controle sobre o processo de produção, que passou para o domínio dos técnicos e especialistas. A necessidade de disciplinar uma enorme massa de trabalhadores segundo o ritmo da linha de montagem, levou ao desenvolvimento de uma série de técnicas administrativas que não mais puderam deixar de prescindir de gerentes, capatazes, supervisores, fiscais, instrutores e toda uma enorme tecnocracia. Logo toda a sociedade passou a ser regida por imperativos técnicos, racionalizadores das formas de vida. Referindo-se ao processo de racionalização da produção ocorrida nos Estados Unidos, Gramsci sugere que houve “a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção”. O objetivo da sociedade americana seria “desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, (...) reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal”. Trataria-se de um longo processo, iniciado “com o próprio nascimento do industrialismo”, com o qual houve “uma seleção forçada”, levando à eliminação de “uma parte da velha classe trabalhadora”¹⁷.

Apesar de todas as diferenças históricas e sociais, encontramos no discurso que procurou justificar o trabalho da Extensão Rural, algumas aproximações com as questões apresentadas por Stephen Marglin quanto ao aparecimento da divisão capitalista do trabalho e do sistema de fábrica, os quais foram explicados pela teoria econômica

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 382- 397.

neoclássica apenas como imperativos técnicos, meios lógicos e racionais. Porém para o autor, “a origem e o sucesso da fábrica não se explicam por uma superioridade tecnológica, mas pelo fato dela despojar o operário de qualquer controle e de dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir. A partir disso, o operário não é livre para decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário; mas é preciso que ele escolha trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar, o que não lhe deixa nenhuma escolha”¹⁸. O resultado seria a retirada de qualquer controle dos trabalhadores tanto sobre o produto, o que já havia ocorrido com o *putting-out system*, quanto sobre o próprio processo de trabalho, através da imposição do ritmo fabril. Seria uma questão de “dividir para reinar”, impedindo que o operário tivesse o controle de todas as etapas produtivas e não uma necessidade apenas de aumento da produtividade. O que estava em disputa seriam as relações de poder.

Assim como foi preciso disciplinar os primeiros operários da indústria, de modo que deixassem “de lado hábitos de trabalho desordenados” e trabalhassem segundo “a regularidade invariável do autômato”, como afirmou um observador da época citado por Marglin¹⁹, a modernização da agricultura catarinense não daria-se simplesmente por necessidades técnicas ou porque seria mais lógico e racional que assim o fosse. Foi preciso convencer os agricultores recalcitrantes; daí a atuação da Extensão Rural ter assumido um papel destacado. Aos técnicos caberia formular o novo tipo de “homem do campo” catarinense, em função da expansão capitalista.

Ressalte-se que o próprio marxismo chegou a tomar as técnicas como simples forças produtivas neutras que serviriam para mudar relações de produção. Algumas investigações, como as desenvolvidas por Foucault, apontam no sentido de que o saber

¹⁸ MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões?. In GORZ, André. Op Cit. p. 41.

¹⁹ Ibid. p. 58.

compreende um exercício de poder. Nessa perspectiva, diríamos que a análise dos documentos e textos produzidos pela ACARESC permitem perceber que o discurso procurou construir a autoridade do saber dos técnicos em relação ao saber-fazer dos trabalhadores rurais. O discurso elaborado pelos estrategistas da Extensão Rural, permite-nos sugerir que procurava-se apresentar aqueles agentes que trabalhariam juntos aos agricultores, como os detentores dos conhecimentos capazes de alterar completamente a vida e “modernizar” os habitantes do campo. O extensionismo pôde constituir-se num instrumento de “formação e de acumulação de saber” que deteve a capacidade para atribuir ou não a “competência” aos que lhe estavam subordinados. A técnica foi tomada como a medida que estabeleceria quem seria desenvolvido ou atrasado, segundo a capacidade de lidar com máquinas e instrumentos modernos. Cabe alertar que não se está fazendo aqui uma espécie de denúncia do que seria um suposto “maquiavelismo” da Extensão Rural. Evidencia-se apenas alguns pressupostos de seus discursos, os quais seriam alvos de duras auto-críticas posteriores.

Torna-se necessário historicizar o discurso técnico dos extensionistas de modo a pô-lo no seu devido lugar e tempo. É certo que a linguagem possui autonomia em relação às práticas sociais, porém é historicamente constituída: “falar de discurso é remeter ao problema da relação da linguagem com a história”²⁰. Partindo de Marilena Chauí podemos dizer que o discurso cientificista da Extensão Rural era institucional, o que o opõe a um discurso histórico ou instituinte, por tomar o real como dado previamente à racionalização do especialista e procurando apagar as diferenças “entre o pensar, o dizer e o ser”, obtendo a identificação de todos os sujeitos sociais “com uma imagem particular universalizada”. Daí ser possível afirmar que os extensionistas seguiam um discurso

²⁰ FIORIN, José Luiz. O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988. p. 06.

competente ou instituído, que poderia ser “ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado”, na medida em que “perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”²¹.

O estabelecimento de um discurso competente da técnica faria parte de um fenômeno mais amplo ligado à burocratização de todas as esferas da vida social, que passariam a ser regidas por imperativos estabelecidos segundo as normas de uma racionalidade supostamente existente “em si e para si” desde o sempre, anônima e impessoal. Fundaria-se na idéia de que a sociedade compõe uma “organização” harmônica em seus interesses. Com isso, reforça-se um sistema de autoridade hierarquizado a partir de cerimoniais e critérios estabelecidos pela autoridade dos cargos²².

Segundo Jürgen Habermas com a institucionalização do progresso científico e técnico, ocorre uma “racionalização” progressiva da sociedade. “A secularização e o ‘desencantamento’ das cosmovisões orientadoras da ação, da tradição cultural no seu conjunto, é o reverso de uma ‘racionalidade’ crescente da acção social”²³. A partir de sua análise sobre o pensamento de Marcuse, poderíamos dizer que no discurso extensionista não há opressão explícita pois esta aparece como um imperativo da razão técnica, pois o que fundamenta toda a legitimidade do discurso é a crença no progresso técnico e científico. As novas relações sociais instauradas pela Extensão Rural apareciam no discurso como “tecnicamente necessárias” e absolutamente inquestionáveis por se tratar da instauração de um processo de produção e consumo racionalizado.

O extensionismo rural constituiu-se como uma prática vinculada a um certo grupo de teorias próprias das ciências sociais norte-americanas, dentre as quais, segundo Raquel Quadros Seiffert, destacam-se o difusionismo, a teoria do capital humano e o

²¹ CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993. p. 03-07.

²² Ibid. p. 08-10.

²³ HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 45.

pragmatismo. Muito a grosso modo, os três elementos foram combinados de modo a formar um tipo específico de “pedagogia do consenso”, segundo a qual a sociedade constitui a unidade de uma ordem moral, dentro de alguns pressupostos funcionalistas.

Basicamente, entendia-se que o processo de modernização deveria dar-se pela passagem das sociedades “tradicionais” para as formas de desenvolvimento do capitalismo avançado. Para tanto, procuraria-se difundir elementos inovadores através de agentes de mudanças, os extensionistas, a partir dos quais, verticalmente, novas práticas de pensar e agir chegariam até os agricultores mais “atrasados”, passando por aqueles que podiam se classificados como “adiantados” ou apenas “retardatários”. Contaria-se com o apoio de líderes, escolhidos entre a comunidade, que fariam o trabalho de reprodução. Estavam localizados logo abaixo dos extensionistas na hierarquia das funções a serem desempenhadas por cada segmento²⁴.

Além disso, o processo de ensino ocorreria segundo uma noção pragmática que foi tomada como um *slogan*: “aprender a fazer, fazendo”. Os ensinamentos seriam transmitidos “sob a dura condição de serem adaptáveis à prática no campo, no lar e na comunidade”²⁵. Enfatizava-se a idéia de não separar o trabalho educacional de uma lógica produtiva, incentivando a constante introdução de novas prática e hábitos, pois os fatores educação e treinamento eram considerados indispensáveis para a formação do “capital humano”, tomado como tão importante quanto o capital físico para a elevação do desenvolvimento dos países pobres.

Num estudo sobre a instalação de Centros de Treinamento, datado de 1977, é possível perceber que noções como a de capital humano estavam sendo cada vez mais

²⁴ SEIFFERT, Raquel Quadros. Extensão rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985). (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 1990. p. 7-18

²⁵ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 1º Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1961. p. 30.

incorporadas ao discurso e à prática da ACARESC. “De uns tempos a esta parte”, afirma-se no documento, “temos tomado conhecimento do que se tem denominado de ‘Capital Humano’. O homem, o agente mais importante de toda e qualquer atividade, é realmente, o primeiro fator de produção a considerar”. A “qualificação da mão-de-obra ocupada na agropecuária”, deveria levar em consideração “as alternativas de solução sob o prisma de valorização do homem”²⁶. Nesse aspecto, a Extensão Rural reproduzia novas técnicas de gerenciamento que começavam a ser disseminadas por uma série de intelectuais e técnicos das áreas de economia e administração, buscando, segundo Dominique Pignon e Jean Querzola, “considerar sempre de forma mais sistemática os ‘fatores humanos’”. No dizer dos autores, isso não significou alteração da racionalidade dos sistemas de controle social: ao contrário, houve “uma extensão da racionalidade técnica à gestão dos recursos humanos”. Concluem que não trata-se de “nenhuma ruptura com Taylor. Um mesmo objetivo: transformar em ciência a arte de organização e do comando”²⁷.

No discurso da ACARESC — que fica muito claro em um estudo intitulado “Desenvolvimento e Estratégia de Ação”, elaborado por volta de 1967 — o trabalho dos técnicos aparece como “um processo de aculturação permanente, entre os centros de irradiação de novas idéias e o público que são as massas rurais”, definidas como “a categoria social mais simples que se conhece”. De antemão, é estabelecida uma relação hierárquica reificada, na qual o especialista da extensão detém a posse da competência discursiva. Para “participar do desenvolvimento do país por meio da contínua elevação da produtividade do trabalho do homem do campo”, a empresa propunha-se a criar “um estado de espírito” capaz de retirar o agricultor do atraso. Com isso, o homem seria levado

²⁶ ACARESC. Centro de Treinamento de São Ludgero: capacitação de produtores rurais e aperfeiçoamento de técnicos. Florianópolis: 1977. p. 19.

²⁷ PIGNON, Dominique & QUERZOLA, Jean. Ditadura e democracia na produção. In GORZ, André. Op cit. p. 107-108.

a “solucionar problemas sentidos ou, mesmo, criando novas necessidades e despertando-o para novas ambições”. Procurando instruir os extensionistas para sua atuação no campo, define-se desenvolvimento como o “bem estar” causado pela satisfação de aspirações. No discurso da ACARESC, o agricultor deveria ser “induzido a aplicar parte da renda auferida pelo produto do trabalho, na contínua elevação da capacidade produtiva”, sendo transformado em um “empresário”, além de incentivar a “elevação do nível de vida”. Para Glauco Olinger, “exagera-se a influência de fatores como a tradição ou o conservantismo, individualismo, ignorância (...) responsabilizando-os pelos insucessos dos serviços empenhados em transformar a agricultura”. É que seria “mais cômodo raciocinar em termos de idéias abstratas ou de difícil comprovação do que em torno de fatores concretos de fácil aferição”. Um agente da extensão não deveria “dizer que o agricultor não acredita em adubação química e que é preciso convencê-lo por meios especiais de persuasão”, bastando “conhecer a formação dos preços de custo, a técnica da adubação, da produção e da colocação do produto no mercado”²⁸.

Os extensionistas aparecem, então, nos discursos, como intérpretes autorizados, dedicados a agir sobre a “dimensão psicossocial”, propagandeando os hábitos e os fazeres “modernos”, adequados ao “Brasil, Grande Potência”. Na base do discurso extensionista, principalmente depois de 1964, foi cristalizando-se a crença tecnocrática de que o agricultor seria um incapaz, ignorante, precisando ser guiado para o caminho certo. É dessa forma que aparece o povo nos discursos oficiais da ditadura, segundo José Luiz Fiorin, como “incapaz de ‘conceber ou querer os objetivos nacionais’, é ‘manipulado pelos demagogos’, é ‘vulnerável à subversão’ (...) não pode ser instaurado como sujeito”²⁹. Só os técnicos e agrônomos da Extensão Rural, representando a elite tecnoburocrática do regime,

²⁸ OLINGER, Glauco. Desenvolvimento e estratégia de ação: Extensão Rural. Florianópolis: ACARESC, s/d. p. 7-14.

²⁹ FIORIN, José Luiz. Op cit. p. 51.

deteriam a “visão legítima” do processo social e compreenderiam as razões da história. Para Glauco Olinger, “tecnologia é problema que deve ser resolvido por técnicos, de acordo com a especialidade de cada um”. É a idéia de que são as “elites” que conhecem o que é melhor para o país, o que conforme Fiorin “conduz à concepção de que o povo está despreparado para gerir os negócios públicos e que, portanto, as elites devem fazê-lo”³⁰.

Com um discurso desse tipo ficava mais explícita a idéia de que a atribuição de uma entidade que realizava o trabalho de Extensão Rural era ir até o agricultor, tomado como um atrasado e iludido por um saber enganoso, para retirar-lhe do atraso e da escuridão e mostrar-lhe a “verdade” do desenvolvimento, já que o extensionista neste caso ocupa o papel da elite que detém a “real competência no plano do saber”, dando “bons exemplos que possam ser seguidos pelos dominados”. Segundo Fiorin, essa concepção sobre a atuação das elites fundamenta-se na “idéia de que a sociedade é um eixo vertical, e uns se localizam no espaço superior e outro no inferior. Acrescente-se ainda que a elite é dotada da competência da ordem do saber e o povo não o é”³¹. A própria visão das desigualdades sociais como uma simples divisão hierárquica e funcional entre elite e massa, manifesta a construção de uma imagem da vida social, na qual a sociedade aparece como um único, homogeneizada e buscando os “objetivos nacionais permanentes”, a segurança e o desenvolvimento. Decorre daí que o Estado seja tomado o representante do bem comum, dos interesses nacionais, “encarnação da vontade única da nação”³².

Uma noção de progresso linear acompanha toda a teorização extensionista, impregnada que estava pelos chavões desenvolvimentistas e, mais tarde, pelos princípios dos governos militares. Para a ACARESC, restaria “aos povos atrasados, acelerar o seu desenvolvimento, de modo a ultrapassar a velocidade de crescimento dos povos adiantados,

³⁰ Ibid. p. 32-33.

³¹ Ibid. p. 32.

³² Ibid. p. 41.

para que possam vir a alcançá-los”³³. Em Santa Catarina, o governo se propunha a “ultrapassar o que se convencionou chamar de barreira do subdesenvolvimento”³⁴. Este progresso surge como uma fatalidade, um destino histórico. Trata-se de multiplicar o já existente, aumentar a quantidade, uma “repetição do mesmo”, modernizar conservando, já que a história “no entender da ‘revolução’, não tem transformação por contraditoriedade, nem sequer por contrariedade, mas apenas crescimento, ou seja, aumento e modernização do já-dado”³⁵. Daí a exclusão da possibilidade de reforma agrária e o apego às soluções tecnológicas como único meio de intervenção na agricultura.

Principalmente depois de 1964, o progresso preconizado apresentou-se não como expressão dos interesses de apenas uma parcela da sociedade mas de todos os seus componentes, até porque, segundo Fiorin o governo “revolucionário” dizia não admitir “a pressão dos interesses políticos e que esses não se misturam à atuação da vida administrativa”³⁶. Afastando-se das questões políticas, o discurso pretende-se guiado por uma racionalidade vista como imanente ao social, que basta apenas ser devidamente traduzida pelos donos do saber competente para que a realidade seja previsível e controlável. As políticas públicas passaram a ser dirigidas pela orientação da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual o principal “Objetivo Nacional Permanente” seria a Integração Nacional, de modo a criar a “solidariedade orgânica da Nação”³⁷. Com o golpe muitos programas sociais desenvolvidos durante o período imediatamente anterior, voltados para a alfabetização e cultura popular foram desativados. No entanto a Extensão Rural continuou prestigiada e ganhou mais impulso com um controle muito mais efetivo por parte

³³ OLINGER, Glauco. *Op cit*, s/d. p. 13.

³⁴ PRODOHL, Augusto Sylvio. BRDE no desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 1970. p.70.

³⁵ FIORIN, José Luiz. *Op Cit*. p. 70.

³⁶ *Ibid*. p. 43.

³⁷ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 82.

do Estado, ou seja, continuou sendo ouvida porque falava a mesma língua dos donos do poder.

Toda a ênfase das falas oficiais recaíram sobre o tema do planejamento a qualquer custo e sob quaisquer circunstâncias, tomado como a única maneira de criar o país desenvolvido que desejavam, imprimindo “racionalidade à coisa pública”, que passaria a estar assentada em “bases técnicas” e neutras, estabelecidas pelos especialistas, detentores da competência do saber. É dentro da imposição dessa visão que percebe-se a construção da “onipotência da tecnologia”, como refere-se Fiorin, indistinguindo “história natural e a história humana”, pois a tecnologia estaria acima de qualquer conflito de interesses. A fala de um técnico do governo catarinense, expressa o tipo de discurso produzido pelo Estado no afã de tecnificar as práticas de gestão social.

“A introdução da máquina (...) ‘foi um bem para a humanidade’. Para corrigir os males que uma industrialização desgovernada produz na sociedade (...) o remédio não é a volta a uma sociedade agrária ou de a uma economia de puro consumo, e sim a racionalização da indústria e a aplicação da técnica a todos os ramos da economia”³⁸.

Portanto, não pode-se deixar de lado na análise do discurso extensionista, suas profundas vinculações com a visão oficial produzida pelos governantes a respeito da sociedade e que guiou de alguma maneira a construção do novo agricultor. A ênfase na técnica como impulsionadora de transformações capazes de solucionar o “atraso” nos campos, transparece na comparação feita posteriormente, por um dos mais importantes dirigentes da história da ACARESC, Glauco Olinger, entre os serviços de extensão praticados nas regiões Nordeste e Sul. Segundo este tipo de análise, “no Nordeste os

³⁸ PRODOHL, Augusto Sylvio. Op cit. p. 138.

especialistas davam ênfase aos problemas sociais”, pouco importando-se com questões econômicas, o que não levava a mudanças nas “técnicas de trabalho e produção, mantendo o atraso econômico e a pobreza dos agricultores”. Na região Sul, ao contrário, usava-se os “métodos clássicos de extensão visando a solução de problemas técnicos e econômicos”: “o econômico caminhava a frente do social”³⁹.

Nesse aspecto, observando a estrutura do sistema de extensão rural coordenado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, do qual fazia parte a ACARESC, Maria Teresa Lousa da Fonseca aponta para a preocupação com a estrita hierarquização, “com o sistema de mando”, o que “explicitava-se em todas as definições de funções, descrições de cargos e determinações de competência”. E prossegue afirmando que o sistema estava dividido “em duas categorias: a dos chefes e dos subordinados, cuja hierarquia se fazia em quatro níveis — dos órgãos de decisões centrais (nacionais e estrangeiros), dos órgãos de decisão estadual (Filiadas), dos escritórios regionais e dos escritórios locais”. Segundo a autora, as equipes locais formavam “a base da pirâmide organizacional que, em termos da distribuição do poder na instituição, ainda tinham subordinados a elas os líderes e as famílias rurais (...)”⁴⁰.

Foi dentro dessa perspectiva que a ACARESC tratou de criar condições para a reprodução do trabalho, formando rapidamente o maior número de técnicos possível. Uma barreira constantemente apontada para os trabalhos de extensão rural no Brasil e, particularmente, em Santa Catarina, era a escassez de técnicos agrícolas de nível universitário. Além disso, conforme Glauco Olinger, apenas recentemente é que houve “a inclusão da extensão rural como disciplina obrigatória no currículo dos cursos superiores de ciências agrárias”. Até os anos 60, o Estado dispunha apenas de algumas Escolas Práticas

³⁹ OLINGER, Glauco. Op cit, 1996. p. 54.

⁴⁰ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. p. 121.

de Agricultura, sendo que muitos diplomados logo deixavam as atividades agrícolas. Os alunos que completavam os cursos, valeriam-se do “conhecimento teórico que adquiriram, inclusive das disciplinas fundamentais”, para “encostar-se a cargos públicos ou a empregos outros que, mais cômodos, lhes permitam fruir o ambiente das cidades”⁴¹. O governo apenas estava começando a tratar da implementação de órgãos para a pesquisa e experimentação agropecuária, através de convênios com o Instituto Agrônomo do Sul, já que apenas muito mais tarde seria criada uma faculdade de Agronomia em Santa Catarina. No discurso oficial, Santa Catarina estaria entrando “na larga estrada da aplicação da ciência à agricultura, tornando-se capaz de substituir o empirismo pela moderna técnica do uso da terra”⁴².

Em 1961 haviam aproximadamente 10 mil engenheiros agrônomos e médicos veterinários para atenderem mais de 2 milhões de propriedades rurais brasileiras. Com a necessidade de intensificar a tecnificação da agricultura e atingir mais áreas, o governo do Estado criou o CETRE, Centro Prático de Treinamento, em 1964, “para agricultores jovens e adultos, técnicos da Secretaria e Ministério da Agricultura”⁴³, seguindo uma política de âmbito nacional determinada pela ABCAR. No novo órgão é que passaram a ser feitos todos os treinamentos com os agrônomos e as futuras economistas domésticas, geralmente contratadas entre professoras normalistas. Mais tarde foram construídas outras unidades de treinamento, em Videira, São Miguel do Oeste, Agrônomo, São Joaquim, Araranguá, Chapecó e Concórdia. As atribuições desses centros eram assim definidas:

“Além de servirem para a capacitação inicial e reciclagem dos empregados da ACARESC, os Centros recebiam agricultores, donas de casa e jovens rurais

⁴¹ Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em 15 de abril de 1951. p. 23.

⁴² Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Discursos. Florianópolis: 1956, p. 393.

⁴³ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 4º Mensagem Anual à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1964. p. 184-232.

para a realização de cursos, treinamentos profissionalizantes e outros eventos de interesse dos agricultores. (...) o Centro deveria possuir unidades didáticas de campo que pudessem ser repetidas pelos agricultores em suas propriedades. Não se admitia sofisticação nas instalações e nas atividades de campo dos Centros, que fugissem à realidade do meio rural. “(...) Ninguém ingressava na ACARESC sem realizar, previamente, o treinamento de capacitação inicial com duração mínima de sessenta dias úteis até a década de 70.”⁴⁴

Já nos anos 80, como presidente da EMBRATER, Glauco Olinger sintetizou a política adotada pelos Centros, afirmando que o treinamento não deveria ser “oportunidade para repetir teorias que fizeram parte do currículo de graduação, nem para discutir a validade de teorias filosóficas”. Mantém-se a visão estritamente tecnicista, segundo a qual seria inconveniente que os novos extensionistas tivessem acesso a “autores polemistas (...) que criticam destrutivamente a filosofia e os métodos de extensão”⁴⁵.

O ingresso dessa nova tecnocracia em órgãos que foram criados com a complexificação da administração pública, sendo os Serviços de Extensão Rural um exemplo claro, parecia levantar suspeitas entre os políticos e burocratas tradicionais, o que fica expresso por Olinger quando afirma que “à medida que se expandiam e recebiam crescentes recursos financeiros”, também passaram a ser alvos de “reservas e oposições” de outros setores da administração ligados à agricultura⁴⁶. O autor procura demonstrar que a decadência da ACARESC deveu-se às barreiras impostas a um órgão que não curvou-se ao paternalismo e à política. Dessa forma, reforça-se a representação de que o trabalho extensionista correspondia unicamente a imperativos técnicos e não estaria envolvido com

⁴⁴ OLINGER, Glauco. *Op cit*, 1996. p.291-293.

⁴⁵ OLINGER, Glauco. Política para Centros de Treinamento. Brasília: EMBRATER, 1983. p. 08.

⁴⁶ OLINGER, Glauco. *Op cit*, 1996. p. 62.

as relações sociais que o envolviam. O saber técnico foi utilizado como uma forma de garantir a autoridade necessária nas relações da empresa com o governo do Estado.

Apesar de ser constante no discurso dos dirigentes da ACARESC a menção à ausência de ingerência política na instituição, especialmente antes de 1964, o próprio Glauco Olinger expressa a importância de o Serviço de Extensão Rural ter conseguido “integral apoio dos mais influentes políticos do Estado”. Com o suporte tanto da União Democrática Nacional (UDN), através de Irineu Bornhausen, quanto do Partido Social Democrático (PSD), por intermédio de Aderbal Ramos da Silva, foram obtidas as condições de expansão e interiorização, conseguindo convênios com bancos existentes no Estado para Programas de Crédito Rural. Os primeiros contratos foram feitos com o Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO) e com o Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina, em 1957. Mais tarde, em 1961 e 1962, respectivamente, vieram a ser acertados convênios com o Banco do Brasil e com o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE)⁴⁷, “visando disseminar o crédito amplamente em todo o Estado”⁴⁸.

Segundo a fala oficial da ACARESC, em seus relatórios e mensagens, desde o início dos trabalhos extensionistas em Santa Catarina, houve o “apoio moral e material de todos os serviços públicos federais, estaduais e municipais, de entidades bancárias, autarquias, clero e principalmente dos líderes e do povo do interior do Estado”⁴⁹. Foi muito importante o prestígio que a empresa conseguiu junto aos governantes, permitindo uma maior margem de manobra. Olinger, em depoimento a uma revista dirigida ao meio empresarial a respeito de um ex-governador de Santa Catarina, cita o caso da nomeação do primeiro diretor da carteira de crédito rural do Banco do Estado, em 1962, o qual foi

⁴⁷ Ibid. p. 255-256.

⁴⁸ Santa Catarina. Plano de Metas do Governo Celso Ramos: 1º ano de trabalho. Florianópolis: 1962. p. 71.

⁴⁹ ETA-Projeto 17/ACARESC. Relatório de Atividades do 4º trimestre de 1958. Florianópolis: 1958, mimeo. p. 29.

indicado pela ACARESC apesar de ser “socialista”⁵⁰. Após o golpe militar de 1964, a intromissão de assuntos político-partidários junto ao trabalho da ACARESC passou a ser mais freqüente, conforme relata em entrevista Christóvão Andrade Franco, lembrando que haviam pressões para que não fossem contratados certos extensionistas que os aparelhos de controle do regime consideravam perigosos subversivos, além de haver a necessidade de “passar a lista de funcionários no SNI”⁵¹.

O entrevistado⁵² menciona que a ACARESC “não era uma unidade orçamentária do governo”, mas sim “vendia serviços”, o que lhe daria uma “certa postura empresarial”. Também neste caso faz-se presente a representação da entidade como “um órgão eminentemente técnico”. Contudo, as próprias palavras de Franco denunciam a ingerência de questões políticas: “o governo não gostaria que você fizesse proselitismo político. Então você não fazia proselitismo político”. Isto serviria para legitimar a ACARESC junto às autoridades a fim de garantir a continuidade dos trabalhos. Segundo Franco, para “todos os extensionistas ou funcionários que ingressavam no serviço, o contrato tinha uma cláusula que proibia fazer proselitismo político e religioso”. E prossegue afirmando que essa seria uma postura que “não conflitava com os políticos”, pois “a gente pedia uma isenção política, mas não atrapalhava eles, então eles compreendiam isso”. O respaldo político da extensão também seria obtido mediante “uma atenção às autoridades”, levando “ao conhecimento delas toda a sua programação”. Todos os programas e planejamentos dados a conhecer “ao governador, aos secretários de estado, aos deputados estaduais, aos deputados federais, aos senadores, a todos os prefeitos, a todos os membros das câmaras municipais”. Enfim, conclui dizendo que “você tinha um discurso que você vendia e você mostrava que você estava cumprindo aquele discurso. Então os políticos

⁵⁰ “Desbravador das indústrias”. in *Expressão*, agosto/1993, nº 35, ano 3.

⁵¹ FRANCO, Christóvão Andrade. Entrevista cit.

⁵² Idem.

apoiavam, o governo estadual apoiava, o governo federal apoiava”. Isso também não deixava de ocorrer com relação à Igreja, seja católica ou outras, pois “fazia parte da técnica, da estratégia de serviço, você procurar as autoridades e as lideranças da comunidade”. Note-se que tudo é definido em termos de prioridades técnicas e a política torna-se mais uma dessas estratégias.

A ACARESC também não parece ter recusado o respaldo político proporcionado também por empresários agroindustriais que demandavam “uma ação modernizada no meio rural”, de modo a constituir as bases necessárias para o fornecimento de um volume de matérias primas adequado às suas empresas⁵³. Especialmente em casos como o da suinocultura, os empresários devem muito ao trabalho da ACARESC na solução do problema básico da qualidade dos produtos, introduzindo novas espécies que garantissem maior produtividade, substituindo o chamado porco “tipo banha” pelo “tipo carne”, bem como modificando os métodos de criação, como a adoção do confinamento, deixando o suíno de ser “criado à solta nas encerras, comendo milho em espigas que eram jogadas nos chiqueirões”. Tratava-se de adaptar a produção ao surgimento dos óleos vegetais que fizeram cair o consumo de banha⁵⁴. Foi preciso todo um trabalho de persuasão e seleção dos criadores aptos a transformar a organização do seu trabalho, fornecendo os produtos em ritmo industrial. Antes da fundação da ACARESC a Associação Rural de Concórdia que, em 1956 era presidida por um dirigente da Sadia, já realizava um trabalho parecido com o que viria a ser realizado pelo extensionismo rural, com utilização intensa do rádio, educação agrícola, clubes de jovens e demonstrações⁵⁵, sendo distinguida pela Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina (FARESC) “pela sua

⁵³ SEIBEL, Erni J. Op cit. p. 02.

⁵⁴ OLINGER, Glauco. Op cit, 1996. p. 287

⁵⁵ FARESC. Relatório da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1956. p. 35-36.

⁵⁶ FARESC. Relatório da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina.

atividade e pelo cunho prático e técnico-científico imprimido aos trabalhos e aos benefícios dirigidos ao homem rural daquele próspero município”⁵⁶.

Talvez não seja mero acaso que, no momento de maior importância para o crescimento e a consolidação da ACARESC, no início dos anos 60, a Secretaria da Agricultura tenha sido dirigida por representantes das agroindústrias, Atilio Fontana, por parte da Sadia, e Luiz Gabriel, representando a Perdigoão⁵⁷. Portanto, mais uma vez é preciso atentar para a desconstrução dos pretensos imperativos técnicos que buscavam legitimar e atribuir competência ao discurso da ACARESC. Mais do que uma prática educacional, estava em jogo a implantação de novas formas de organização do trabalho. A “racionalização” atendia a objetivos bastante marcados pelas influências políticas e econômicas, sendo que todo o processo foi desenvolvido no sentido de atingir a construção de sujeitos adequados às relações capitalistas de produção. Podemos falar numa tentativa encontrada no discurso extensionista, no período em análise, de “imposição da visão legítima do mundo social”, como refere-se Bourdieu⁵⁸.

A partir de meados dos anos 70, os próprios extensionistas começaram a questionar sua atuação nas décadas precedentes, o que acabou tornando mais nítidas as intenções políticas do discurso até então, contribuindo para a crise simbólica da instituição e de suas auto-representações tecnicistas. Desse momento em diante, é possível verificar o ecoar de vozes ainda dispersas em meio aos discursos dominantes que prezavam a modernização acelerada. Um processo que já vinha ocorrendo há algum tempo, porém sem muita visibilidade, o que só começou a ocorrer justamente no momento em que o país começava a sair do cerco autoritário do regime militar. Começava-se a detectar problemas

Florianópolis: 1957. p. 29.

⁵⁷ Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Plano de Assistência Técnica Agropecuária 1961-1965. Florianópolis: 1966. p. 2.

⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 165.

para a reprodução de um sistema de extensão rural baseado quase exclusivamente na expansão quantitativa da produção, com crédito abundante e incentivo para a mecanização em grande escala. A crise do Estado, sua falta de capacidade de investimentos, foram aos poucos minando as possibilidades do modelo extensionista vigente, uma situação que agravou-se ao ponto de toda a estrutura ter sido colocada em dúvida, havendo mesmo o risco de sua extinção, algo que tornou-se bastante presente desde o fim da EMBRATER em 1991.

Sadi Sérgio Grimm encontra os primeiros sinais dessa situação com a crise do petróleo daquela década, a qual provocou “um significativo aumento no custo dos insumos agrícolas industrializados, combustíveis, tratores e máquinas”, acarretando ainda a queda gradativa da “disponibilidade de crédito e o nível de subsídio”. A partir daí ocorre uma mudança nas práticas da ACARESC, o que foi simbolizada pelo incentivo à instalação de biodigestores nas propriedades “para geração de gás metano e biofertilizante através da transformação de resíduos orgânicos”. Ou seja, mudava bastante a orientação até então seguida, a qual como já foi exposta, dependia enormemente de insumos externos e de grandes investimentos em infra-estrutura, considerando as práticas costumeiras dos pequenos produtores como meros obstáculos ao desenvolvimento. Passou-se a valorizar “a produção de ração caseira com um mínimo de componentes industriais; a adubação verde; o aproveitamento de dejetos de aves e suínos (anteriormente apenas o esterco bovino era valorizado); o controle integrado de pragas da soja; o cultivo de maçã e alho; a aquisição coletiva e o uso compartilhado de tratores, colheitadeiras e máquinas; a organização dos produtores, especialmente sob a forma de condomínios e associações”. A atuação “por produto”, que procurava o aumento quantitativo de determinadas culturas consideradas fundamentais pelas autoridades governamentais, especialmente as de exportação, passou a ser questionada. Nos anos 80, com programas como os de administração rural e

microbacias, procurou-se “reduzir a ênfase na transferência de pacotes tecnológicos e adotar um enfoque mais abrangente de sistemas”, respeitando particularidades regionais⁵⁹.

A redução na disponibilidade de crédito rural afetou profundamente a forma de atuação da ACARESC. Os planos de crédito rural educativo, que praticamente abriam as porteiras das propriedades para que os extensionistas alargassem sua influência sobre as famílias rurais, caíram de 12.414, em 1980, para 5.923, em 1982. “Em 1975, 51,5% do crédito rural em Santa Catarina era aplicado em investimento, caindo para 20,4% em 1981”. Além disso, várias agroindústrias, como as de carne suína, começaram criar corpos técnicos “para dar assistência aos produtores integrados”, além de valerem-se “dos métodos e da experiência do serviço público de extensão rural, inclusive com o recrutamento de técnicos da ACARESC”⁶⁰.

Pode-se também levar em consideração uma transformação na postura diante do meio ambiente que começou a ser difundida a partir das lutas de diversos movimentos ambientalistas ao redor do planeta, em favor do que tornou-se genericamente conhecido como uma nova consciência ecológica. Atingindo em cheio parcelas cada vez mais significativas da opinião pública, essas idéias acabaram por influenciar técnicos agrícolas no Brasil, que procuraram pensar práticas agropecuárias que estivessem mais de acordo com a sustentação ecológica, com tecnologias de baixo impacto ambiental e adaptadas ao meio ambiente de cada região.

Isso levantou um questionamento quanto às regras produtivas da “Revolução Verde”, baseadas “no monocultivo de variedades de alto rendimento”, empregando maciçamente “produtos químicos e alta tecnologia, procurando o máximo rendimento por unidade de área, sob condições de intensa exploração do solo, ignorando suas repercussões

⁵⁹ GRIMM, Sadi Sérgio. Repensando a extensão rural em Santa Catarina. In Agropecuária Catarinense. Florianópolis: Epagri, vol. 7, nº 4, dez. 1994. p. 33-34.

⁶⁰ Ibid. p. 34.

sobre o meio e a saúde dos seres vivos”. Uma agricultura com grande utilização de recursos não renováveis e insumos industrializados, intensa mecanização e aplicação de agrotóxicos, começou a ser timidamente substituída por alguns produtores pelo que pode-se chamar de “agricultura orgânica e alternativa”, ou seja, “um sistema de produção que evita, ou exclui amplamente, o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para alimentação animal, obtidos sinteticamente”. Prefere-se um processo produtivo que privilegia a “rotação de culturas, utilização de resíduos de culturas, esterco animal, leguminosas, adubos verdes, lixo orgânico, cultivo mecânico, minerais naturais e controle biológico de pragas e doenças, visando manter a estrutura e produtividade do solo, fornecer nutrientes às plantas e controlar insetos, ervas invasoras e outras pragas”⁶¹.

Por outro lado, os próprios consumidores urbanos passaram a valorizar alimentos que fossem considerados com melhor qualidade, sem necessariamente engajarem-se às idéias conservacionistas. A esse respeito, técnicos da EPAGRI⁶² — Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A, sucedânea da ACARESC — realizaram uma pesquisa em 1996, buscando avaliar a receptividade do consumidor de Florianópolis a hortigranjeiros sem agrotóxicos. Constatou-se que 77% dos entrevistados estariam “dispostos a adquirir produtos hortigranjeiros classificados como alternativos”, sendo que a maioria reconheceria nesses produtos benefícios à “saúde individual”. Cabe ressaltar que isso não significa o desenvolvimento de uma “consciência ambiental”, pois observou-se “claramente o pouco interesse dos consumidores quanto ao meio ambiente e à saúde dos agricultores”⁶³.

⁶¹ Ibid. p. 34.

⁶² Em 1991 o Governo do Estado de Santa Catarina, sob administração recém empossada, efetuou uma reforma administrativa do Serviço Público Agrícola estadual, centralizando em uma nova empresa, denominada Epagri, uma série de órgãos anteriormente autônomos, dentre estes, a ACARESC.

⁶³ KROTH, Léo Teobaldo et alie. Receptividade do consumidor de Florianópolis a hortigranjeiros sem agrotóxicos. In Agropecuária Catarinense. Florianópolis: Epagri. Vol. 9, nº 4, dez/1996. p. 07-09.

É possível verificar como essas mudanças começaram a afetar o discurso extensionista, especialmente através da análise das idéias divulgadas no 1º Encontro sobre Extensão Rural em Santa Catarina, realizado em 1982. Pode-se verificar que novas tendências davam os primeiros sinais de que iriam tornar-se dominantes, quebrando a tradicional auto-representação extensionista. Para os propósitos deste trabalho, o mais importante é estabelecer que a extensão rural começava a refletir sobre a crise de seus paradigmas e a insuficiência de seu discurso. Os extensionistas passavam a sentir a necessidade de reformulações, algo que denunciava o esgotamento da competência de seu discurso até então vigente, o qual deixava de ter a capacidade de fazer-se escutar junto aos agricultores e, principalmente, junto ao Estado, que questionava a existência do serviço. Os “formuladores do novo” encontravam-se frente à quebra de seu poder simbólico.

As falas dos extensionistas, dirigentes e técnicos naquele evento, apresentam um quadro não de um confronto aberto, mas de hegemonização de novos discursos. Aqueles que abertamente apresentavam-se como defensores da “linha produtivista”, do “produto”, foram pouco ouvidos, ficando suas falas encobertas por novas questões. O “direito à palavra” passava a ser monopólio de novos agentes. Já no espaço destinado ao depoimento dos dirigentes, na abertura do encontro, os discursos apresentavam a necessidade de uma nova postura do extensionista frente ao agricultor:

“Se nós tomarmos essa postura, que é na verdade a postura do extensionista diante do agricultor, de que ele não sabe mais do que o agricultor, então eu não sei mais do que o meu companheiro, mas eu vou aprender com meu companheiro, ele vai aprender comigo, nós podemos crescer juntos”⁶⁴.

⁶⁴ I Encontro sobre a Extensão Rural em Santa Catarina. Coletânea. Florianópolis: EMATER/ACARESC, 1982, p. 18.

Tornavam-se explícitas as críticas ao momento anterior da extensão, justamente aquele que interessa aqui, levantando questões como a de que “só entrava quem era agrônomo, principalmente aqueles que decidiam”. Trata-se de uma análise retrospectiva dos próprios extensionistas, numa reflexão sobre sua história, que torna claro o quanto o seu discurso esteve vinculado, durante a maior parte de sua trajetória, à uma prática de poder baseada numa economia de saberes, considerados legítimos e instituídos como válidos e aceitos pelo conjunto dos técnicos. Nesse momento foi discutido o quanto a “formação tecnológica” dos extensionistas estabeleceria um “modo de pensar” unicamente centrado nas “ciências naturais”, esquecendo-se de que “o homem é o objetivo maior da ação extensionista e ele pertence a uma outra dimensão, geralmente tratada por aquilo conhecido como ciências sociais”.

A deterioração do discurso da extensão atingiu o cerne da auto-representação a-política dos técnicos. Chegava-se à conclusão de que “extensão também é um instrumento político do governo. O governo mantém essa extensão e tem expectativas (...). E nós, de uma certa forma, somos pressionados”. Interessante também foi o questionamento quanto à posição da extensão rural frente ao problema fundiário, isto é, em relação às “65 mil famílias em Santa Catarina ainda sem terra”. Discutia-se a postura tomada até então pelos estrategistas do extensionismo, segundo a qual, todo esse enorme contingente de marginalizados da modernização seriam “uns pobres coitados”; não seriam “clientela da extensão” esses “peões da vida”⁶⁵.

A reavaliação do próprio passado da Extensão Rural tomou o rumo da desmontagem da idéia de que os agricultores que não haviam conseguido “pegar o bonde” da modernização, seriam atrasados, “tradicionalistas”, “polacos ou caboclos”. Um dos palestrantes do encontro, Romeu Padilha, afirmou que o problema encontraria-se na falta de

⁶⁵ Ibid. p. 20-22.

“pré-condições necessárias para poder entrar na era tecnológica. Não é porque o ‘cara’ é preguiçoso ou é de tal etnia, é porque ele não tem a total pré-condição”. Citando como exemplo o trabalho realizado em Minas Gerais, reconhecia-se que o estabelecimento de um patamar de agricultor modernizável, com o mínimo de 20 hectares de terra, “abaixo do qual a Extensão Rural não tinha o que fazer”, fazia com que “desde o início”, os extensionistas tenham feito “uma certa seletividade”. Agindo assim, “a extensão que entrou aqui com toda uma perspectiva ideologicamente considerada humanística (...) fazia restrições, e com isto deixou de fora mais da metade da população de Minas”.

Analisando sua história, não havia como os próprios extensionistas deixarem de observar as constantes intervenções políticas sobre seu trabalho, o que acabava por provocar o abandono de qualquer representação cientificista e neutra de sua atuação. Já nos anos 50, mas principalmente na década seguinte, a Extensão Rural conseguia tornar-se aceita pelas esferas de poder governamental, estabelecendo convênios com “determinados tipos de órgãos que tinham objetivos bastante específicos”, tais como o Instituto Brasileiro do Café, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o Banco do Brasil. Nas palavras de Romeu Padilha, “em 61”, os extensionistas estariam “já próximos do poder. Com Jânio Quadros, temos grupos especiais nomeados, com extensionistas sendo os coordenadores”. O comprometimento teria alcançado um ponto tal que, na década de 60, haveria sido divulgada “pela primeira vez em documento de extensão no Brasil”, a necessidade de “trabalhar para o controle da inflação, equilíbrio da balança de pagamentos e elevação da produtividade do trabalho”. Segundo Padilha, “já se começava a deixar de lado aquele negócio de família rural, bem-estar, produtor e sua família, qualidade de vida, esse tipo de ideologia que foi alimentadora da extensão até 60 (...). Já se procurava, em outras palavras, atender às demandas dos setores urbanos industriais”.

Daí que o Primeiro Plano Quinquenal da ABCAR, para o período entre 1961 e 1965, já definia de antemão quais os produtos a serem privilegiados pelo trabalho extensionista, “definindo, inclusive, as suas metas em termos de elevação de produtividade física e da terra”. Para Padilha, os extensionistas haviam aprendido — “botaram muito na cabeça da gente” —, “nas escolas e também depois nos compêndios, nos pré-serviços, o que seria muito interessante para aqueles que vendiam elementos que elevam a produtividade física. Lógico, se a produtividade física é grande coisa, então precisaríamos usar tecnologia”, ou seja, “elementos químicos, biológicos”, além de “sementes híbridas ou fertilizantes”. Conclui que “a produtividade física ficou sendo sempre o ‘farol pelo qual nós mediamos nossa eficácia’, inclusive as metas eram medidas assim no plano diretor da ABCAR”.

A contribuição da extensão rural para a ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados, levando à progressiva diminuição dos setores de “auto-consumo”, caracterizados principalmente pelas pequenas propriedades familiares, também não passou despercebida por essa reavaliação. Esse processo teria criado agricultores “mais pobres, mas melhores consumidores”, isto é, “pobreza não significa diminuição do mercado”. Isto ocorreria porque aquele “que não pode mais ter setenta por cento de sua cesta de consumo (...) produzidos por ele mesmo, em sua pequena propriedade e passa a um nível menor de consumo, tem de comprar (...). Seu nível de vida piorou, mas ele passou a comprar o que antes não comprava”⁶⁶.

Todas essas constatações tornavam claro que os próprios extensionistas deixavam de reconhecer-se segundo o discurso até então dominante, que preconizava uma extensão rural afastada de questões políticas. Ao seu modo, os técnicos agrícolas começavam a perceber o quanto o discurso tecnicista estava permeado por relações de

⁶⁶ Ibid. p. 37-42.

poder das quais não poderiam escapar. Não se trata aqui de considerar que os extensionistas estivessem sendo enganados por um discurso que lhes seria alheio e teria tomado conta de suas consciências por décadas. O que procuramos evidenciar é o quanto um discurso conseguiu angariar legitimidade e fazer-se escutar, servindo como referencial para interpretações, construções e práticas, sendo em seguida questionado em seus temas básicos por seus próprios emissores. Um processo que inscreve-se nas relações entre saber e poder, nas quais a imposição legitimada do primeiro não ocorre apenas por suas características internas, mas principalmente pelo conjunto de relações de força que lhe dão amparo. O prestígio e o poder de técnicos e especialistas da extensão, sua ênfase na construção de um discurso competente, com força para ser escutado, foi um processo historicamente constituído, retendo contribuições de diversos fatores que favoreceram sua permanência por um determinado período, tal como o já mencionado predomínio tecnocrático na gestão pública não só brasileira mas de quase todas as sociedades capitalistas. Depois que os técnicos começaram a perceber, por eles próprios, que haviam começado a perder o monopólio da legitimidade, procuraram rever suas palavras e atos, reavaliando o período precedente.

Algumas análises de agrônomos catarinenses da EPAGRI — acompanhando algumas reflexões da área das ciências sociais — procuram interpretar as mudanças em seu discurso e prática nas últimas décadas como o estabelecimento de um novo “paradigma” norteador das ações extensionistas, empregando esta noção no sentido indicado pelas reflexões de Thomas S. Kuhn. Segundo este, a “comunidade científica”, através da instituição de um conjunto de normas e regras, constituiria um paradigma, uma crença dominante, a partir da qual julgaria-se a pertinência de qualquer nova tendência. Uma

“revolução científica” daria-se com a crise de um paradigma e sua substituição por outro, num processo de rupturas sucessivas⁶⁷.

De sua parte, Pierre Bourdieu chama a atenção para as noções “funcionalistas” presentes “mesmo num autor que, como Kuhn, dá lugar ao conflito na sua teoria da evolução científica”. Segundo o autor, “a ciência oficial não é o que, freqüentemente, dela faz a sociologia da ciência: o sistema de normas e valores que a ‘comunidade científica’, grupo indiferenciado, imporia e inculcaria a todos os seus membros”. Essa seria uma “visão ‘durkheimiana’ do campo científico”, pois descreve “o conflito social na linguagem da marginalidade, do desvio ou da anomia, reduzindo “as relações de competição entre dominantes e dominados às relações entre ‘centro’ e ‘periferia’”. Bourdieu acentua que mais importantes são as relações de poder — “a luta inseparavelmente científica e política pela legitimidade” — e a imposição de uma dominação simbólica no campo científico. Silenciar sobre o “interesse dos dominantes”, “fazendo da comunidade científica o sujeito das práticas”, seria o mesmo que “cair no funcionalismo”⁶⁸.

As análises de Bourdieu sobre o monopólio da competência científica permitem-nos avançar na interpretação das idas e vindas do discursos da ACARESC, na medida em que o autor propõe que “o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Esta disputa envolveria “o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social”. O domínio da “competência científica” — “que é socialmente outorgada a um agente determinado” —, permitiria a “capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e

⁶⁷ KUHN, Thomas S. Apud. ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigamas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1992. 275p.

⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. in ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 129.

com autoridade)”. Atente-se que Bourdieu não distingue o que seriam os interesses exógenos ou extrínsecos do aparelho científico, suas hierarquias e burocratizações, das questões epistemológicas mais imediatas: “os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas”⁶⁹.

É possível aplicar estas proposições ao estudo das mudanças no discurso da Extensão Rural descritas anteriormente, particularmente em Santa Catarina, ocorridas após meados da década de 70, observando que as novas falas autorizadas não apenas acumulavam maior poder simbólico decorrente da conquista de posições superiores na estrutura burocrática, mas também punham em prática um processo de legitimação de outros métodos e práticas extensionistas. Aos poucos e mais recentemente, por exemplo, começou a ser estabelecida a reabilitação da pequena propriedade familiar, vista não mais como espaço do atraso, mas como saída para os impasses que a modernização havia acarretado. É o próprio Bourdieu que levanta a suposição de que a manutenção ou a ruptura com uma determinada prática científica, dependem em muito da “ordem social” na qual insere-se a “ordem científica”⁷⁰. Quanto a isso, as descrições precedentes mostram o quanto a tomada de posição em favor de mudanças de concepções e contra o monopólio de determinados discursos, ocorrida no seio da comunidade dos extensionistas catarinenses, teve relação com a queda do prestígio social e político da ACARESC.

Dai termos preferido, a certa altura da reflexão, realizar a análise do discurso da ACARESC até os anos 70 com o auxílio das auto-críticas que os próprios técnicos começaram a empreender posteriormente. Trata-se de evidenciar o quanto de construção histórica esteve presente na legitimação daquele discurso e de sua imposição

⁶⁹ Ibid. p. 122- 124.

⁷⁰ Ibid. p. 139.

como autorizado e competente, observando o quanto a perda de poder político e institucional do órgão de extensão influenciou nos novos rumos “epistemológicos” tomados a partir de então. No momento em que o discurso extensionista perdeu a capacidade de imposição da visão legítima do mundo social, sua própria existência física como órgão veiculador de políticas estatais passou a ser questionada, demonstrando que a auto-representação a-política dos “formuladores do novo” estava completamente imersa em evidentes relações de poder, na medida em que procurava conferir “competência” para seu discurso.

5

O mito do “novo” homem.

Construir um novo agricultor, um novo homem, desenvolver uma mentalidade progressista. Estes foram objetivos assumidos pelos formuladores das estratégias discursivas do extensionismo rural no Brasil e, particularmente, em Santa Catarina. A ACARESC veiculou a noção de que fundamentalmente os problemas do meio rural só poderiam ser solucionados com o surgimento de “novos” agricultores, capacitados pelo saber transmitido por técnicos e especialistas. Nesse aspecto a entidade estava respaldada em todo um discurso que pode ser encontrado já num dos primeiros textos de extensão rural publicados no Brasil, no qual destaca-se a idéia de que seria necessário realizar um trabalho de “aculturação e modernização” pois, “se o agrônomo extensionista quiser criar uma nova agricultura, terá de criar, inicialmente, no povo rural, um espírito novo”. Deveriam ser lançadas “as sementes para a colheita de uma classe sã de agricultores, próspera e forte, que será uma das colunas mestras em que repousa a comunidade”. O agrônomo da extensão seria equiparado “ao médico da família que diagnostica a moléstia de

seu cliente”, no caso, o atraso do produtor rural. O extensionismo teria a “missão” de compreender a “vida humana em todos os seus problemas”, requerendo “uma visão de sociologia rural e percepção cultural geral” de modo a atingir o “agricultor e sua vida”. Só assim seria possível efetuar “uma reforma ‘mental’ na atitude e concepção da vida das populações, para obtermos uma reforma material que traga por sua vez um desenvolvimento espiritual e material mais elevado”. Para tal “seria então de toda conveniência criar uma psicologia de sucesso”, a fim de convencer o agricultor da existência de problemas a serem superados¹.

Há muito tempo, como vimos, algumas preocupações deste tipo já eram esboçadas. Em 1947, numa Reunião Econômico-Agrícola, o Secretário dos Negócios da Viação, Obras Públicas e Agricultura de então, discursava afirmando enfaticamente que a “terra de Santa Catarina”, desde o litoral ao planalto, muito prometeria “ao lavrador que lhe revolve de leve a fértil crosta e ao campeiro cuja montada lhe arrepia a verde cabeleira”. Para tanto, seria urgente que se aperfeiçoassem “os métodos e processos, que se combatam as pragas, que orientem os esforços dos que se batem no afã de ‘produzir mais e melhor’”².

Houve a ênfase na crença de que o caminho para chegar ao desenvolvimento almejado, passaria pelos gabinetes dos técnicos e planejadores. Ao Estado caberia a responsabilidade “de aumentar a produtividade, através da educação do homem, acompanhada dos meios necessários ao seu desenvolvimento”, sem “assumir a responsabilidade da produção”, deixando-a a cargo da iniciativa individual³. No caso da agricultura, a superação do “atraso” resultaria da racionalização e tecnificação da produção

¹ TIMMER, Willy Johanan. Planejamento do trabalho em extensão agrícola: bases e diretrizes da agronomia social aplicada com referência especial ao Brasil e outros países da América Latina. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1954. p. 63-157.

² Santa Catarina. Governador Aderbal Ramos da Silva. Reunião Econômico-Agrícola do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1947.

³ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 1º Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1961.

e da substituição das práticas agrícolas tradicionais pelo saber competente dos técnicos. Alguns burocratas chegaram a lançar teorias de escritório, nas quais afirmavam que “a condição para que o mercado funcione é que as estruturas mentais e os hábitos sociais das populações se tenham tornado tais que os quase-mecanismos dos preços e das quantidades possam atuar”⁴.

Em capítulos anteriores, havíamos abordado o trabalho de construção social da incompetência, realizado com a identificação e institucionalização da idéia de atraso do pequeno agricultor como um problema a ser encarado pelo Estado. A análise dos discursos de governantes e extensionistas mostra que este processo foi acompanhado por uma cartografia, um esquadrinamento das práticas sociais encontradas no meio rural catarinense de modo a obter-se um domínio completo sobre o espaço que deveria sofrer intervenções da ACARESC. Um certo olhar analítico e sistemático sobre o meio rural foi expresso pelos discursos produzidos por várias esferas do governo, objetivando-se no extensionismo. Foram realizados uma série de estudos e de levantamentos estatísticos abordando diversos aspectos como saúde, educação, hábitos alimentares e formas de trabalho. Uma preocupação em deter a maior quantidade possível de informações sobre o espaço e a população, levou a trabalhos que pretendiam servir de suporte à criação de “hábitos alimentares corretos”, “hábitos salutareos”, num grande esforço profilático. Dai o interesse em averiguar e registrar todas as esferas da vida de uma família rural, tal como a disposição e utilização dos cômodos nas residências.

Quanto aos hábitos alimentares, procurava-se extinguir “tabus”, que contribuiriam para “a restrição do consumo alimentar, principalmente quanto à mistura de determinados alimentos capazes de contribuir para a melhoria qualitativa da alimentação

⁴PRODOHL, Augusto Sylvio. BRDE no desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 1970. p. 54-55.

familiar”, impedindo o “aproveitamento racional dos alimentos”⁵. No que diz respeito a essas práticas de gestão da população, Michel Foucault chama a atenção para a importância que tiveram uma série de “táticas de governo”, desenvolvidas a partir do século XVIII, ao visarem “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc”. Os instrumentos utilizados para alcançar esses fins, teriam sido campanhas que agiram “diretamente sobre a população”, juntamente com técnicas que, indiretamente, permitiram aumentar, sem que as pessoas se dessem conta, “a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população”. De sorte que o domínio sobre uma vasta e minuciosa quantidade de dados estatísticos passou a ser um fator técnico indispensável para o Estado “conseguir governar efetivamente de modo racional e planejado”⁶.

O estudo “Agricultura: diagnóstico e prioridades”, elaborado em 1967, pode ser tomado como uma síntese desse processo de coleta sistemática de informações e de produção de saberes sobre os espaços de convivência social no meio rural catarinense. Enfatizava-se a ida ao campo, de modo a demonstrar que a massa dos produtores rurais “veste menos, mora com menos conforto, tem menos recursos para conservar a saúde e menos oportunidade para recrear”. O cuidado em vistoriar, registrar e quantificar as condições de vida da população permitia constatações como a de que “cerca de 98% da população rural do litoral catarinense” seria “infestada com mais de um verme”, sendo que no Vale do Itajaí, “100% da população rural” estaria “infestada, no mínimo, com duas espécies de vermes”. Uma pesquisa realizada em 1960 teria concluído que no Alto Vale do Itajaí “88% das propriedades não possuíam qualquer espécie de privada”, percentual que

⁵ ACARESC. Consumo e hábitos alimentares do meio rural catarinense. Florianópolis: ACARESC, 1972. p. 33-37.

⁶ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. in _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 277-293.

elevava-se a 90% no sul do Estado e “no período 1954-56, seis crianças em cada cem morriam no primeiro ano de vida”. Em 1965, “em três comunidades de Turvo” haveria sido “encontrada apenas uma fossa entre 300 famílias pesquisadas”⁷.

As más condições de habitação, falta de higiene e saneamento, colocavam-se como “as causas principais da elevada mortalidade infantil”, o que ficava claro pela ausência de privadas, “maior fator da presença da verminose”, o grande “flagelo do produtor rural”, capaz de provocar a “redução da energia” dos agricultores. Além disso, cita-se a “água imprópria para o consumo”, captada em nascentes, raramente protegidas da contaminação ou em pequenos mananciais contaminados, mas “bastante usados pelas famílias rurais, principalmente no uso doméstico, na lavagem da roupa, utensílios domésticos, alimentos e do próprio corpo humano”. Apenas no Baixo Vale do Itajaí é que “mais de 80% das residências” possuíam “poço protegido”, fazendo questão de ressaltar que tratavam-se de regiões com população de origem alemã. Os poços não protegidos permitiriam a penetração de águas, contaminando-os, pois “o poço é sempre localizado próximo à residência e é nos arredores da casa que se concentra a maior incidência de micróbios (ovos, larvas), agentes causadores das verminoses e outras doenças. Quando a chuva cai sobre o solo, arrasta aqueles agentes para o interior dos poços, contaminando a água”. Isso seria facilitado pelo “costume adotado por mais de 95% das famílias rurais” que consistia “em atirar as águas servidas sobre o terreno dos arredores da casa”, formando “depósitos na superfície do solo que são visitados pelos animais domésticos, passando a constituir focos de contaminação, não só para os próprios animais mas também, principalmente, para as crianças e adultos que andam sem calçados naqueles lugares”⁸.

⁷ SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. ACARESC. Agricultura: diagnósticos e prioridades. Florianópolis, 1967. p. 01-46.

⁸ Ibid. p. 47-48.

A preocupação em registrar os hábitos da população rural atingia os menores cuidados pessoais, concluindo-se que “menos de 3% das famílias” possuíam “banheiro, do tipo chuveiro, seja com água encanada ou à base de lata ou latão com torneira”, preferindo-se “o banho de bacia gamela, côcho, calha ou bica d’água e de rio”. Apenas na zona de colonização alemã seria melhor provida de banheiros, cimentados e “com água encanada bombeada do poço e chuveiro”. O banho geralmente seria “realizado à tardinha, quando as pessoas retornam da roça”, sendo que “antes de deitar é costume lavar os pés”. “O banho geral, ou seja, de corpo inteiro, não é diário, mas sim, comumente, feito aos sábados”⁹.

O levantamento dos hábitos alimentares no meio rural catarinense, concluía que “a zona mais bem diversificada quanto aos produtos alimentares” seria a do Vale do Itajaí, “se levarmos em conta a constância da presença do produto na mesa do agricultor”, sendo também a região que consumia “produtos de maior valor nutritivo”. Quanto às regiões do Vale do Rio do Peixe e Oeste, apresentavam “menor diversificação, porém os produtos são mais constantes nos lares rurais”. O cardápio do agricultor catarinense seria muito pouco variado. Chega a ser traçado um quadro comparativo detalhado sobre os costumes alimentares entre regiões e etnias, destacando descendentes de alemães e de italianos. As análises apresentadas tiravam algumas conclusões, como a de que “a mulher do agricultor catarinense trabalha ao lado do marido no campo e, também por isto, não pode apresentar uma alimentação adequada para sua família”¹⁰.

Enquanto no Vale do Rio do Peixe, médicos informavam que o “excesso do consumo de gordura” estaria causando “grande incidência de doenças do fígado”, no litoral o problema a seria a falta de alimentos, “inclusive por ser a região mais pobre e as

⁹ Ibid. p. 49.

¹⁰ Ibid. p. 50-54.

quantidades de alimentos disponíveis, menores”. Cita-se a visita de um médico nutricionista estrangeiro a Santa Catarina, em 1957, que ao visitar uma escola de São José, no litoral, “encontrou sinais visíveis de carências alimentares, tais como, pele seca (...), palidez das mucosas, cáries dentárias, peso e altura abaixo do padrão brasileiro”. Em contrapartida, “aproximando-se da encosta da Serra, tão logo atingiu uma área de colonos de origem alemã, as pessoas apresentavam aspecto sadio, peso e altura adequados, presença de cárie reduzida”. Concluía-se que “apesar das deficiências apresentadas”, o Estado seria o quinto maior produtor nacional de “gêneros de primeira necessidade”, caracterizando-se “por uma agricultura bastante diversificada, concorrendo para que o povo ‘sempre tenha o que comer’”. Os problemas seriam apenas a “falta de variação do cardápio individual”, além do “mau balanceamento”, ocorrências causadas pela “falta de conhecimentos sobre a produção e preparo de alimentos; o desconhecimento total sobre os fundamentos da nutrição e, principalmente, pela manutenção de hábitos e habilidades herdados dos antepassados”. Segundo o discurso extensionista, o costume alimentar seria “muito difícil de ser mudado”, algo que haveria sido “observado nos 10 anos de trabalho da ACARESC”, período no qual “menos de 10% das famílias trabalhadas incorporaram ao hábito alimentar, uma prática nova aprendida e recomendada pelo Serviço de Extensão”¹¹.

As próprias residências dos agricultores foram devassadas e vasculhadas pelo olhar classificador e taxionomista da Extensão Rural. Registra-se inclusive aspectos do cotidiano das famílias rurais. Dentre as constatações, a de que “aproximadamente 80% das moradias das famílias rurais catarinenses” seriam “construídas de madeira e 20% de alvenaria”. As habitações dos colonos alemães seriam as melhores do Estado, havendo “flores, uma pequena horta, frutas rodeando a casa de moradia do agricultor que é sólida e tem um bom aspecto e em geral feita de alvenaria de tijolos e o número de cômodos varia

¹¹ Ibid. p. 56-61

de 4 a 8”. Louva-se a capacidade de descendentes de alemães e italianos, que despendem “o primeiro esforço na construção de uma boa casa, mesmo que para tanto seja necessário contrair dívida”. No Vale do Itajaí, cerca de 30% das casas possuiria “nos fundos uma varanda cimentada onde é instalado um poço protegido com bomba, tanque de cimento para lavar roupa e um forno de assar pães, carnes e bolos”. Quanto “aos italianos”, suas residências seriam “menos organizadas”, “mais amplas”, com maior uso de madeira e número de cômodos variando de 4 a 13¹².

Na averiguação dos cômodos das casas rurais, a cozinha seria em geral “pouco funcional”, sem “água encanada ou corrente”, dificultando a limpeza. Além do mais, “as louças guardadas em prateleiras abertas” ficariam “expostas às moscas” que seriam “abundantes, devido à falta de coleta do lixo e à má limpeza do terreno próximo à cozinha, onde se movimentam os pequenos animais domésticos”. Os fogões mais apropriados seriam os “de ferro com forno” e aquecidos “à lenha”, possuindo “um depósito para aquecer água”, além de “chaminé metálico”. O “fogão caipira”, menos recomendável, seria “feito de tijolos com chapa de ferro”, apresentando “má tiragem da fumaça”, tornando “as paredes das cozinhas escuras”¹³.

Os quartos, também vistórios pelo olhar atento dos extensionistas, possuiriam “em média duas camas”, sendo “comum dormirem até 5 pessoas (crianças) em um só quarto”, o qual apresentaria “pouca iluminação e ventilação”. Guarda-roupas seriam móveis utilizados por “menos de 10%” das famílias, ficando “no quarto do casal”. As camas teriam “estrado de madeira”, com colchão “feito com palhas de milho desfiadas” e, nas regiões mais frias, seria usual “a coberta feita com penas de aves”. O “colchão feito com crina”, o qual seria mais “confortável e mais cômodo para a dona de casa”, estaria sendo

¹² Ibid. p. 62-64.

¹³ Ibid. p. 65.

recentemente introduzido nas áreas agrícolas”. A mudança da roupa de cama daria-se “de 15 em 15 dias”¹⁴.

Os extensionistas registraram hábitos bastante próprios das famílias rurais, como a rara utilização das “salas mais arrumadas”, evitando que os móveis estragassem. As paredes seriam cobertas por “fotografias de familiares e quadros diversos”. Na maioria das residências este cômodo seria modesto, “constando de uma pequena mesa, algumas cadeiras e um armário onde guardam a louça melhor e algum objeto de ornamentação”¹⁵.

De algum modo, pode-se perceber nesse trabalho acurado de obtenção de informações sobre o cotidiano dos pequenos agricultores catarinenses, um processo de formação de uma esfera privada separada do mundo do trabalho. O desenvolvimento de espaços privados, uma criação histórica essencialmente burguesa, passou ao longo do século XX por um processo de alargamento, atingindo outras camadas sociais, através de delimitações de suas fronteiras com os espaços públicos, concentrados em torno do trabalho, generalizando-se aos poucos “em toda a população uma forma de organização da vida como dois domínios opostos e claramente visíveis: o público e o privado”. Na França, por exemplo, até o início do século, “ter uma vida privada era um privilégio de classe: o de uma burguesia folgada que, em muitos casos, vivia de rendas”. As classes trabalhadoras possuíam “formas variadas de interpenetração de sua vida privada e de sua vida pública; as duas não se diferenciavam de todo”¹⁶.

Lentamente, teria ocorrido a “democratização” da vida privada, o que expressaria-se na delimitação entre espaços de trabalho e vida doméstica. Anteriormente a este processo, as esferas da vida e do trabalho confundiam-se. No campo, a família inteira

¹⁴ Ibid. p. 65-66.

¹⁵ Ibid. p. 66.

¹⁶ PROST, Antoine & VICENT, Gérard (orgs.). História da vida privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 15-17.

era mobilizada, emaranhando vida privada, trabalho produtivo e educação dos filhos. Indiferenciavam-se espaços e tempos de trabalho e vida, tudo ocorrendo praticamente ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Depois, com o aprofundamento das relações de mercado e a necessidade de estabelecer uma continuidade no ritmo de trabalho, que não poderia sofrer interrupções, a família propriamente dita deixou de ter uma tarefa diretamente econômica, assumindo características unicamente privadas, inclusive com a educação passando ao encargo de escolas. Hoje, “em regiões ricas”, seria comum que os agricultores franceses mandassem construir “uma casa moderna a uma boa distância das granjas e barracões onde guardam instrumentos de trabalho e colheitas”, algo muito diferente do século passado, quando o máximo de separação teria sido a construção de um muro entre a sala comum e o estábulo¹⁷.

A avaliação feita pelos discursos extensionistas a respeito dos hábitos domésticos das famílias rurais, deixa transparecer justamente essa necessidade de estabelecer espaços rigidamente delimitados, evitando a sobreposição de tarefas e organizando a vida familiar da maneira mais metódica possível a fim de fazer o trabalho tornar-se uma atividade intensa, contínua e racionalizada. Ao mesmo tempo, estariam constituindo fronteiras dentro das quais a família conviveria com higiene e saúde, cada qual em seu cômodo e adotando hábitos modernos. A família perde suas “funções públicas”, sendo que a educação e a transmissão de conhecimentos aos mais jovens ficariam a cargo da Extensão Rural e das outras entidades em atividade no campo. Novamente recorrendo ao exemplo da França, é interessante notar como naquele país, a partir dos anos 50, quando houve grande expansão da construção de moradias populares pelo Estado, o modelo de vida privada burguesa chegou à classe operária, a qual passou a ter acesso a mais e maiores cômodos, água encanada, banheiros, luz elétrica, além de outras comodidades. A grande

¹⁷ Ibid, p. 17-31.

novidade para os franceses pobres era “o direito de cada membro da família à sua própria vida privada”. Mesmo assim, para a burguesia tornava-se cômico o fato das famílias operárias, recentemente instaladas em conjuntos habitacionais, guardarem carvão ou criarem animais nas banheiras: “os novos moradores precisam de tempo para aprender novos hábitos”¹⁸. Algo que pode-se perceber também nos relatos extensionistas citados anteriormente. Ensinar as famílias rurais a desenvolverem um espaço privado e saber usá-lo convenientemente, de modo a favorecer a produtividade da esfera de trabalho, cada vez mais isolada do restante da vida cotidiana.

Esta vida produtiva almejada poderia ser encontrada em algumas regiões catarinenses, nas quais os hábitos domésticos e as formas de trabalho estariam mais de acordo com o tipo de agricultor preconizado pela Extensão Rural. Quanto a isso, apesar de não fazer parte dos objetivos do trabalho, vale ressaltar que o discurso extensionista ao que parece também não deixou de levar em consideração os aspectos étnicos na avaliação dos agricultores mais ou menos qualificados. Aos descendentes de italianos e alemães, pelo que foi exposto, atribuem-se características de laboriosidade, esforço e maiores cuidados sanitários, em contraposição aos demais, especialmente os do litoral. Segundo o depoimento de Chistóvão Andrade Franco, a origem étnica dos agricultores não foi levada em conta pela ACARESC, o que seria provado pelo fato de haver instalado escritórios “em todo lugar”. Porém, não deixa de destacar que “trabalhando com determinada comunidade de determinada origem você sente que às vezes eles respondem mais aos desafios que se coloca, e outros menos”¹⁹. Pensando assim, os extensionistas nada mais faziam do que reproduzir uma série de discursos que sempre envolveram a questão da identidade cultural catarinense.

¹⁸ Ibid. p. 61-97.

¹⁹ FRANCO, Chistóvão Andrade. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn, em 05/set/1996.

De qualquer maneira, exprimindo um apelo para a remodelação de condutas no interior de Santa Catarina, os discursos extensionistas implicavam algo mais do que um simples trabalho educativo, procurando a redefinição da organização do trabalho através de um nova rede de relações de poder. Em lugar de procedimentos tradicionais de gestão social, procurou-se estender a racionalidade técnica ao campo, de modo a interferir e criar condições para a constituição de novos sujeitos sociais. É o que pode-se inferir do objetivo expresso de “aumentar a produtividade do trabalhador agrícola”, visando “transformá-lo em um empresário capaz de aumentar a produção e a renda da propriedade e gerar o recurso necessário ao contínuo aperfeiçoamento da empresa”, ao passo em que seriam introduzidas “as melhorias destinadas a elevar o nível de vida de sua família”²⁰.

O “corpo que trabalha” deveria ser rigorosamente cuidado a fim de proporcionar maior produtividade. Nos seus discursos, a ACARESC deixou claro que para o homem estar “em condições de produzir, é mister que esteja em pleno gôzo de suas faculdades físicas e mentais, garantidas por uma saúde perfeita, através de cuidados higiênicos, boa nutrição e satisfação espiritual, obtida através de uma vida confortável”²¹. Processos aos quais pode-se apontar semelhanças em relação àqueles que foram alvo das investigações de Foucault a respeito das “instituições disciplinares” — hospitais, presídios, hospícios —, as quais seriam objetos que permitiriam a visualização da trama de relações de poder que atravessaria toda a sociedade. Poderes tomados como práticas sociais constituídas historicamente e que interviriam “materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos — o seu corpo”. Estariam situados “ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana”, de modo a tornar os homens úteis e

²⁰ SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. ACARESC. Agricultura: diagnósticos e prioridades. Florianópolis, 1967. p. 3.

²¹ ACARESC. Plano Diretor para 1963. Florianópolis: ACARESC, 1963. p. 2.

dóceis²². Conforme Foucault, o capitalismo desde fins do século XVIII e início do século XIX vem socializando o corpo “enquanto força de produção, força de trabalho”, isto é, “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. A sociedade capitalista teria investido antes de tudo “no somático, no corporal”, instituindo o corpo como “uma realidade bio-política”²³.

A ACARESC ainda montou todo um sistema de controle de informações e registro de detalhes que aproxima-se da descrição feita por Foucault dos instrumentos de ação criados com o desenvolvimento de novas técnicas de gestão disciplinar. Segundo o autor, “a disciplina implica um registro contínuo”, com “transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe escape a esse saber”. Mecanismos disciplinares teriam existido desde a antiguidade, mas apenas “em estado isolado, fragmentado”. Somente com o capitalismo é que esta forma de exercício de poder teria sido aperfeiçoada, tornando-se “uma nova técnica de gestão dos homens”, caracterizada por agir sobre os indivíduos enquanto partes de um todo a ser controlado, de modo a tornarem-se produtivos, investindo sobre “suas multiplicidades”, e “utilizando-as ao máximo” para “majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade”. Os sujeitos no capitalismo seriam o fruto desse processo de incitação constante à produtividade. Por intermédio desses procedimentos o sujeito é constituído enquanto tal, aparecendo em sua individualidade, já que o exame, a investigação dos detalhes, detém o “poder de individualização”, pois vigia, classifica, julga, mede, localiza cada homem, utilizando-o ao

²² MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. in FOUCAULT, Michel. Op Cit. p. XII.

Porém, Roberto Machado adverte que “a análise de Foucault sobre a questão do poder é o resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados”, as quais “não podem e não devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhes assim assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade”. p. XVI.

²³ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. in _____. Op cit. p. 80

máximo. O indivíduo seria pois, tanto alvo quanto resultado do processo de gestão²⁴. Conforme Márcio Alves Fonseca, Foucault vê nesses poderes os instrumentos através dos quais teriam sido constituídos os sujeitos adequados ao capitalismo, pois não haveria aí repressão, mas ao contrário uma ação sobre a vida de cada um, de modo torná-la mais produtiva: “a individualidade moderna é, acima de tudo, o resultado de um investimento político sobre a vida”, sobre as populações, que devem ser sempre de estratégias produtivas²⁵.

Essa série de mecanismos de controle social foram sendo historicamente construídos e direcionados especialmente para gerir as cidades, com suas grandes e descontroladas aglomerações populacionais. Com a Revolução Industrial o “espetáculo da pobreza”, gerado pela enorme quantidade de pessoas arrancadas dos campos e jogadas no ambiente urbano, começou a assustar capitalistas e administradores públicos. Constituiu-se, então um certo olhar classificador, unindo uma perspectiva de médicos e engenheiros, sobre a população, para “esquadrinhar e tornar legível” o “fluir constante” dos novos sujeitos sociais que formavam as “monstruosas” multidões²⁶. Reformas urbanas foram implementadas, inicialmente nas grandes metrópoles européias, até chegarem ao Brasil no início deste século, com vistas a estabelecer uma espécie de “conforto policiado”, caracterizado por cuidados e fiscalizações minuciosas especialmente no que diz respeito ao saneamento e o controle médico. Pode-se sugerir, portanto, que de algum modo, nos anos 50 e 60, esses controles começavam a ser estendidos aos campos catarinenses, através de agentes como os extensionistas.

²⁴ FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. in *Ibid.* p. 105-107

²⁵ FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 1995. p. 93.

²⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 128p.

Percebe-se ainda que a formulação da política da Extensão Rural teve a intenção de veicular o que Pierre Bourdieu chama de “poder de constituição”, ou seja, a capacidade que uma formação discursiva detém para regular, classificar e ordenar as práticas sociais, de tal modo que possa “fazer coisas com palavras”. Para o autor, a “luta das classificações é uma dimensão fundamental da luta de classes. O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade”. Podemos dizer que através do olhar classificatório da ACARESC, o que antes não passaria de uma “coleção de pessoas múltiplas, série puramente aditiva de indivíduos simplesmente justapostos”, ganha um nome, uma designação que aprioristicamente constitui os sujeitos adequados a pertencerem ao “corpo constituído” de agricultores modernos. Os discursos apresentam os extensionistas atuando justamente sobre as “maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos”. Segundo Bourdieu, a “eficácia simbólica” de um discurso reside, entre outros aspectos, na posse do que chama de “capital simbólico”, ou seja, na obtenção e a imposição de um reconhecimento social que, em nosso caso, permitiu que a ACARESC pretendesse postar-se como um “porta-voz autorizado” dos agricultores catarinenses, chegando a isso pela institucionalização e a legitimação garantida por sua vinculação a uma certa racionalidade tecnocrática e a critérios administrativos e de intervenção social com suposta validade universal²⁷.

Convém aqui acrescentar que no Brasil dos anos 50 e 60, o extensionismo rural não foi a única instituição a produzir discursos que preconizaram mudanças na “mentalidade” dos trabalhadores agrícolas. Pode-se sugerir que estava ocorrendo uma disputa pela posse da visão legítima sobre as questões do meio rural, a qual acabou sendo

²⁷ BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 166-167

decidida depois do golpe militar de 1964. Uma parcela significativa da intelectualidade e dos políticos foi influenciada pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que pode ser considerado uma síntese do que pensava-se naquele momento a respeito de alternativas para o desenvolvimento brasileiro. Havia sido criado no governo de Juscelino Kubistcheck, desenvolvendo o que ficou conhecido como ideologia do nacional-desenvolvimentismo. Renato Ortiz lembra que aqueles intelectuais partiam da noção de alienação cultural para definir o estado de atraso do povo brasileiro, que prendia o país a um passado colonial. Para a superação dessas condições seria necessária a concretização de uma nova humanidade, um novo tipo de homem. Ortiz afirma que para aqueles intelectuais, o que estava sendo formulado não era uma utopia, mas sim um “programa de desenvolvimento”, com objetivos pragmáticos, visando “planificação, eficácia, racionalização, formação tecnológica, maximização do ritmo de desenvolvimento”. Os intelectuais deveriam “diagnosticar os problemas da nação e apresentar um programa a ser desenvolvido”. E conclui: “não há utopia, a realização do Ser Nacional era uma questão de tempo, cabia à burguesia progressista comandar esse processo”²⁸.

Por outro lado, a idéia de construir novos sujeitos no campo também fez parte constante de diversos movimentos populares, que ocupavam-se de toda uma discussão que passava pela necessidade de conscientizar o “camponês” do seu papel histórico de transformação da sociedade. No caso dos setores organizados em torno do Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, na esteira da questão agrária, o meio rural passou a receber cada vez mais importância no decorrer daquele período. Isso deu-se especialmente a partir da repercussão atingida pelas Ligas Camponesas, que atuaram com mais ênfase no Nordeste, mobilizando milhares de trabalhadores rurais, além de pequenos proprietários, proporcionando-lhes uma visibilidade nacional. Logo o movimento foi

²⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 60-65.

atingindo maiores proporções e, ainda que timidamente, chegou a outras regiões, especialmente com o agravamento dos conflitos durante o governo de João Goulart. Bernardete Wrublesk Aued cita registro estatístico de uma investigação do Exército, portanto duvidoso, segundo o qual haveriam em 1963 mais de 200 ligas em 18 estados. Santa Catarina contaria com 4 unidades²⁹.

Como já tivemos oportunidade de apontar anteriormente, também no caso dos comunistas, predominou uma visão dualista da sociedade brasileira, segundo a qual “seriam as sobrevivências feudais que estariam entravando o progresso da agricultura”³⁰. Portanto, as resoluções oficiais do partido apontavam que caberia realizar a “revolução democrático-burguesa” de tal forma que fosse atingido o “desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura”³¹. Tratava-se, pois, de ampliar a expansão do capital, o que acabou levando o PCB a apoiar uma sindicalização rural que só abrangeria trabalhadores assalariados. O partido via-se perdido em meio à polêmica entre qual a estratégia a ser tomada para o socialismo: “o caminho violento, antiinstitucional *versus* o caminho pacífico, institucional”, saindo vitorioso este último³².

Acompanhando uma visão que persistiu identificando o meio rural como o ambiente do “atraso”, a reforma agrária, condição considerada necessária para o rompimento com o “feudalismo”, deveria ser acompanhada pela luta por “despertar os camponeses”, ou seja, “conscientizá-los de sua força coletiva, despertar suas próprias capacidades”³³. Também no caso do maior líder das ligas, Francisco Julião, embora com

²⁹ AUED, Bernardete Wrublesk. A vitória dos vencidos: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas. Florianópolis: UFSC, 1986 p. 61.

³⁰ Ibid. p. 24.

³¹ Ibid. p. 25.

³² COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996. p. 57.

³³ AUED, Bernardete Wrublesk. Op cit. p. 57.

posições divergentes ao PCB, a reforma agrária deveria pressupor uma série de modificações na vida e nos costumes dos habitantes do campo. Num dos seus escritos, com o sugestivo título de “O ABC do Camponês”, dirigido diretamente aos trabalhadores rurais, Julião afirmou que as transformações para as quais as lutas deveriam apontar, fariam com que, além da “criação da média e da pequena propriedade”, houvesse “a escola para o camponês aprender”, “o remédio para o camponês se curar”, “a semente para o camponês plantar”, “o adubo para dar boa safra”. Além disso, disso mudanças tecnológicas também deveriam ocorrer, trazendo “o arado contra a enxada”, “o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra” e “defendê-la da erosão”. A reforma também proporcionaria “dinheiro emprestado a longo prazo”, com “juros de seis por cento ao ano”, e ainda “transporte barato”, “salário justo” e “a liberdade contra a escravidão”³⁴.

No discurso das lideranças ao longo do desenvolvimento das ligas esteve sempre presente a idéia de que fazia-se necessário “elevar o nível de consciência das massas”, de modo a impregnar no lavrador “o espírito revolucionário, uma ideologia nos homens que realmente querem a libertação de sua pátria”³⁵. É o que acontecia quando Julião dirigia-se com um intuito doutrinário ao “camponês”, afirmando ter “a esperança de acender uma luz no teu espírito”, pois “quem precisa de mudar camponês, és tu”, apelando para mudanças de atitudes, o esforço para que o trabalhador se alfabetizasse e apoiasse a formação de cooperativas³⁶.

Portanto, também em casos como o das ligas camponesas, é possível encontrar uma série de estratégias discursivas pelas quais o trabalhador agrícola é sempre tomado como o “outro” a sofrer a intervenção daqueles que, por possuírem o saber, o conhecimento sobre as “necessidades históricas”, o “sentido da revolução”, deveriam levá-

³⁴ CPI das Ligas Camponesas. Apud: Ibid. p. 135-7.

³⁵ Jornal Liga, 11/03/1964. Apud: Ibid. p. 150-2

³⁶ JULIÃO, Francisco. Apud: Ibid. p. 138-146.

lo a adquirir a “consciência” que mudaria suas condutas e o tornaria um “novo homem”. De alguma maneira parece haver uma convergência entre esses discursos e aqueles produzidos pela Extensão Rural, no sentido de que em ambos os casos o trabalhador rural forma sempre a “outra parte do mundo” que deveria ser “normalizada”, tal como Paulo Freire refere-se ao trabalho extensionista³⁷. Pode-se mencionar as considerações de Dominique Mainguenu a respeito das relações polêmicas entre os discursos, nas quais costumaria-se “privilegiar as descontinuidades entre os protagonistas do debate, (...) esquecendo, entretanto, que as semelhanças levam ampla vantagem sobre as diferenças”. Para que uma polêmica seja exercitada, segundo a autora, pressupõe-se “a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas”. Tudo ocorreria como se fosse “preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável”. A polêmica estabeleceria “um contrato entre os adversários e, com ele, a idéia de que existe um código transcendente, reconhecido pelos membros do campo (os protagonistas do debate bem como o público)”, ou seja, um “referencial comum”³⁸.

Isso não quer dizer, entretanto, que os movimentos populares se identificassem com as propostas da Extensão Rural. Muito pelo contrário, a visão que boa parte da esquerda possuía nos anos 60 sobre o extensionismo talvez possa ser apreendida do pequeno livro de Aguinaldo Marques, “De que morre nosso povo”, integrante de uma coleção chamada “Cadernos do Povo Brasileiro”, editada pela Civilização Brasileira e que apresentava-se como “a arma que o povo dispõe para a conquista de melhores dias”. O autor classifica a atuação da Extensão Rural como mais uma das facetas da “aliança do latifúndio brasileiro com o imperialismo norte-americano” que viria estreitando-se cada vez

³⁷ FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 22.

³⁸ MAINGUENAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Ed. Unicamp, 1993. p. 125.

mais “por meio de oferecimentos dêste [o imperialismo] para ‘ajuda’ técnica e financeira, através de órgãos como o ETA (Escritório Técnico de Agricultura) e a ABCAR”³⁹.

Esta “suposta ajuda” seria “ridícula” por não influenciar “senão desprezivelmente no desenvolvimento da economia agrícola do nosso país”, além de ser “criminosa, porque conduz ao suborno dos técnicos brasileiros por mil e uma maneiras, quase sempre sem o indivíduo sentir”, determinando ainda “o entorpecimento do ânimo do agricultor brasileiro, o que, de outra maneira, resolveria seus próprios problemas”. Para Marques “somente um anjo poderia imaginar que os Estados Unidos iriam se preocupar em resolver as nossas dificuldades. As deles, sim, estão bem resolvidas”. E prossegue, afirmando que “a solução dos nossos problemas” agravaria “os deles, daí este falso empenho em resolver os nossos”. Como resultado disso, o Brasil continuava “importando trigo e leite, produzindo carne para o mercado externo”, enquanto o povo morria “de fome”; “a produtividade agrícola” não cobriria sequer “o aumento das populações urbanas nem suas exigências em alimentos bons e baratos”. Conclui: “temos importado até feijão”⁴⁰.

O livro de Aguinaldo Marques serve apenas como uma tímida imagem das preocupações que envolviam a intelectualidade brasileira naquele momento e da disputa pela interpretação legítima das questões do meio rural brasileiro. Segundo Maria Eliza Linhares Borges, o espaço público brasileiro nos anos 60 incorporou, “pela força da mobilização dos setores subalternos do campo”, novos atores sociais, “os trabalhadores rurais e os camponeses”, os quais teriam passado a constituir “um grande desafio, tático e estratégico, para os grupos e/ou organizações de esquerda”⁴¹. Na luta pela reforma agrária radical, como defendiam as ligas camponesas e o PC do B, ou por etapas, tese do PCB, ou

³⁹ MARQUES, Aguinaldo N. *De que morre nosso povo?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 87.

⁴⁰ *Ibid.* p. 87.

⁴¹ BORGES, Maria Eliza Linhares. *Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas Gerais*. in *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 73-86.

ainda as diversas posturas autônomas de intelectuais, acadêmicos ou não, foram produzidos diversos textos analíticos que registram os discursos predominantes no período por parte da esquerda. Rui Facó, por exemplo, em 1961, elaborou um estudo no qual chegava a apontar a “revolução agrária” como um “imperativo” para o Brasil, sendo que só assim seria removido “o maior entrave ao pleno desenvolvimento econômico e social do país — o latifúndio semifeudal”. Poderia-se a partir dessa medida “impulsionar vigorosamente o nosso progresso”⁴².

Portanto, há aí uma luta pelo monopólio da interpretação legítima das questões sociais, partindo da mesma premissa: construir um “novo” agricultor. Da parte da Extensão Rural, anos depois, num processo de auto-crítica já mencionado anteriormente, os próprios extensionistas começaram a reconhecer que seu trabalho passou a ser tomado como uma alternativa à reforma agrária: “a extensão nunca disse isso, mas para o governo isso foi muito claro, isto é, o tripé crédito-extensão-pesquisa que já começou a ser estimulado e foi apresentado como sendo uma outra forma de realizar reforma agrária”, constituindo um mecanismo para a modernização conservadora. O extensionismo teria aparecido como “um instrumento de primeiro abrir portas”, significando “para as indústrias que estão fornecendo insumos para a agricultura, uma abertura de mercado a preço zero, a custo zero”, sendo que “quando se chega à escala de mercado, ninguém está precisando mais do sistema ABCAR”⁴³.

Recorrendo a José Luiz Fiorin, diríamos que todos os discursos dirigidos ao campo estavam buscando produzir “efeitos de verdade” para convencer os interlocutores, escorando-se no “conjunto de temas e figuras que constituem a maneira dominante de

⁴² FACÓ, Rui. Notas sobre o problema agário. in MARIHELLA, Carlos et alli. A questão agrária: textos dos anos 60. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p. 51-57.

⁴³ I Encontro sobre a Extensão Rural em Santa Catarina. Coletânea. Florianópolis: Emater/ACARESC, 1982. p. 42-43.

explicar os fatos do mundo numa dada época e que são oriundos de outros discursos já articulados, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas”⁴⁴. Quanto a isso, para Bourdieu é importante ter em conta as condições de estabelecimento da comunicação lingüística, isto é, “o contexto social no qual ela se instaura e, em particular, a estrutura do grupo no qual ela se realiza”. Daí que seja possível entender a convergência relativa entre os discursos dirigidos ao meio rural como a constituição de um mercado de produtos lingüísticos em torno do assunto, diante do qual foi estabelecida uma disputa pela valoração dos diversos emissores, sejam esquerdistas, assistencialistas, reformistas ou extensionistas, todos em busca da aquisição da competência e da legitimidade. Segundo o autor, “para que uma forma de linguagem se imponha entre as outras (...) como a única legítima (...) é preciso que o mercado lingüístico esteja unificado”, formando uma “mesma ‘comunidade lingüística’”⁴⁵.

A procura por uma maior “aceitabilidade” para seus discursos, levaria os emissores a adequarem-se às formas consideradas “legítimas”, submetendo-se às sanções do “mercado lingüístico”, obtendo um valor mais elevado para suas mensagens. Deste mercado fariam parte os componentes que formam o *habitus* de um determinado grupo social, isto é, “as estruturas mentais” por meio das quais os agentes “apreendem o mundo social”, o que os leva “a perceber o mundo como evidente e a aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar, especialmente quando se olha a situação dos dominados com o olho social de um dominante”⁴⁶. É o que podemos dizer da interpretação dualista das questões rurais, a qual proporcionava a todos os agentes a idéia confortável de “um mundo de senso

⁴⁴ FIORIN, José Luiz. O Regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988. p. 12.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. O mercado das trocas lingüísticas. in ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 158-159.

⁴⁶ *Ibid.* p. 159.

comum, um mundo social que parece evidente”, perfeitamente apreensível pela razão política.

Nesse quadro, por exemplo, a definição dos extensionistas rurais como “agentes de mudanças” não soa estranho, pois na época o uso de uma série de palavras como desenvolvimento, mudança, ou até revolução não era uma exclusividade da esquerda ou da direita. Pode-se dizer que “revolucionários” haviam de todos os tipos, não sendo à toa que assim autodenominaram-se os golpistas de 1964, aproveitando o jargão da época. Talvez possa-se falar numa certa promiscuidade discursiva, na qual cada uma das partes em conflito utilizava os mesmos conceitos, com sentidos diferenciados, para definir seus objetivos. Um técnico do governo catarinense escrevia, em 1970, que o “grave perigo” que o país havia passado em 64 é que fosse aceita o que chamou de “revolução-troca, em vez da única verdadeira revolução que pode solucionar integralmente o problema brasileiro: a realização de toda a linha artesanal, agrícola, industrial e tecnológica”⁴⁷.

Segundo Fiorin, o discurso dos “revolucionários” de 64 operou com uma fórmula segundo a qual a “Revolução” tornou-se o marco fundante da passagem do “caos” à “ordem”, da “mentira” para a “verdade”. Todo o perigo representado pelo governo João Goulart, com os apelos para reformas de base e a ameaça de “bolchevização do país”, foi contido graças à pronta ação das Forças Armadas, que seriam as legítimas tradutoras dos anseios da nação. Pretendia-se mostrar que o povo era enganado por Goulart, enquanto as elites deveriam “mostrar ao povo a verdade”. Com isso, opunha-se ao “saber ilusório do povo” o “saber não enganoso das elites”. Para os “revolucionários” o povo precisaria “ser dirigido e orientado pelos grupos de escol para não ser presa da demagogia e para não incidir em erros”⁴⁸. Num documento da Secretaria da Agricultura de Santa Catarina,

⁴⁷ PRODOHL, Augusto Sylvio. Op cit. p. 46.

⁴⁸ FIORIN, José Luiz. Op cit. p. 01-31.

encontramos a avaliação de que a “triste realidade” dos “problemas da terra”, havia provocado “convulsões de massa” que mergulharam “o País num clima de incontida instabilidade social, oferecendo repasto fácil aos agitadores”. Porém, o “movimento revolucionário de Março, que se inspirou, se constituiu e se deflagrou dentro dos melhores princípios de brasilidade veio, Graças a Deus, também dizer um basta, aos que se aproveitavam da fome do povo”⁴⁹. Em outra oportunidade, num ensaio sobre a economia catarinense, um dos autores louvava o “intenso processo de mudança” que havia tomado conta de Santa Catarina desde a instalação dos militares no poder, caracterizando o despertar de uma “coletividade social” que seria levada a “fazer a revolução e construir a sociedade nova com as energias emergentes do desejo de modernização”. Uma nova “gama de valores” teria passado “a ser aceita pelos catarinenses”, com o predomínio da “valorização de Santa Catarina” e a afirmação do “catarinensismo”⁵⁰.

Partindo de Roland Barthes, Fiorin sugere que os novos donos do poder ao apropriarem-se da idéia de revolução, estavam buscando mitificá-la, esvaziando-lhe semanticamente, por intermédio da “fala roubada e restituída”⁵¹. Para Barthes, “o mito é sempre um roubo de linguagem”, praticado de tal maneira que um grupo possa apoderar-se das significações possíveis do conceito para daí extrair e impor um sentido que pretende tornar-se fatural. Com isso, transforma-se “uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade”. Tudo se passaria de tal modo que, ao haver a restituição, a fala que foi roubada apresenta-se alterada, não é mais exatamente a mesma, “trazida de volta não foi colocada no seu lugar exato”⁵². Nesse ínterim efetivaria-se a despolitização do discurso, ou seja, poderíamos dizer que os golpistas teriam imposto à sociedade uma nova

⁴⁹ Santa Catarina. Secretaria dos Negócios da Agricultura. Situação da agropecuária catarinense. Florianópolis: 1969. p. 4.

⁵⁰ ABREU, Alcides et allic. Ensaio sobre a economia catarinense. Florianópolis: EDEME, 1970. p. 7-25.

⁵¹ FIORIN, José Luiz. *Op cit.* p. 61.

⁵² BARTHES, Roland. Mitologias. São Paulo: Difel, 1982. p. 147-163.

configuração do que deveriam ser os atos “revolucionários”, segundo a qual tudo havia ocorrido segundo as necessidades imperiosas da nação.

Também as reivindicações de transformações no meio rural sofreram a despolitização, com a apropriação das propostas de reforma agrária pelo discurso oficial. Poderíamos dizer que houve um processo a mitificação da reforma, o que para Barthes esvazia e congela as falas, ocorrendo “freqüentemente num fundo já naturalizado, despolitizado por uma metalinguagem geral, domesticado para *cantar* as coisas, e não mais para *agi-las*”. De fato, as proposições para o meio rural eram tão abundantes, com quase todos os problemas brasileiros sendo identificados no “atraso” do campo que, no caso da questão agrária Aspásia Camargo afirma que “numerosas foram as comissões e os grupos de trabalho constituídos com a finalidade de redigir anteprojetos oficiais, e não houve presidente da República, desde Vargas, em 1954, que não apregoasse, em suas mensagens, o combate ao latifúndio e reformas de estrutura”. Propostas “que se dissolveram nos canais de circulação do poder - esquecidas nos programas, mensagens de governo, discursos públicos e comissões parlamentares”⁵³. Também em Santa Catarina, as falas governamentais reproduziam com certa freqüência a mesma retórica. Não cabe aqui discutir as especificidades catarinenses e de sua estrutura fundiária, certamente mais equilibrada do que a do restante do país. Tão somente, pretende-se evidenciar que esse discurso acabou sendo incorporado pelo Estado, sendo que no início dos anos 60, um governador assim referia-se ao problema:

“Quando a nossa mais alta Câmara Legislativa se reúne, sucessivas vezes, para adotar um novo estatuto agrário capaz de modificar radicalmente a sua estrutura; quando os bispos do Brasil inteiro acordados pelo clamor das

⁵³ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. in FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). Tomo III, 3º volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 125-127.

vastas regiões campesinas, decidem lutar por uma reforma agrária que propicie um número cada vez maior de proprietários, o Estado de Santa Catarina, por incrível que possa parecer - pratica exatamente o inverso: destrói a pequena propriedade onde ela já existe, sem violência ou qualquer outra medida extrema, para transformá-la em grande latifúndio, o mais cruel de todos, pois que á custa da expulsão do colono que nela vive há longos anos, a tornar a terra produtiva, e o seu trabalho, eminentemente social”⁵⁴.

Em meio a essa “metalinguagem geral” a respeito dos problemas rurais, o discurso extensionista apareceu como mais um dos que pretenderam despolitizar e impor a interpretação autorizada das questões do campo. Sobrepôs-se a competência técnica sobre qualquer outra forma de saber ao passo em que calou-se sobre questões como a reforma agrária, uma das ausências, um dos silêncios da extensão rural. A tarefa de construir “um novo tipo de homem”, uma nova “mentalidade” acabou sendo adotada direta ou implicitamente pelo discurso da ACARESC, fazendo parte do processo de aprofundamento do desapossamento das classes populares e aquisição da competência discursiva por parte do aparelho de Estado e dos técnicos ali alojados, os quais teriam a competência para “vencer o estado de subdesenvolvimento” do Brasil. Reencontramo-nos com a idéia do atraso, do Brasil como sociedade dual na qual conviveriam o moderno e o arcaico, sendo que a atribuição da elite desenvolvimentista seria a de levar a modernização ao campo. O país estaria separado “em dois sistemas de organização econômica e social, cada um com seus níveis e métodos de vida próprios”. Para fazer florescer “o país novo, que se transforma e progride” os especialistas da extensão deveriam ir até “o país arcaico,

⁵⁴ Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 1ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado. Florianópolis: 15 de abril de 1961. p. 48.

imobilizado no tempo e acomodado em seus espaços geográficos com a situação geral de pobreza e ignorância, com as rotinas herdadas do isolamento colonial”⁵⁵.

Com isso nega-se o pequeno agricultor como sujeito do seu próprio saber, preconizando-se a necessidade de construir o “novo” agricultor, o que deveria ocorrer por intermédio da expropriação do seu saber-fazer. Ao passo em que foi sendo construída a idéia do atraso em que estaria envolvido o agricultor catarinense, a mudança dos hábitos e as formas de trabalho dos pequenos agricultores passou a ser uma tarefa encarada como uma política pública, indispensável para retirar a agricultura e toda a economia catarinense do atraso em que se encontrava naquele período. O Estado através do extensionismo rural deveria “vencer as resistências do Brasil arcaico pela promoção de mudanças culturais e tecnológicas capazes de corrigir as disparidades do desenvolvimento nacional”⁵⁶. A tecnologia agrícola, as máquinas, os instrumentos de trabalho e insumos industrializados, seriam os meios para essa transformação, adequando o agricultor a determinadas normas que interfeririam diretamente em sua forma de vida e trabalho. Referindo-se ao trabalho realizado na área da agricultura no período entre 1961 e 1965, o então governador do Estado produziu uma série de discursos em que revela a preocupação em “atacar o atraso rural rompendo-o na célula familiar — a família do produtor rural — através do ensino ministrado pelas equipes de extensão rural da ACARESC, de quem o governo do Estado se constituiu, conscientemente, um cooperador ativo”⁵⁷.

Escrito em 1963, mas publicado no ano seguinte, o livro “Política Agrária”, do então Diretor Executivo da ACARESC, Glauco Olinger, “fundamentado na dura realidade rural do meio catarinense”, é uma mostra de como o discurso das mudanças no

⁵⁵ LIMA, J. Pinto et allic. Técnicos para o desenvolvimento da agricultura: formação profissional, mercado de trabalho. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961. p. 4.

⁵⁶ Ibid. p. 6.

⁵⁷ Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Plano de Assistência Técnica Agropecuária: 1961-1965. Florianópolis: 1966. p. 06.

meio rural, ao ser decodificado pela racionalidade técnica, procurou assumir uma configuração despolitizada, com o extensionismo rural passando a deter a legitimidade para propor as soluções para o campo. A intenção de realizar o trabalho de construção de novos sujeitos fica evidenciada em algumas passagens, como a que compara a situação do “operariado urbano, funcionários públicos e profissionais de todas as classes”, os quais “se organizam e exercem pressões para conseguirem melhores condições de trabalho”, com a dos “40 milhões de brasileiros, no meio rural”, que ainda estavam “à margem dos movimentos reivindicatórios, por falta de líderes autênticos que lhes conscientizem e mostrem o caminho para a organização da classe dos produtores rurais”. Este novo agricultor “consciente e organizado”, teria “condições de lutar por uma vida melhor”. O “homem do campo” nada mais seria do que “um capital dinamizável, de imenso valor”. Porém, como a “complexidade do problema agrário” estaria “inacessível à compreensão da maioria dos produtores rurais”, caberia aos jovens a “imensa tarefa de legitimar, assumir e exercer a liderança no movimento ruralista, capaz de assegurar a plena realização de uma política agrária conveniente ao nosso meio rural”⁵⁸.

Embora indicando que também em Santa Catarina havia um pequeno número de propriedades detendo grande parte da área total do Estado⁵⁹, o objetivo fundamental de uma política agrária, para Olinger, não seria a redistribuição de terras, mas “a elevação da produtividade do trabalho do produtor rural”. Para tanto, deveria haver uma “mentalidade de progresso”, o que seria sintetizado na “permanente certeza de que hoje estamos realizando melhor que ontem e que amanhã estaremos trabalhando e vivendo melhor do que hoje”. A produtividade preconizada pressupunha a racionalização e a criação de novas

⁵⁸ OLINGER, Glauco. *Política Agrária*. Florianópolis: ACARESC, 1964. p. V-VI.

⁵⁹ “(...) entre 1.000 e 10.000 hectares existem 438 estabelecimentos, representando apenas 0,28% sobre o número total e que, no entanto, abrangem 14,42% da área total do Estado. (...) Há 13 propriedades em Santa Catarina, representando quase 5% da área total, com áreas superiores a 10.000 hectares cada uma.” Cf. *Ibid.* p. 5.

necessidades, que levariam à “melhoria contínua das técnicas de trabalho e de produção”, aumentando a renda e possibilitando “a aplicação desta na constante elevação do padrão de vida do produtor, propiciando-lhe a satisfação da mais fundamental das necessidades sentidas pelo homem: ‘ser mais do que é’”⁶⁰.

Essa ênfase da Extensão Rural com relação à racionalização da produção e do planejamento, tomou maior vulto nas esferas governamentais principalmente após 1964, quando, segundo Ortiz, deixou de ser “simplesmente uma técnica mais eficaz de organização”, passando a corresponder “a um momento de desenvolvimento do próprio capitalismo brasileiro”⁶¹. Tais concepções constituiriam um apelo para a difusão de um *ethos* capitalista, tomado como a maneira de levar o povo a assumir o processo de modernização. Em Santa Catarina diria-se que o desenvolvimento deveria conduzir “a uma mudança no aparelho econômico, e a uma mudança nos homens”, pois “a radiografia (...) de nosso território demonstrou a existência (...) de algumas áreas que necessitam de ‘sudanismo’ e de ‘sudenismo’” — numa clara alusão aos órgãos regionais de desenvolvimento SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)⁶².

O governo catarinense passou a preocupar-se com a “continua repartição” de terras, o que estaria resultando na “existência de 73,8% de propriedades com áreas inferiores a 25 hectares”, “transformando o panorama do nosso meio rural, pela formação de minifúndios anti-econômicos”. Além disso haveria “o atraso tecnológico do nosso agricultor que, pelo uso irracional do solo acidentado, favorece o trabalho da erosão, tornando as terras inférteis em menos de trinta anos”⁶³. Com a promulgação do Estatuto da

⁶⁰ Ibid. p. 7.

⁶¹ ORTIZ, Renato. Op Cit, 1985. p. 81.

⁶² PRODOHL, Augusto Sylvio. Op cit. 55-86.

⁶³ Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 4º Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1969. p. 189-190.

Terra, a reforma agrária foi assimilada ao discurso oficial em Santa Catarina, tomada como “colonização de terras devolutas”. Mais do que “a distribuição pura e simples de glebas aos ‘sem-terra’”, deveria realizar-se “o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, com vistas à justiça social, ao progresso e ao bem estar do trabalhador rural, ao desenvolvimento econômico do País e à gradual extinção do minifúndio e latifúndio improdutivo, ambos anti-econômicos”⁶⁴.

O Plano Diretor da ACARESC de 1972, incorporou as noções do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com o que gestou-se o “milagre brasileiro”, afirmando pretender “o desenvolvimento de uma agricultura moderna, em bases empresariais”, o que levaria ao “aproveitamento máximo dos recursos humanos pelo incremento das oportunidades de trabalho, eliminação da agricultura de subsistência e do sub-emprego e melhoria das condições de saúde e saneamento”⁶⁵.

A modernização do meio rural resolveria “um dos grandes entraves ao desenvolvimento da nossa agricultura”, que seria a “falta de capacidade empresarial do produtor”. Haveria a necessidade de “oferecermos condições àqueles que provaram possuir maior capacidade empresarial, para que os mesmos possam expandir suas atividades”. A introdução de novas tecnologias aparece como o elemento capaz de combater o “atraso” e criar o novo agricultor preconizado. Segundo Olinger “apesar de conhecermos técnicas de trabalho capazes de multiplicar, significativamente, a capacidade produtiva do homem do campo, estas técnicas não têm sido levadas à prática”⁶⁶.

Portanto, o “novo agricultor” aparecia como resultado direto da introdução de novas tecnologias no meio rural. O domínio da técnica como pressuposto do domínio

⁶⁴Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 5º Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1970. p. 210.

⁶⁵ ACARESC. Plano Diretor 1972: extensão rural. Florianópolis: ACARESC, 1972. p. 35.

⁶⁶ OLINGER, Glauco. Op cit, 1964. p. 16-32.

dos homens, pode ser uma fórmula que sintetiza o trabalho desenvolvido pela ação extensionista no campo. A tecnologia sendo portadora de virtudes mais do que meramente econômicas ou utilitárias, como se fosse um fetiche capaz de dotar seu possuidor de características especiais, distinguindo-o daqueles que privaram-se do conhecimento dos mistérios da ciência moderna. Saberes que seriam o prêmio para o esforço por integrar-se à nova ordem e adaptar-se aos tempos modernos. Um novo homem surgiria deste contato: mais produtivo, mais educado, mais racional, mais capitalista ...

O atraso estaria com seus dias contados, pois os formuladores do novo, portadores do poder de nomeação e de fazer existir pela palavra — fazer vê e crer —, dispunham ainda dos mais impressionantes meios e recursos tecnológicos, os quais aplicados no meio rural revolucionariam totalmente a vida dos homens ali existentes. Mais do que isso, como que transformados internamente, em suas naturezas, os agricultores não sairiam imunes a este contato com máquinas e produtos industrializados, passando por um processo de mudança cultural profunda, tornando-se mais aplicados agentes de desenvolvimento e modernização, com valores e normas de condutas mais adequadas às relações de mercado.

No próximo capítulo procura-se evidenciar o quanto o discurso da Extensão Rural esteve vinculado a uma certa idéia que conferiu às técnicas a capacidade de efetuar transformações culturais, uma noção que vem sendo amplamente difundida desde o início da era industrial através de diversas correntes de pensamento. Neste “capítulo-síntese”, algumas questões já abordadas rapidamente são retomadas, de modo a relacionar o que foi exposto até aqui com a idéia de que o “novo” homem preconizado pelo extensionismo seria fruto de novas tecnologias. Esta foi uma das “fórmulas” mais empregadas pela ACARESC em sua interpretação da sociedade rural e das soluções para seus problemas.

6

Tecnologia e mudança cultural

Friedrich Engels, envolto pelo evolucionismo do século XIX, escreveu em 1876 que o trabalho seria muito mais do que “a fonte de toda a riqueza”, tendo criado o próprio homem. O autor repete as idéias mais comuns do período sobre o que seria a “transformação do macaco em homem”. Descreve minuciosamente, por exemplo, como a mão humana foi “aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos”. Com a “adaptação a novas e novas funções” levando a mudanças em músculos, ligamento e ossos, “a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini”. A “elaboração de instrumentos”, o desenvolvimento da tecnologia, teriam proporcionado as condições necessárias “para a humanização de nossos antepassados”, que passaram a modificar a natureza, dominando-a. Engels estende sua explicação até o que seriam os primórdios do capitalismo, quando a invenção da máquina a vapor teria subvertido “as

condições sociais em todo o mundo” e criado a possibilidade do confronto entre burguesia e proletariado, o qual terminaria com “a abolição de todos os antagonismos de classes”¹.

Há muito tempo, portando, vem sendo atribuído um papel fundamental à tecnologia, no que diz respeito à criação de condições para o desenvolvimento da sociedade, uma noção que parte dos mais diferentes campos de pensamento. A esse respeito Hannah Arendt já realizou uma profunda reflexão sobre a idéia de que na “era moderna” o homem foi definido basicamente como “*homo faber*, um produtor de coisas e ferramentas”².

Paolo Rossi registra como a discussão sobre as “artes mecânicas” haviam tomado grande intensidade entre os séculos XV e XVII na Europa, ganhando corpo “uma nova apreciação sobre o trabalho, a função do saber técnico, o significado dos processos artificiais de alteração e transformação da natureza”, concorrendo no campo da filosofia “para o conhecimento efetivo da realidade natural”, valendo ainda, “para mostrar — como se disse em explícita polêmica contra as filosofias tradicionais — a natureza em movimento”. Abandonava-se a “concepção da ciência como desinteressada contemplação da verdade, como busca que nasce apenas *após* o atendimento das coisas necessárias à vida”, criticando “qualquer forma de sabedoria oculta e secreta, contra a antiqüíssima concepção sacerdotal do saber”. Este último deveria ter “caráter público e cooperativo”, levando “a um êxito geral que deve ser patrimônio de todos os homens”. Os artesãos e experimentadores erigiram a prática à condição de conhecimento válido. Adotou-se o “modelo *máquina* para explicar e compreender o universo físico”, além da “imagem de Deus como *relojeiro*”, afirmando-se que o homem só pode conhecer aquilo “que faz ou constrói”³.

¹ ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. in MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. p. 267-280.

² ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p. 242.

³ ROSSI, Paolo. Os filósofos e as máquinas: 1400-1700. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 17-19.

Diferente dessa atitude quase libertária em relação à ciência e tecnologia, segundo Maria Stella Bresciani, a sociedade contemporânea teria passado a viver um “grande paradoxo”, caracterizado pelo “crescente desconforto do homem em meio a um mundo de objetos criados por ele mesmo”. Haveria algo como uma “vingança dos deuses à ousadia prometéica de pretender dar aos homens — através do uso do fogo — a possibilidade de ascender à condição divina de *criador* de coisas, libertando-o da modesta e subserviente situação de mero *reprodutor* dos frutos da natureza, ou seja, daquilo que já encontrou disposto sobre a terra”. O desejo de deixar marcas permanentes e perenes, através dos objetos e artefatos, “para além da transitória e limitada vida humana”, teria levado à “supervalorização do mundo das coisas”, transformando os homens em sombras das máquinas, num “mundo cuja precisão técnica não tolera a frágil criatura divina, o homem, em nome do qual ele originalmente se estrutura”⁴. Para Neil Postman, nas sociedades contemporâneas “as ferramentas desempenham um papel central no mundo das idéias e da cultura”, pois, ao seu desenvolvimento “tudo precisa dar passagem”, ou seja, “não são integradas à cultura”, mas sim, “atacam a cultura”, de modo a tornarem-se cultura, em lugar dos mitos, da política, da religião ou da arte⁵.

A importância da tecnologia no mundo contemporâneo tomou, portanto, uma grande dimensão e esta incursão pelos entremeios do discurso da ACARESC não poderia deixar de abordar a questão das relações entre técnica e cultura. O extensionismo rural baseou grande parte de seu projeto de constituição de novos sujeitos sociais no campo, sobre a noção de que as mudanças culturais pretendidas para efetivar a modernização decorreriam da difusão de tecnologias agrícolas. Todo um escopo de

⁴ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Lógica e dissonância, sociedade e trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária*. in Revista Brasileira de História. Sociedade e trabalho da história. vol 6, nº 11. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1985-86. p. 7-44.

⁵ POSTMAN, Neil. Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994. p. 38.

conhecimentos foi construído, estando sustentado historicamente tanto pela interpretação dominante na época a respeito dos processos de desenvolvimento, quanto pelas transformações materiais na base técnica da agricultura catarinense e do Brasil. Aqui procura-se situar o discurso da ACARESC num quadro histórico amplo, de modo que seja possível apresentar alguns de seus pontos constitutivos importantes, os quais permitiriam ao extensionismo fazer-se ouvido. A transformação cultural como um correlato da técnica, com a fabricação de sujeitos produtivos e calculáveis sob o ponto de vista capitalista, definidos e medidos por critérios técnicos, foi uma das idéias mestras da ACARESC, tendo sido lançada num ambiente receptivo e favorável ao vicejamento deste tipo de discurso, o que certamente contribuiu para o crescimento e a importância assumida pela instituição. Nas palavras de Bourdieu, reduziu-se “a antropologia a uma dimensão da economia”⁶.

Essas relações entre técnica e sociedade, parecem ter alcançado uma dimensão importante no Brasil na segunda metade do século, quando — como já foi mencionado em outra oportunidade — influenciados pelas interpretações dualistas da sociedade brasileira, muitos intelectuais passaram a realizar pesquisas que discutiam, segundo Marusia de Brito Jambeiro, se no país “existiria, de um lado, uma sociedade arcaica, tradicional, agrária, retrógrada, estagnada”, constituindo-se “em obstáculo ao desenvolvimento”; e de outro, uma sociedade “moderna, urbanizada, industrializada, dinâmica, progressista, em desenvolvimento; cada uma com seu próprio processo histórico constitutivo e sua dinâmica própria, auto-suficiente no mais amplo sentido do termo”⁷. Nisso estavam reproduzindo em maior ou menor grau algumas das noções apresentadas por Jacques Lambert em seu livro “Os dois Brasis”.

⁶ BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 11.

⁷ JAMBEIRO, Marusia de Brito. Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1973. p. 09.

Para Lambert, as diversas raças que teriam formado a população brasileira, nunca haviam ameaçado a “unidade do país”. Porém, “se há uma só cultura e uma só nacionalidade”, esta “cultura única” apresentaria “dois níveis bem diferentes”. Seriam “dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida”, isto é, “duas sociedades” que não haveriam evoluído “no mesmo ritmo”, não atingindo “a mesma fase”. No Brasil reproduziriam-se “os contrastes do mundo”⁸.

Essa dualidade remontaria ao período colonial, no qual teria ocorrido a formação de uma “cultura arcaica”, fruto da formação de “comunidades esparsas pelo interior ou agrupadas perto da costa, em torno das fazendas coloniais” e que resistiriam “à mudança da mesma forma que as comunidades campestres indígenas de outros países”. Trataria-se de uma cultura “principalmente mas não exclusivamente rural”, em contraste com “outra sociedade”, formada nos arredores de São Paulo e dos Estados do Sul, que seria “muito mais móvel e evoluída”, presente “sobretudo nas grandes cidades”. Os imigrantes europeus teriam trazido “novas técnicas e modos de vida”, o que somado ao “desenvolvimento de novas formas de agricultura, a criação de uma grande indústria, a concentração de capitais nacionais e estrangeiros, o desenvolvimento dos transportes”, contribuiria para o surgimento de “numerosas populações em uma vasta sociedade em constante evolução”. Todo um país resumido a um só contraste: “o Brasil arcaico e o Brasil novo”⁹.

Idéias como essas haviam influenciado inclusive teses ditas marxistas — que seriam alvo de contundente crítica de Caio Prado Júnior —, segundo as quais “as estruturas econômicas e sociais do Brasil se caracterizariam pela coexistência de dois modos de produção diferentes — o capitalista e o feudal, podendo este apresentar-se sob diferentes

⁸ LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 101-102.

⁹ Ibid. p. 102-103.

matizes (semifeudal, em forma de ‘restos’ ou ‘vestígios’). A transformação do país exigiria reformas de base, levadas a cabo por uma “aliança popular e democrático-burguesa”, cujo projeto político acabou sendo formulado especialmente pelos intelectuais do ISEB¹⁰. Já não há aí qualquer explicação e interpretação da sociedade brasileira baseada na noção de raça, tal qual haviam sido formuladas as teorias da virada do século, principalmente por autores como Silvio Romero, Nina Rodrigues ou Euclides da Cunha, os quais viam na questão da miscigenação o grande dilema nacional, com a predominância do elemento mestiço sobre as demais raças formadoras do Brasil, encerrando “os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica”, caracterizados pela “apatia”, “imprevidência” e “desequilíbrio moral e intelectual”¹¹. As possibilidades de mudanças culturais no Brasil estariam limitadas pela questão racial.

Euclides da Cunha, em sua célebre obra-reportagem sobre a campanha que exterminou o movimento messiânico de Canudos, no interior da Bahia, no final do século XIX, principia com um arrazoado sobre as idéias raciais predominantes naquele momento, segundo as quais “a mistura de raças mui diversas” seria, “na maioria dos casos, prejudicial”, pois sempre manteriam-se os “estigmas” das raças inferiores sobre as superiores. Daí os problemas e o “retrocesso” do mestiço povo brasileiro, pois seria “um desequilibrado”. E vai adiante: “é o mestiço — mulato, mamaluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores”. Para o autor, as poucas qualidades do sertanejo de Canudos adviriam do atenuamento desses efeitos, graças ao seu isolamento — impedindo “que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados” — e ao

¹⁰ CASTRO, Ana Célia et alli. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações. Brasília: Binagri, 1979. p. 37.

¹¹ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 21.

contato com um meio inóspito, que o teriam enrijecido. Neste caso, o homem de Canudos “é um retrógrado, não é degenerado”¹².

Contrariando esse discurso, os intelectuais do ISEB deslocaram definitivamente as discussões sobre a problemática nacional para o “domínio da cultura como elemento de transformação sócio-econômica”, numa tentativa, conforme Renato Ortiz, de fabricação de “um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais”¹³. O dualismo brasileiro não seria fruto de questões raciais, mas culturais, podendo ser localizado no desenvolvimento histórico da estrutura social do país. Os indicadores de arcaísmo seriam: “a produção em pequena escala, limitada pela tecnologia simples, predominando o uso de instrumentos primários para a extração de matérias primas”; além disso, “a divisão do trabalho mal ultrapassando o estágio em que as únicas características para a especialização são as biológicas, como idade e sexo”; acrescentava-se ainda, “as relações de trabalho como a parceria e o morador de condição, o trabalho familiar, o auxílio vicinal; as atividades predominantes na extração, na agropecuária, na caça, na pesca; o artesanato desenvolvido”. Os caracteres modernos seriam denunciados pela presença de “produção em larga escala; a separação radical entre a empresa e a família; divisão tecnológica do trabalho no interior da empresa pressupondo o cálculo econômico rigoroso” que possibilitasse “acumulação e renovação do capital”; podem ser citados ainda “a racionalização do trabalho e a burocratização; a difusão do salariedade”; além de “normas e valores sociais voltados para a mudança sócio-econômica, o progresso, as inovações e a racionalidade”¹⁴.

¹² CUNHA, Euclides da. Apud GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. São Paulo: Ática, 1984. p. 106-108.

¹³ ORTIZ, Renato. *Op Cit.* p. 46-47.

¹⁴ JAMBEIRO, Marusia de Brito. *Op Cit.* p. 10-11.

Verifica-se que o desenvolvimento tecnológico aparece como classificador de sociedades e critério indicador de capacidades dos sujeitos sociais. Essas idéias passaram a fazer parte dos discursos que foram incorporados pelo Estado desde os anos 50, tendo uma característica muito importante: deixou de haver qualquer diferenciação entre cultura e desenvolvimento, cultura e técnica. Este ponto chama a atenção, especialmente a partir do que é lembrado por Ortiz, segundo o qual uma certa intelectualidade brasileira, muito influenciada por noções elaboradas ainda antes dos anos 30, especialmente com Gilberto Freyre, tinha dificuldades em articular aquelas duas dimensões, estabelecendo uma polaridade mais “ideológica” do que “conceitual”. Na obra de Freyre, seria “sugestivo o contraste que se estabelece entre o Nordeste e São Paulo”, no qual o último é associado às imagens de “locomotiva”, “cidade”, o paulista como “burguês”, “industrial”, além de ser “arrogante pelas suas realizações técnicas e econômicas”. Já os nordestinos são relacionados à “terra” e “campo”, sendo “telúricos e tradicionais, ‘os mais brasileiros pela conduta do que qualquer outro tipo regional’”¹⁵.

Há uma clara oposição entre moderno e tradicional, que em princípio sugere uma aproximação com o dualismo nacional-desenvolvimentista. Contudo, Ortiz aponta que haveria em Freyre algo como que uma sedução pelo “mundo dos senhores de engenho”, das “tradições populares”, das “festas, e outros elementos que formaram o que se denominou de civilização do açúcar”. Nas passagens em que descreveu a família do século passado, Freyre assinalaria as noções de “fixidez e raiz”, como organizadores da “coesão patriarcal” e também das “relações fixas entre patrões e empregados”, ameaçadas “com o advento da industrialização e da urbanização”. Além disso, a técnica teria levado ao desagregamento da tradição, sendo interessante um momento de seus escritos em que descreve como deixaram de existir os “serões de família” pela influência da luz elétrica. Enquanto os candeeiros de

¹⁵ ORTIZ, Renato. *Op Cit.* p. 101-102.

querosene seriam “gregários”, atraindo as pessoas para seu entorno, a eletricidade teria estimulado a “dispersão individual”. Ortiz conclui que “a categoria de cultura se reporta assim aos valores espirituais que consolidam uma civilização tradicional, a técnica se refere à modernidade do mundo ‘industrial’”. Atribui-se à tecnologia a inviabilização da “permanência do mundo patriarcal”, estando unicamente relacionada à valores quantitativos e não qualitativos, ou seja, “humanos” e “espirituais”¹⁶. Opõe-se técnica e cultura como dois conjuntos inconciliáveis.

Já nas décadas de 50 e 60, pode-se dizer que a parte moderna do Brasil, dotada dos maiores avanços tecnológicos possíveis, passa a ser apresentada como capaz de desobstacularizar o progresso, superando o país arcaico e todas aquelas atitudes valorizadas por Gilberto Freyre. Novos sujeitos sociais seriam constituídos por obra do impacto das técnicas modernas, aparecendo a cultura como complemento necessário, e não oposto, ao desenvolvimento tecnológico. A tecnocracia que passa a dominar as instâncias estatais, impõe um novo modo de pensar os impasses do desenvolvimento brasileiro. Em 1954, uma publicação do Serviço de Informação Agrícola, afirmava que todas as regiões brasileiras tinham em comum “o fato de que uma grande melhoria pode ser obtida com o emprego de técnicas melhores e mais eficientes, pois elas são, em geral, muito primitivas e podem ser consideravelmente elevadas”¹⁷. No caso dos nossos “formuladores do novo” — os extensionistas — pode ser verificado em diversos de seus discursos que a modernização das relações de produção no meio rural passaria fundamentalmente pelo impacto que as novas tecnologias agrícolas produziram junto aos agricultores. Talvez seja possível dizer que enquanto Engels, seguindo outros de seu tempo, acreditou que o homem fosse um produto

¹⁶ Ibid. p. 103-104.

¹⁷ PAIVA, Ruy Miller. Problemas da Agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1954. p. 95.

do trabalho, a ACARESC atuou no sentido de que o novo homem do campo seria um resultado direto da tecnificação acelerada dos processos produtivos.

Poderíamos afirmar que temos aí toda uma formação discursiva amparando e sustentando os discursos extensionistas. Partimos da idéia exposta por Eni Puccinelli Orlandi, segundo a qual, “as palavras não significam em si. É o texto que significa”. Decorre que se uma palavra significa, é porque “tem textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”. Para nossos propósitos, essas noções são importantes por deixar claro que o discurso extensionista encontrou ancoradouro em toda uma formação discursiva que lhe garantiu a legitimidade necessária para tornar-se aceito e ouvido. Os diversos textos extensionistas, que tomamos como matéria bruta, “unidade de análise”, mantiveram relação com todo um conjunto de discursos que lhes dotavam de sentido. Textos com historicidade, tomados como acontecimentos concretos, com “materialidade histórica”, ou seja, que ganharam sentidos a partir da história de sua própria produção e das condições que a envolveram, elaborando um “modo de produzir sentidos”, no qual a relação com a história passa a ser constitutiva, isto é, “não como algo lá fora”, mas inscrito internamente. Para Orlandi, “um texto é uma peça de linguagem de um processo discursivo muito mais abrangente”, mantendo uma incompletude em função das suas diversas correlações, as quais acabam respaldando-o. A análise dos discursos extensionistas permite observar que estes foram atravessados por várias “formações discursivas”, tais como as noções dualistas que preconizavam a superação do atraso brasileiro pela introdução crescente de processos tecnológicos avançados que acabariam por constituir um homem brasileiro moderno¹⁸.

¹⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 52-62.

Essas considerações ainda permitem que seja retirada do discurso extensionista qualquer substancialidade ou existência em si e para si de uma racionalidade fundadora e transcendente, portanto a-histórica, como se a Extensão Rural fosse uma entidade trans-histórica, com autonomia para organizar um conjunto de temas que seriam independentes da formação discursiva. O discurso da ACARESC teve um tempo e um espaço de produção, exercendo seus efeitos em função das características de sua época e da formação discursiva considerada válida naquele momento. Isso quer dizer que é possível verificar uma regularidade no discurso extensionista no que diz respeito às escolhas de objetos, enunciados, conceitos, temas e análises, em relação ao pensamento dominante do período¹⁹. Só assim pôde fazer-se ouvido e aceito. Sempre lembrando que as idéias dominantes em um período histórico, são as idéias daqueles grupos que exercem o poder e a dominação na sociedade, porém não constituem uma totalidade homogênea ou monolítica, recebendo uma enorme gama de influências, as quais se expressam na enorme heterogeneidade dos discursos.

As noções correntes nas discussões a respeito do desenvolvimento brasileiro ressoavam no discurso extensionista, envolvendo a idéia de que a capitalização dos processos produtivos agrícolas transformaria as formas de produção empregadas pelos produtores rurais, bem como de todo o conjunto de relações sociais correlacionadas. Num estudo da ABCAR publicado em 1961, afirma-se que “a defasagem entre a indústria e a agricultura chegou a separar, literalmente, o País em dois sistemas de organização econômica e social, cada um com seus níveis e métodos de vida próprios”. Como qualquer análise dualista, aponta-se a existência de um “país novo, que se transforma e progride”, ao lado do “país arcaico, imobilizado no tempo e acomodado em seus espaços geográficos com a situação geral de pobreza e ignorância, com as rotinas herdadas do isolamento

¹⁹ FONSECA, Márcio Alves. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: Educ, 1995. p. 14-15.

colonial”. A “nota marcante da atualidade brasileira” seria “o esforço para vencer o subdesenvolvimento”, pois “as necessidades cada vez maiores de se atender à demanda de consumo de alimentos e matérias primas nos grandes aglomerados demográficos” exigiriam “da agricultura uma transformação de base nos seus tradicionais métodos de produção, somente possível pela introdução de uma tecnologia contemporânea, basicamente responsável pelo incremento da produtividade agrícola”. Esta seria uma atribuição do Estado, ao qual caberia “vencer as resistências do Brasil arcaico pela promoção de mudanças culturais e tecnológicas capazes de corrigir as disparidades do desenvolvimento nacional”²⁰.

Entre os problemas da agricultura brasileira listam-se a estrutura agrária e, principalmente, o “primitivismo dos métodos de produção”. Este último seria expresso pelo “uso geral da enxada, da foice e do machado, em contraposição ao reduzido grau de mecanização, de emprego de adubos e práticas mais avançadas, bem como os elevados índices de perdas causadas por pragas e doenças”. Enquanto a reforma agrária seria uma discussão aberta e sem concordâncias, haveria “um denominador comum de todas as opiniões divergentes: o imperativo da assistência técnica”. O desenvolvimento brasileiro estaria na dependência do avanço tecnológico, “quer como processo endógeno, ou decorrente da incorporação da técnica importada”²¹.

Além disso, a tecnologia não implicaria apenas numa abordagem econômica do problema rural, mas promoveria impactos no “lado humano da agricultura, aí compreendidos os aspectos sócio-econômicos e culturais que nos oferece o produtor — o homem rural e sua família”. Neste “lado humano” encontrariam-se “muitos dos motivos reais que têm dificultado ao produtor rural o acesso aos benefícios do progresso

²⁰ LIMA, J. Pinto et allic. Técnicos para o desenvolvimento da agricultura: formação profissional, mercado de trabalho. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961. p. XI e p. 03-06.

²¹ Ibid. p. 07-09.

tecnológico”, residindo aí “diversas causas e fatores que não têm permitido à massa dos que vivem do trabalho da terra compreender e sentir — muitas vezes, nem mesmo desejar — as vantagens de um mais alto nível de vida”. Por isso, “a atuação dos técnicos tem que ser intencionalmente dirigida com o objetivo de contribuir para a transformação das condições sócio-econômicas e culturais dos agricultores e suas famílias”²².

As inovações tecnológicas modificariam as relações de trabalho tradicionalmente reinantes no meio rural, formando agricultores mais capazes e “racionais”, levando esta aplicação da técnica a “redefinir o papel da pequena propriedade no sistema econômico, através de um processo de mudança de mentalidade de seu dono para um comportamento mais mercantilizado”²³. Isso envolveria a mecanização crescente das etapas do trabalho agrícola, o que segundo os discursos oficiais do governo de Santa Catarina estaria rapidamente despertando “o interesse dos catarinenses”.

Para a “transformação da agricultura tradicional”, seriam necessárias “técnicas modernas de exploração do solo”, o que só seria viável “através de mudanças culturais” que deveriam “ser aceitas e realizadas pelos agricultores”²⁴. O princípio de construção do “novo homem”, do novo agricultor não é dado por qualquer questão racial, mas sim cultural, sendo esta dimensão encarada como uma decorrência do processo de tecnificação.

Mencione-se que a qualificação dos trabalhadores e, também de outros tipos de sujeitos sociais, desde a formação do capitalismo está relacionada à sua capacidade de lidar com objetos técnicos, máquinas e instrumentos de trabalho, cujo grande emblema acabou sendo a fábrica fordista, parcelarizando o trabalho e retirando do trabalhador o

²² Ibid. p. 18-39.

²³ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. Extensão Rural, um processo educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. p. 182.

²⁴ SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. ACARESC. Agricultura: diagnósticos e prioridades. Florianópolis: 1967. p. 72.

controle sobre aquilo que produz. As máquinas passaram a ser uma presença constante no próprio imaginário ocidental, como destaca Maria Stella Bresciani²⁵. Possuiriam ainda a força simbólica de estabelecerem um padrão de medidas que hierarquiza os homens segundo sua capacidade para manejá-las e controlá-las. O trabalhador é mais ou menos apto, qualificado e competente, conforme for sua destreza para fazer as máquinas funcionarem.

Uma publicação da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina de 1961, apresentando um artigo de um Engenheiro Agrônomo da FAO que estava trabalhando no Brasil, permite observar como este tipo de questão aparecia nos diversos discursos da época. Apesar de o autor procurar ressaltar “as vantagens da mecanização sobre o trabalho manual nas práticas de lavoura”, as quais seriam “tão gritantes” que dispensariam “raciocínios complicados para a sua compreensão”, a própria existência do artigo permite induzir que tais benefícios ainda não estavam tão claros quanto o discurso dos técnicos pretendia fazer parecer. Os habitantes do meio rural não estariam devidamente convencidos e consensualizados a respeito da nova administração do tempo proporcionada pelas máquinas as quais “em apenas 4 horas” permitiriam fazer o mesmo trabalho “que um lavrador, com seus métodos que tanto têm de tradicionais quanto de rudimentares” necessitaria de uma semana²⁶.

A compatibilização da máquina com o trabalhador não foi tarefa fácil e Edward Thompson aborda o quanto foi lento o processo de instauração de um tipo de trabalho completamente regulado, que uniformizasse e ritmasse as tarefas segundo as exigências do tempo do capital. Para tanto, foi às máquinas que se atribuiu a capacidade de disciplinar os trabalhadores. Thompson registra como, ainda antes da revolução industrial,

²⁵ BRESCIANI, Maria Stella. *Op Cit.* p. 7-44.

²⁶ Cf. Boletim FARESC: Órgão da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina. Ano III, nº 34. Florianópolis: out/1961. p. 31.

reformadores agrícolas se queixavam de camponeses por causa do tempo perdido em diversos afazeres que não diziam respeito diretamente à produção. Foi preciso instaurar uma economia do tempo, com uma administração eficaz do ritmo da mão-de-obra. Estabeleceu-se uma regulação do tempo que superava os ciclos naturais, fazendo com que desde o século XIV, na Europa, começando pelas igrejas, houvesse a difusão impressionante de relógios mecânicos. Os mecanismos de medição do tempo chegariam mais tarde a absorver todo o universo, com a física de Newton, ou ainda atingindo níveis mais íntimos das vidas das pessoas. O novo sentido do tempo afetaria sensivelmente a disciplina de trabalho, com a transição à sociedade industrial madura supondo uma rigorosa reelaboração dos hábitos de trabalho em função da regulação dos ritmos de vida. O tempo começou inclusive a converter-se em dinheiro, “dinheiro do patrão”, servindo de medida para a avaliação do custo da mão-de-obra. A irregularidade de dias, semanas e anos de trabalho, com festas e feriados tradicionais, deu lugar a uma planificação generalizada, a qual por sua vez não ocorreu de um momento para o outro, tendo que impor-se lentamente²⁷.

Iraíde Marques de Freitas Barreiro mostra como a Campanha Nacional de Educação Rural, já mencionada anteriormente, ocorrida na década de 50, procurou desenvolver uma “nova concepção de tempo”, envolvendo um controle minucioso sobre as atividades recreativas das populações atendidas, “para não deixar margem à ociosidade e ao vício”, pois “no entender dos técnicos, o tempo livre do camponês era ocioso, mal preenchido e inaproveitado”. Houve a separação entre o tempo destinado ao lazer e aquele empregado apenas no trabalho, o que, segundo o autor, teria por objetivo “imprimir um novo conceito entre os camponeses, que é o de *tempo linear*”, o que levaria a desenvolver

²⁷ THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y conciencia de clase. Madri: Editorial Crítica, 1984. p. 240-270.

“o espírito de ordem, de obediência, amor à pontualidade, e outras virtudes importantes para satisfazer às modificações estruturais que começava a experimentar a sociedade brasileira, a partir dos anos 50, com a fase de modernização que passava o Brasil”²⁸.

No caso do trabalho empreendido pela Extensão Rural, surgido “como uma reação ao malogro da educação rural”²⁹, tratava-se de ir a um “outro mundo”, diferente do universo industrial — e considerado inferior —, para torná-lo apto e qualificado aos ritmos e ao tempo do capital. Isso envolveu a instauração de um novo “saber fazer”³⁰, exterior ao agricultor, subordinando o trabalho à técnica. Na ação extensionista está implícita a necessidade de retirar do produtor direto o poder de realimentar o conhecimento sobre seu trabalho. Esse saber-fazer monopolizado pelo capital ultrapassa o processo puro e simples de transformação da matéria e impõe novas relações sociais, novas práticas que dizem respeito a um maior controle, supervisão, seleção e treinamento, até que se encontre os mais aptos ao trabalho. Daí o papel excludente da tecnologia quando o poder para controlá-la é limitado, permitindo que sejam impostas práticas de seleção e recrutamento dos mais capazes.

Talvez em nenhum outro momento como durante o que poderíamos chamar de período moderno a experiência humana e suas percepções da vida esteve tão ligada aos instrumentos tecnológicos. Marshall Berman, na introdução de seu livro “Tudo o que é sólido desmancha no ar”, apresenta a modernidade como “um tipo de experiência vital” que prometeria a todos “aventura, poder, alegria, crescimento auto-transformação e transformação das coisas em redor”, porém “ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que

²⁸ BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino. in Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964, vol 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 149-165.

²⁹ SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (orgs.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973. p. 272.

³⁰ KAWAMURA, Lili. Tecnologia e política na sociedade: engenheiros, reivindicação e poder. São Paulo: Brasiliense: 1986. p. 17-32.

temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. Para o desenvolvimento deste “turbilhão” teriam contribuído, entre outros aspectos — tais como o crescimento populacional, a urbanização e a formação de um mercado capitalista mundial —, as “grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes”. Especialmente após o século XIX, a “experiência moderna” teria começado a dar-se numa “paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior”; enfim, todos os processos sociais que o século seguinte chamaria de “modernização”, popularizados por diversas formas, dentre as quais, as Grandes Exposições Universais que todas as capitais importantes esforçavam-se em organizar. Os modernistas da época teriam atacado “esse ambiente, com paixão”, esforçando-se “por fazê-lo ruir ou explorá-lo a partir de seu interior”, mesmo sentindo-se “surpreendentemente à vontade em meio a isso tudo”³¹.

Desde aquela época até hoje, poucos pensadores atribuíram tamanha importância à tecnologia como Karl Marx. As “forças produtivas” foram eleitas como os fatores primordiais da mudança social, constituindo e distinguindo os próprios homens dos diferentes momentos históricos, dando-lhes suas características básicas como sujeitos, o que levaria muitos de seus seguidores mais ortodoxos a determinismos extremados. As épocas econômicas distinguiriam-se pelos instrumentos de trabalho que cada uma desenvolveu e

³¹ BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 15-18.

utilizou na produção, decorrendo do nível dessas forças produtivas, as relações de produção. Segundo Raymond Williams, a concepção marxiana parte do princípio de que “em todas as nossas atividades, no mundo, produzimos não só a satisfação de nossas necessidades, mas também nossas necessidades e novas dimensões das necessidades”, num processo em que “produzimos a nós mesmos e nossas sociedades” Esse conceito de forças produtivas estaria “implícito em qualquer argumento sobre ‘infra-estrutura’ e ‘super-estrutura’, tendo sido utilizado para processos gerais e “historicamente diferentes”, universalizando-se, apesar das precauções de Marx. O marxismo posterior acabaria tornando as forças produtivas como um mundo autônomo e “auto-subsistente”, capaz de ser generalizado, assumindo “as cores de um tipo especificamente burguês e capitalista de materialismo”, deixando de “compreender o caráter material da produção de uma ordem cultural”, apresentada como simples “super-estrutura” ou reflexo, persistindo numa diferenciação entre técnica e política³².

De qualquer modo, cabe aqui enfatizar como a tecnologia assumiu desde o século passado, um papel preponderante na análise dos fenômenos sociais, com todos os determinismos daí decorrentes podendo ser atribuídos quase que a uma formação discursiva dominante em uma época. No “Manifesto Comunista”, junto com Engels, Marx descreveu com muita ênfase o processo de transformações desencadeado pela burguesia, acentuando seu papel revolucionário, ao criar as condições para a implantação e veloz difusão da “grande indústria”. A burguesia só poderia existir “com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, com isso, todas as relações sociais”. Fica claro o quanto estas últimas estariam em relação de interdependência com os aparatos tecnológicos, os quais permitiram a “subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança”. A descrição

³² WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 93-98.

prossegue grandiosa: “dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se”. E conclui: “tudo que era sólido e estável se esfuma” (ou “desmancha no ar”, em algumas versões), enfim, “tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”³³.

Além disso, com o “rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho” e o “progresso dos meios de comunicação”, a burguesia arrastaria “para a torrente de civilização mesmo as nações mais bárbaras”, o que prosseguiria como a submissão do “campo à cidade”, arrancando “uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural”. Desenvolveria-se o proletariado, que com o “crescente emprego de máquinas” tem seu trabalho despojado “de seu caráter autônomo” passando o indivíduo a ser “um simples apêndice da máquina”. Com isso, a cultura nada mais seria “para a imensa maioria dos homens”, do que “apenas um adestramento que os transforma em máquinas”. A crença no poder transformador da tecnologia, das forças produtivas, leva os autores do manifesto a indicarem entre as medidas primeiras da revolução comunista, a “multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas”, além da “combinação do trabalho agrícola e industrial”, o que tenderia “a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo”³⁴.

N’O Capital, descrevendo e analisando os processos que teriam permitido o desenvolvimento da manufatura, como antecessora do sistema fabril, Marx afirma o quanto o trabalhador passa a ser moldado pelo contato com as máquinas e ferramentas que lhe

³³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Nova Stella, 1988. p. 12.

³⁴ Ibid. p. 13-38.

imporiam durante “a sua vida inteira uma única operação simples”, transformando “todo o seu corpo em órgão automático unilateral”. Em contraste ao trabalho nas manufaturas um tecelão indiano seria capaz de realizar seu trabalho como muita “virtuosidade”, valendo-se apenas da “perícia acumulada de geração em geração e legada de pai para filho”, sendo que “tal tecelão executa um trabalho muito complicado em comparação com a maioria dos trabalhadores da manufatura”. Porém, não apenas “da virtuosidade do trabalhador mas também da perfeição de suas ferramentas” dependeria “a produtividade do trabalho”, o que acentua ainda mais a importância da tecnologia. Nas manufaturas, cada ferramenta corresponderia a um tipo específico de uso, com a parcialização e especialização do trabalho. Segundo Marx, “apenas em Birmingham” seriam “produzidas cerca de 500 variedades de martelos, cada um deles servindo não só a um processo particular de produção”, mas também para “operações diferentes do mesmo processo”³⁵.

Com a manufatura — “criação totalmente específica do modo de produção capitalista” — teria sido implementada “uma hierarquia das forças de trabalho”, criando “uma classe dos trabalhadores não qualificados”, o que teria feito “da falta de todo desenvolvimento uma especialidade”. Isso seria uma das implicações do “caráter técnico da manufatura” que estabeleceria “uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores”, revolucionando “pela base” o “modo de trabalho do indivíduo”. O trabalhador seria aliado pela técnica na manufatura, convertendo-se “numa anomalia” ao ter

³⁵ O período manufatureiro, que teria iniciado a “diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias”, também haveria chego “esporadicamente a desenvolver a utilização de máquinas”. E vai mais longe, afirmando que o Império Romano, por exemplo, teria transmitido “a forma elementar de toda a maquinaria como o moinho de água”. Além disso, “a utilização esporádica da maquinaria no século XVII” haveria tido a importância de oferecer “aos grandes matemáticos daquele tempo pontos de apoio práticos e estímulos para criarem a mecânica moderna”.

Marx ainda abordou o quanto “as diferentes operações que são executadas alternadamente pelo produtor de uma mercadoria e que se entrelaçam no conjunto de seu processo de trabalho apresentam-lhe exigências diferentes”, quais sejam, “desenvolver mais força”, “mais habilidade”, “mais atenção mental”, sendo que “o mesmo indivíduo não possui essas qualidades no mesmo grau”. Conclui que o trabalhador seria obrigado “a operar com a regularidade de um componente de máquina”.

Cf. MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital). Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 267-276.

sua habilidade “artificialmente” fomentada “no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas”, sendo “dividido e transformado no motor automático do trabalho parcial”. Desapareceriam “os conhecimentos, a compreensão e a vontade, que o camponês ou artesão autônomo desenvolvem mesmo que em pequena escala”. Processo que completaria-se “na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital”³⁶.

A tecnologia aparece, então, como um dos fatores responsáveis pela alienação do trabalhador, levado a não mais controlar a totalidade do processo de trabalho, perdido em meio à múltiplas pequenas tarefas desconectadas que seriam tomadas de uma maneira fetichista. Uma situação que ampliaria-se para toda a sociedade, na qual a maioria das pessoas não mais conseguiriam manter uma visão de conjunto do social, mantendo-se alheias ao que estaria ocorrendo ao seu redor. Aumentaria o valor do “mundo das coisas” em detrimento do “mundo dos homens”, como se o primeiro fosse independente dos produtores diretos.

Com a introdução da maquinaria da grande indústria, ao transformar por completo “o meio de trabalho”, que passou da ferramenta para a máquina, teria ocorrido a grande transformação do capitalismo. Após descrever e analisar minuciosamente os

³⁶ Marx ainda descreve como seus contemporâneos viam nos trabalhadores das manufaturas seres empobrecidos física e mentalmente, chegando mesmo a sugerir que “algumas manufaturas na metade do século XVIII empregavam de preferência, em certas operações simples, mas que constituíam segredos de fábrica, indivíduos meio idiotas”. Após citar passagem em que Adam Smith descreveria “o aparvalhamento do trabalhador parcial”, afirmando que “a uniformidade de sua vida corrompe naturalmente também a coragem de sua mente”, Marx comenta que o autor de “A Riqueza das Nações” recomendaria “o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas”, com vistas a “evitar a degeneração completa da massa do povo, originada pela divisão do trabalho”.

Contudo, também ressalta o quanto no período manufatureiro teria sido importante a “insubordinação dos trabalhadores”, que haveriam oposto resistência à “decomposição da atividade artesanal”, procurando “zelosamente” preservar hábitos e também exigindo “um tempo mais longo de aprendizagem” para aquelas operações “de detalhe mais difícil”. Por isso, em todo aquele momento histórico teria continuado “a queixa sobre a falta de disciplina do trabalhadores”. Marx novamente recorre a uma característica tecnológica para explicar os limites da manufatura, pois sua “base técnica estreita” não permitiria “apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade”

Cf. *Ibid.* p. 282-288.

componentes e mecanismos que formaram as máquinas das grandes indústrias que haviam em sua época, bem como as diferenças entre ferramenta e máquina³⁷, Marx chega a conclusão que esta última “substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força”. A maquinaria pressuporia, enfim, “a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da natureza”, com o “caráter cooperativo do processo de trabalho” tornando-se “uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho”³⁸.

³⁷ Marx desconsidera as explicações de matemáticos mecânicos que viam “a ferramenta como uma máquina simples e a máquina como uma ferramenta composta”, não atribuindo-lhes “nenhuma diferença essencial”. Também não aceita as afirmações de que “a diferença entre ferramenta e máquina” encontraria-se “no fato de que na ferramenta o homem seria a força motriz, enquanto na máquina ela seria uma força natural diferente da humana”. Ironiza: “de acordo com isso, um arado puxado por bois, que pertence às mais diversas épocas da produção, seria uma máquina”.

Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política (o processo de produção do capital)*. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 5-6.

Cabe mencionar a já clássica distinção efetuada entre utensílios (que se prestam “não a produção de um objeto, mas de algo a ser consumido, algo que não dura além do esforço empregado na sua fabricação”), ferramentas (“instrumento utilizado na produção de algo, de um ‘monumento’ do trabalho” e máquinas (“um conjunto composto por três partes: motor, transmissão e máquina-ferramenta ou máquina de trabalho”).

Cf. VIDAL, Diana Gonçalves. *Técnica e sociedade no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 57-63.

³⁸ Verificando o quanto essa “revolução do meio de trabalho” teria atingido os trabalhadores, Marx começa por apontar a apropriação das forças de trabalho feminina e infantil, já que a maquinaria tornaria “a força muscular dispensável”. E proclama: “por isso, o trabalho de mulheres e crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria!”. O autor não cansa em aludir a “ruína física das crianças e pessoas jovens, bem como das mulheres trabalhadoras”, levantando uma série de dados sobre a “monstruosa mortalidade infantil de filhos de trabalhadores”. Fenômeno que também teria chegado aos “distritos agrícolas” devido à “revolução no cultivo do solo” e introdução do “sistema industrial”. Segundo Marx, teria ocorrido uma “devastação intelectual” através da “transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia”, obrigando “o Parlamento inglês a fazer do ensino primário a condição legal para o uso ‘produtivo’ de crianças com menos de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris”.

Apontou ainda que a maquinaria havia tornado-se “o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural”, pois “se autonomizam o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho em face do operário”. Disso decorreria um “paradoxo econômico”, segundo o qual “o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital”. Os filósofos e poetas da Antiguidade, que teriam saudado a invenção de máquinas elementares, como o “moinho hidráulico de moer cereal”, apontando a possibilidade da libertação humana das agruras do trabalho, para Marx, simplesmente “não entendiam nada de Economia Política nem de cristianismo”.

Por outro lado, com as barreiras que começaram a ser postas contra o prolongamento da jornada de trabalho, os capitalistas teriam encontrado também na maquinaria o meio mais adequado e eficiente para a intensificação do trabalho, exaurindo “ainda mais a força de trabalho”.

Cf. MARX, Karl. *Op Cit*, 1988. p. 5-37.

No mundo fabril, a “virtuosidade” do manejo de ferramentas teria sido transferida “do trabalhador para a máquina”. O operário necessitaria “aprendizado precoce” de modo a “adaptar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato”. Marx sentencia: “da especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial”, surgiria a partir de então, “a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial”, uma transformação que iniciaria-se “desde a infância” do trabalhador. O trabalho com máquinas agridiria “o sistema nervoso ao máximo”, reprimindo o “jogo polivalente dos músculos”, além de confiscar “toda a livre atividade corpórea e espiritual”. A máquina “não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo”, tornando em “realidade tecnicamente palpável” o fato de que o proletário passaria a ser usado pelas condições de trabalho, “mediante sua transformação em autômato”. Daí decorreriam todos os sistemas de disciplina fabril, rigidamente assentados sobre “a subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho”, bem como a resistência dos trabalhadores contra esse “próprio meio de trabalho”, através da “destruição maciça de máquinas” no início da Revolução Industrial. À “miséria crônica” os trabalhadores responderam com a revolta, pois “o meio de trabalho mata o trabalhador”. Mais ainda: máquinas haveriam sido introduzidas unicamente como armas “para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves, etc, contra a autocracia do capital”, retirando-lhes poder de barganha³⁹.

Marx ainda chega a abordar “a revolução que a grande indústria provoca na agricultura e nas condições sociais de seus agentes de produção”, atuando “mais intensamente e sem contrapeso no sentido de ‘tornar excedentes’ os trabalhadores”. Comenta o enorme processo de êxodo rural ocorrido na Inglaterra e País de Gales, onde em 1861 “o número de pessoas participantes na fabricação de máquinas agrícolas era 1.034,

³⁹ Ibid. p. 37-52.

enquanto o número de trabalhadores agrícolas ocupados no manejo de máquinas a vapor e máquinas de trabalho era apenas 1.025⁴⁰.

É interessante perceber como as transformações ocorridas na agricultura são vistas pelo autor, pelo menos em um primeiro momento, de um modo mais entusiasta e promissor, sem a visão desastrosa que caracteriza suas análises sobre o impacto do sistema fabril sobre o proletariado. A grande indústria teria efeitos mais revolucionários na agricultura “à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado”. Nivelariam-se campo e cidade. Em vez “da produção mais rotineira e irracional” surgiria “a aplicação consciente e tecnológica da ciência”. O capitalismo completaria “a ruptura do laço familiar original de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas”, criando “uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria”. Por outro lado, a preponderância da população urbana, perturbaria “o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo”. Destrói-se “simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais”. A transformação capitalista, também aqui, expressaria-se como “martirólogo dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e pauperização do trabalhador”, quebrando a “vitalidade, liberdade e autonomia individuais”. Este “progresso” seria a arte de “saquear” o trabalhador e o solo, pois o “aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade”. A técnica capitalista e seu “processo de produção social” minariam “as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”⁴¹.

⁴⁰ Ibid. p. 99.

⁴¹ Ibid. p. 99-100.

Segundo Postman, “ao vincular as condições tecnológicas à vida e aos hábitos psíquicos, Marx não estava fazendo nada de incomum”. Para o autor, “antes dele, os eruditos achavam útil inventar taxionomias da cultura, baseados no caráter tecnológico de uma era”, podendo-se pensar logo na tradicional divisão entre Idades da Pedra, do Bronze, do Ferro, do Aço⁴². Mais ainda, recorrendo a Thompson, poderíamos dizer que Marx, embora tenha tido o mérito de realizar um grande esforço para uma interpretação do fenômeno da tecnologia industrial, apenas fazia coro aos vários observadores que, entre aproximadamente 1790 e 1850, tomaram a fábrica “como o símbolo das energias sociais que estão destruindo o verdadeiro ‘curso da Natureza’”, incorporando “uma dupla ameaça à ordem estabelecida”, seja “proveniente dos proprietários da riqueza industrial”, ou principalmente, “proveniente da população trabalhadora industrial”. A nova sociedade apareceria como um resultado direto da aplicação e enorme difusão dos novos meios técnicos: “os instrumentos físicos da produção eram vistos, numa forma direta e mais ou menos compulsiva, como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos”, o que poderia ser definido pela fórmula “energia do vapor e indústria algodoeira = nova classe operária”. Algo como se esta última fosse resultado direto da ação de uma “força exterior” — a Revolução Industrial e a tecnologia — sobre um “material bruto”, daí surgindo novos seres⁴³.

A tecnologia assumiu enorme importância analítica e política para os contemporâneos de Marx, que elaboraram uma visão nuançada, a um tempo crítica e esperançosa a respeito das transformações que ocorriam. Já em nosso século, os pensadores teriam passado a ver a modernidade, segundo Berman, com “um radical achatamento de perspectiva e uma diminuição do espectro imaginativo”, assinalando ora “um entusiasmo

⁴² POSTMAN, Neil. Op Cit. p. 32.

⁴³ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 11-17.

cego e acrítico” ou uma condenação “segundo uma atitude de distanciamento e indiferença neo-olímpica”. No primeiro caso estariam antes de mais nada os futuristas italianos, os quais haveriam levado “a celebração da tecnologia moderna a um extremo grotesco e autodestrutivo”, atribuindo-lhe a capacidade de desencadear energias para “criar um mundo novo”, num processo de estetização “da sublevação política”. Este “acrítico namoro com as máquinas”, teria dado origem a um tipo de modernismo pós-Primeira Guerra Mundial, expresso “nas formas refinadas da ‘máquina estética’, as tecnocracias pastorais da Bauhaus, Gropius e Mies van der Rohe, Le Corbusier e Léger, o *Ballet Mécanique*”. Mais adiante, “após outra guerra mundial”, ainda seria possível identificar suas manifestações “na alta tecnologia espacejada das rapsódias de Buckminster Fuller e Marshall McLuhan e no *Choque do Futuro*, de Alvin Toffler”. Para McLuhan, o computador prometeria “a possibilidade pentecostal de entendimento e unidade universais”. Berman não poupa esse modernismo, afirmando que sustentaria “os modelos de modernização que cientistas sociais americanos de pós-guerra — não raro trabalhando para generosas instituições governamentais subsidiadas por fundações — desenvolveram a fim de exportar para o Terceiro Mundo”⁴⁴. A administração moderna, pensada a partir de princípios de psicologia social, aparece como a provedora do bem-estar coletivo, algo que não podemos deixar de relacionar com os procedimentos e discursos da Extensão Rural, mais um desses “modelos de modernização” norte-americanos.

Para Berman, nestes “modernismos na tradição futurista”, “os papéis principais” seriam desempenhados pelo “esplêndido maquinário e sistemas mecânicos”, restando “muito pouco para o homem moderno executar, além de apertar um botão”⁴⁵.

⁴⁴ BERMAN, Marshall. *Op Cit.* p. 23-26.

⁴⁵ *Ibid.* p. 26.

Por outro lado, o que os futuristas viram com total “entusiasmo juvenil”, autores como Max Weber recusaram enfaticamente, construindo uma imagem da sociedade moderna como “um cárcere”, com as pessoas sendo “moldadas por suas barras”, transformando-se em “seres sem espírito, sem coração, sem identidade sexual ou pessoal — quase podíamos dizer: sem ser”. Mantém-se a mesma representação da tecnologia como condicionadora dos destinos humanos, desaparecendo o homem como sujeito. Porém, ao invés de deslumbramento ou de vislumbre de possibilidades para combater este futuro, os críticos da modernidade no século XX teriam destilado um profundo ceticismo em relação “aos homens e mulheres modernos”, não atribuindo qualquer “sensibilidade, espiritualidade ou dignidade” aos “homens-massa”, retirando-lhes não só “o direito de governar-se a si mesmos”, como também o de exercer qualquer poder na sociedade⁴⁶.

De todo modo, amando ou odiando a modernidade, esta passou a ser vista no século XX como sendo “constituída por suas máquinas, das quais os homens e mulheres modernos não passam de reproduções mecânicas”⁴⁷.

A reflexão envolvendo a técnica vem sendo despertada, portanto, pela enorme quantidade de equipamentos que passaram a mediar as relações entre os homens e entre estes e a natureza. Segundo Pierre Levy, a “técnica é uma das dimensões fundamentais onde está em jogo a transformação do mundo humano por ele mesmo”⁴⁸. Ao defender a inclusão da discussão tecnológica no desenvolvimento do pensamento contemporâneo, o autor procura opôr-se às vertentes que “têm em comum a concepção de uma ciência e de uma técnica separadas do devir coletivo da humanidade, tornando-se autônomas para retornarem e imporem-se sobre o social com a força de um destino cego”.

⁴⁶ Ibid. p. 26-28.

⁴⁷ Ibid. p. 28.

⁴⁸ LEVY, Pierre. Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. p. 7

Levy denomina de “entidades trans-históricas” — “abstrações” — os “macroconceitos espetaculares” que apelariam para a existência de “sistemas técnicos” ou uma vaga “racionalidade ocidental”, contra os quais “ninguém pode negociar nem lutar”⁴⁹. Ao contrário, segundo o autor, “os agentes efetivos são indivíduos situados no tempo e no espaço”. Envolvidos em “jogos de paixões e embriaguez”, desenvolveriam artimanhas as mais diversas, sem de modo algum serem guiados por uma maléfica racionalidade transcendente. A técnica seria mais um dos “dispositivos materiais e objetos”, mensagens de toda ordem, que são transmitidos e trocados “por um sem número de meios”, os quais seriam truncados, falseados, esquecidos, reinterpretados, transformados e desviados perpetuamente ao gosto dos receptores⁵⁰.

A perspectiva proposta por Levy é fundamental para auxiliar-nos a deixar de lado qualquer pretensão a adotar teorias conspirativas a respeito da técnica, compostas por vastas entidades abstratas. A análise precisa estar firmemente fincada no tempo e no espaço, historicamente fixada a fim de desconstruir as representações que envolvem os discursos sobre a técnica. Porém, podemos acrescentar a tudo o que o autor apontou que esses indivíduos, esses “agentes efetivos”, também formam grupos sociais, classes sociais que distinguem-se e entram em conflito, entre outros aspectos, na procura por impôr a visão de mundo legítima em uma sociedade, num dado momento histórico. Se uma certa representação das técnicas forma o “transcendental histórico” de uma sociedade, isso não ocorre por algum imperativo intrínseco. As pessoas não passam a utilizar um novo meio técnico simplesmente por este ser mais ou menos eficiente, seja qual for o critério de eficiência adotado. É preciso legitimá-lo e apresentá-lo à sociedade como a única alternativa possível, construindo um consenso.

⁴⁹ Ibid. p. 12-13.

⁵⁰ Ibid. p. 13-14.

Discussões desse teor já foram alvo das análises de teóricos da Escola de Frankfurt, em suas diversas vertentes. Uma das questões mais importantes é a levantada por Habermas no que diz respeito à unidade entre conhecimento e interesse. Muito a grosso modo, para o autor, ciência e tecnologia seriam as modernas formas de legitimação do Estado tecnocrático, o qual estaria embasado não em normas, que necessitam de uma justificação política para serem estabelecidas, mas em regras técnicas, cuja eficácia é sua própria legitimidade. Daí que as questões políticas tenham sido transformadas em meros problemas técnicos a serem resolvidos por *experts*, aos quais caberia a produção do consenso. Vale acrescentar a afirmação de Hannah Arendt, segundo a qual “a maior parte da filosofia política, desde Platão, poderia facilmente ser interpretada como uma série de tentativas de encontrar fundamentos teóricos e meios práticos de evitar completamente a política”, perpetuando-se a noção de que “alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer”⁵¹.

A produção do consenso sobre a tecnologia pode ser percebida em diversos momentos no Brasil. Já no início da república, Maria Antonieta Martinez Antonacci, historiando a experiência do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que foi fundado em São Paulo nos anos 30, demonstra como as estratégias de racionalização do trabalho disseram respeito não apenas “à produtividade e eficácia empresarial, mas, fundamentalmente, a razões de poder e disciplina social”⁵².

Por outro lado, os discursos dos movimentos ruralistas que organizavam a classe dominante agrária brasileira na Primeira República, conforme aponta Sônia Regina de Mendonça, ao proporem seus projetos de modernização, os quais envolviam a “redefinição das formas de enquadramento e controle da mão-de-obra rural”, elegeram a então recente

⁵¹ ARENDT, Hannah. Op Cit. p. 234.

⁵² ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. A vitória da razão: o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1993. p. 18.

categoria sócio-profissional dos agrônomos, como aquela que faria a mediação do processo de racionalização, de modo a “espagir as luzes da Ciência aos campos”. A autora destaca ainda que o ensino agrônômico foi inaugurada de maneira mais regular no Brasil em 1901, com a criação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), em Piracicaba, São Paulo. Os “quadros iniciais formadores dos primeiros agrônomos no país”, teriam sido “integrados por técnicos norte-americanos, em sua maioria vinculados à Associação Internacional de Missões Agrícolas”. Estariam “plenamente identificados ao surto diversificador da agricultura em curso nos Estados Unidos”, sendo “emissários do triunfante industrialismo norte-americano e arquitetos de poderosos laços comerciais entre os dois países, uma vez que dos EEUU deveriam provir a tecnologia, o capital e os mercados necessários para que a ‘moderna agricultura’ brasileira ganhasse foros de realidade”⁵³.

Portanto, quando do estabelecimento do extensionismo rural no Brasil, este já encontrou uma série de discursos que associavam as inovações tecnológicas à constituição de novos sujeitos sociais. É o que percebe Almir Pita Freitas Filho nas Exposições Nacionais do século XIX, nas quais a tecnologia agrícola foi tomada como parte dos “símbolos da modernidade”, que poderiam “induzir a modificações no quadro de rotina em que (...) se encontrava mergulhada a agricultura brasileira”. Uma situação que decorria “da ‘ignorância’, desconhecimento, ou relutância do agricultor para com o uso das máquinas e de novos métodos de cultivo e preparo do solo”⁵⁴.

Vale dizer que aparatos tecnológicos que poderíamos chamar de manufatureiros não são uma grande novidade no campo brasileiro. Vera Lúcia Amaral

⁵³ MENDONÇA, Sônia Regina de. Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens. in *História & Perspectivas. Questão da terra e modernização da agricultura*. Uberlândia: UFU, nº 10, Jan/Jul 1994. p. 31-40.

⁵⁴ FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas exposições nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). in *Revista Brasileira de História. Estruturas agrárias e relações de poder*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 11, nº 22, mar/ago, 1991. p. 71-92.

Ferlini demonstra como no período colonial, o Padre Antônio Vieira já qualificava um dos muitos engenhos de açúcar do Nordeste, no século XVII, como “máquina e fábrica incrível”, podendo-se dizer que “para os contemporâneos, surgia como um artifício do saber humano para transformar a natureza”. Formava um “conjunto produtivo peculiar, novo, onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização, seqüência e disciplina”, constituindo-se em manufaturas organizadas segundo o princípio da cooperação. Nos engenhos, os trabalhos “eram contínuos e estafantes”, devendo dar-se segundo o “ritmo da produção, pelas safras, pelo cozimento, pelas tarefas designadas, sem atender às mínimas necessidades físicas do trabalhador”, no caso, os escravos⁵⁵.

Por outro lado, seria apenas no início da era industrial, na Europa, como aponta Bresciani, que a ciência uniu-se à técnica para impôr e popularizar a máquina e o sistema de fábrica, através dos técnicos e especialistas dos Institutos de Mecânica, quebrando a resistência dos trabalhadores e forjando o operariado qualificado, numa tentativa de “minimizar os efeitos funestos da introdução da máquina e dos movimentos rotineiros inerentes ao processo de trabalho fragmentado”, havendo ainda “a intenção de moralizar o pobre trabalhador por meio da instrução, entendida como difusão de conhecimentos úteis”, evitando a “sistemática quebra das máquinas”. Estes institutos teriam tornado-se “armas poderosas para que se estabelecesse a vinculação entre ciência e tecnologia, para que se impusesse a concepção de processo e de disciplina de trabalho dos patrões sobre os trabalhadores e, mais ainda, para aprisionar a ciência ao projeto burguês de desenvolvimento econômico e tecnológico”. Faziam “exposições de máquinas” — as quais

⁵⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 102-146.

só mais tarde adquiririam o sentido e a “proporção das exposições universais da metade do século” — como uma “estratégia em busca da adesão do operário à fábrica mecanizada”⁵⁶.

Todas essas questões são importantes para a discussão sobre como a técnica aparece no discurso da ACARESC, especialmente por mostrarem como há muito tempo a capacidade humana vem sendo avaliada em função da tecnologia, a qual aparece como fator determinante nos hábitos culturais contemporâneos. Porém, cabe ressaltar que, na agricultura, tudo isso assume uma dimensão mais específica porque o capital se vê diante de um “processo de produção natural” que não pode ser diretamente transformado num ramo da produção industrial. A relação histórica entre agricultura e indústria, segundo David Goodman, Bernardo Sorj e John Wilkinson, teria ocorrido seguindo a dupla tendência “apropriacionismo-substitucionismo”. Ao contrário da atividade artesanal, que pôde ser totalmente suplantada pelos processos industriais de produção, na agricultura nada ainda conseguiu superar a “transformação da energia solar em alimento”. Não podendo remover as limitações dos ritmos biológicos de produção, a indústria apenas *apropriou-se* de alguns elementos discretos e de algumas etapas externas da produção rural, inicialmente com a mecanização de instrumentos de trabalho, bem como, por outro lado, passou a *substituir* produtos de origem rural por outros mais adequados ao processamento industrial. Em síntese, “a transformação industrial da agricultura ocorreu historicamente através de uma série de apropriações parciais, descontínuas, do trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais”⁵⁷.

A apropriação da produção rural pela indústria teria ocorrido lentamente, através de tentativas para superar os limites impostos “pela natureza orgânica, pela terra e

⁵⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Op Cit. p. 16.

⁵⁷ GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 1-4.

pelo espaço”. De forma que, “incapaz de subsumir o processo de produção rural *in toto*, algumas atividades rurais selecionadas tornaram-se setores de acumulação para diferentes frações do capital industrial”, isto é, “ao contrário da revolução copernicana do setor manufatureiro, onde a natureza é forçada a circular em torno da máquina, na agricultura a natureza mantém sua predominância e é a máquina que deve circular”. Todo um processo iniciado no século XIX com a apropriação de implementos agrícolas, especialmente nos Estados Unidos, quando arados de ferro ou aço, puxados por cavalos, foram tomando o lugar dos de madeira, com tração bovina ou humana. Além disso, começaram a ser vendidas máquinas colheitadeiras, que a seguir difundiriam-se ainda mais com a introdução de motores de combustão, os quais constituiriam a inovação essencial para o surgimento dos tratores, com investimentos de gigantes industriais como Ford ou Ferguson. Estruturava-se toda “uma indústria oligopolística madura”, indistinta de outros setores e direcionada para a “centralização do capital”⁵⁸.

Por outro lado, a Europa iniciava o processo de apropriação industrial dos ritmos naturais através da intervenção em nutrientes agrícolas, sejam rações, adubos ou fertilizantes. O solo europeu, escasso e esgotado por milhares de anos de intensa exploração agrícola, não necessitava tanto de mecanização, mas de renovação na fertilidade. Para tanto, foram muito importantes uma série de desenvolvimentos agroquímicos, como a elaboração de amônia sintética. Houveram ainda muitas pesquisas genéticas com vistas a criação de novas sementes, o que materializaria-se, ainda nas primeiras décadas do século XX, no milho híbrido, tornado uma enorme fonte de lucros porque, “ao contrário das variedades de polinização aberta, a nova semente tinha que ser comprada a cada ano”, devido ao baixo rendimento de sua descendência⁵⁹.

⁵⁸ *Ibid.* p. 5-20.

⁵⁹ *Ibid.* p. 20-34.

Mais tarde a Revolução Verde acabou acarretando a “convergência dos setores de equipamento agrícola e agroquímico”, num único pacote tecnológico associado, difundido no Terceiro Mundo⁶⁰.

Todas essas inovações também tiveram seu correlato na criação de animais, sendo que a partir de 1950 a indústria começaria a vencer as barreiras do tempo biológico ou reprodutivo. Um processo que estaria dando continuidade a uma série de mudanças que a agricultura dos países europeus começou a sentir, desde os séculos XVII e XVIII, quando o procedimento da rotação de culturas ocupou o lugar do pousio, incentivando a substituição de pastagens permanentes “por métodos de criação e alimentação em confinamento (estábulos e currais)”, favorecendo o emprego de forragens e rações. No século XX, o desenvolvimento de “linhas genéticas com características hereditárias desejáveis”, favoreceria, apenas para citar um exemplo, a enorme industrialização da avicultura, algo bastante presente no Estado de Santa Catarina⁶¹.

No caso da substituição de produtos de origem rural, estes acabam perdendo suas características biológicas, tornando-se essencialmente insumos industriais, ou mesmo sendo trocados por artigos sintéticos, elaborados quimicamente. “Biotecnologias avançadas constituem a vanguarda desta ação tendencial no rumo da dissolução da diferença entre ‘agricultura’ e ‘indústria’”. Começando pela transformação dos moinhos locais, que tornaram-se grandes indústrias, passando por novos métodos para a conservação do leite (leite em pó, leite condensado) e ainda pelo enlatamento e refrigeração de alimentos como a carne, a substituição do produto agrícola chegou até o ponto de produzir um artigo como a margarina, a qual foi “a precursora dos alimentos fabricados industrialmente”, algo cada vez mais comum. Paulatinamente os avanços na tecnologia alimentar estariam dando-

⁶⁰ Ibid. p. 34-37.

⁶¹ Ibid. p. 37-41.

se primeiramente nos “setores químico, petroquímico e farmacêutico”, retirando a primazia do produtor rural. “Estes alimentos fabricados, incluindo os ‘alimentos de conveniência’ e os produtos do tipo ‘fast-food’, podem ser manufaturados com produtos parcialmente ou totalmente reconstituídos”, sendo que este tem sido o setor mais dinâmico da indústria alimentícia desde os anos 50. Elimina-se a “identidade de produtos agrícolas”, o que chega ao questionamento dos parâmetros utilizados para definir o que é de fato um alimento. Com isso, a agricultura pode aos poucos deixar de ser uma atividade totalmente rural⁶².

Mais recentemente, assiste-se ao avanço da “bioindústria”, caracterizada pela manipulação genética e pela recombinação dos códigos do DNA (ácido desoxirribonucleico), o que segundo os autores, levaria a uma situação na qual “processo de transformação biológica poderá, eventualmente, cair sob controle industrial direto”. A partir dos anos 50 e 60, a biotecnologia ganhou grande impulso, especialmente pela possibilidade de reduzir custos econômicos e ambientais, vindo desde então sendo alvo de muitos investimentos. Pode-se vislumbrar novas tendências, tais como a transcendência da barreira das espécies, com cruzamentos antes impossíveis, o desenvolvimento de culturas resistentes a herbicidas e pragas, a automação das fazendas (com a extinção dos agricultores e sua substituição por “biogerentes”), o desenvolvimento de adoçantes artificiais mais eficazes e, porque não dizer, chegando até a recente clonagem de animais. Para os autores, as biotecnologias quebrariam “potencialmente a cadeia que une produtos agrícolas e seu consumo final”, o que marcaria “o fim da pré-história da indústria alimentar e a sua incorporação às dinâmicas mais abrangentes do sistema industrial e da sociedade pós-industrial”⁶³.

⁶² Ibid. p. 51-83.

⁶³ Ibid. p. 89-168.

A agricultura entraria, assim, no processo de “acumulação flexível de capital”, tal como é apresentado por David Harvey. Embora sendo uma área com especificidades evidentes e com os já apontados obstáculos naturais, a inovação tecnológica, especialmente no que diz respeito às intervenções genéticas, poderiam quebrar a rigidez dos processos produtivos agrícolas, abrindo espaço para investimentos que não mais realizam-se num ambiente de crescimento econômico estável e mercados de consumo invariantes. A ausência destas últimas características teria sido responsável, segundo o autor, pela crise do modo de regulamentação capitalista implantado com o “fordismo-keynesiano”, manifestada com maior ênfase após 1973 com a elevação dos preços do petróleo. O Estado teria perdido muitas de suas capacidades de garantidor do crescimento, passando a sofrer graves problemas para sustentar a estabilidade e programas de assistência social. As corporações internacionais passavam a impôr um processo de “racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho”. Passava-se a preconizar “a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital”⁶⁴.

Na agricultura poderíamos relacionar essas mudanças a todas as inovações descritas anteriormente, as quais estariam proporcionando ao capital investido na produção agrícola um tempo de resposta cada vez mais veloz às flutuações do mercado, apoiando-se “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, isto é, numa acumulação flexível. A agricultura passa a ter de conviver com um “mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades”, no qual “o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta

⁶⁴ HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. p. 135-140.

científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva”. Harvey enfatiza que “o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas”⁶⁵.

Todos esses processos descritos superficialmente servem para destacar a importância de uma intervenção racional através de centros de pesquisas e treinamento com vistas a quebrar os ritmos da natureza, não só com sementes ou instrumentos, mas diretamente sobre os processos de trabalho que devem superar o tempo cíclico e adotarem o tempo linear e regulado do capital, através da máquina e dos novos elementos químicos, sobre os quais o agricultor não dispõe de qualquer controle quanto a sua constituição. O capital cria tipos sociais adequados ao seu ritmo e necessidades.

Pode-se dizer que na agricultura, em particular, a tecnologia desempenha um papel primordial no processo que Harvey denomina “compressão do tempo-espaço”, ou seja, superar ao máximo essas dimensões de modo a produzir-se a maior quantidade possível, no menor espaço e no menor tempo possíveis. O capitalismo como um todo teria caracterizado-se historicamente “pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós”, ou seja, sucessivos processos de aceleração do giro do capital provocariam compressões nas percepções espaciais e temporais. Uma situação iniciada com o Renascimento, quando o mundo ocidental teria testemunhado “uma reconstrução radical de visões do espaço e do tempo”. Foi quando, por exemplo, o “tempo permanente” do feudalismo, infinito e inapreensível, teria sido definitivamente abandonado. A natureza

⁶⁵ Ibid. p. 140- 151.

poderia ser dominada, o que foi tomado como “uma condição necessária da emancipação humana”⁶⁶.

A conquista da natureza proporcionada pela tecnologia agrícola também atua para comprimir espaço e tempo. Com isso é estabelecida uma nova temporalidade para o trabalho rural que se integra, ainda que parcialmente, ao grande sistema automático da indústria, onde procura-se controlar o imprevisível, dentro dos métodos de gestão capitalista. Ao passo em que precisa responder à aceleração do tempo de giro do capital, que traduz-se na volatilidade e efemeridade dos padrões de consumo contemporâneos, que enfatizam cada vez mais o descartável e o instantâneo. O tempo e os espaços biológicos tornaram-se moldáveis, com a aceleração dos processos genéticos nos seres vivos, conduzindo à necessidade de readaptação do produtor rural, perdido em meio a um mundo cujos ritmos não mais controla.

Pode-se dizer que isso teria favorecido a difusão do discurso da competência pelo extensionismo, pressupondo uma relação de poder disciplinar entre o técnico e o pequeno agricultor, na qual este foi submetido à coerção de seus conhecimentos costumeiros e obrigado a tornar-se “socialmente conformado pois, exposto à ação coercitiva do sistema, não questiona as tecnologias e exerce uma função de repassador das inovações que absorve”⁶⁷. A Extensão Rural aplicou o discurso técnico, dotado da autoridade de fazer crer, como forma de tornar-se um emissor legítimo, portador de competência, a quem os pequenos agricultores deveriam ouvir.

O discurso sobre o trabalho da ACARESC sempre tentava ressaltar que os técnicos deveriam demonstrar a competência de seus métodos na prática, de modo a ensinar

⁶⁶ Ibid. p. 219-227.

⁶⁷ SPERRY, Suzana. O olhar da exclusão: comunicação e tecnologia de poder na pesquisa e extensão. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1992. p. 222

“como se trabalhava para alcançar o dia melhor”. Tratava-se de criar uma vontade coletiva para a mudança dos hábitos, orientando o planejamento das “atividades na agricultura, na criação, no lar e na sociedade”. Agindo conforme as técnicas modernas, os agricultores deixariam de seguir “pelos caminhos duvidosos da casualidade”⁶⁸. Talvez possa-se falar em um desencantamento do mundo, com a tentativa de racionalizar todos os passos e momentos da vida das famílias atendidas, mudando sua percepção sobre o trabalho com a terra, que deveria passar a estar sob o mais estrito controle técnico.

Fazia-se questão de afirmar que a “agricultura começa e termina com o agricultor”. Neste caso, o critério para a mensuração do grau de desenvolvimento agrícola de Santa Catarina seria o quão tecnificado seria o agricultor, com sua capacidade de absorver novas formas de produção. Os suinocultores catarinenses, por exemplo, mostrariam como “o nosso profissional da agricultura é de excelente qualidade, comparado aos produtores dos demais Estados da Federação”. O desfrute do rebanho suíno catarinense seria de 25 a 30%, um dos mais altos do país, só perdendo para o Rio Grande do Sul. Uma outra prova que demonstraria “ter o nosso agricultor, um nível técnico dos melhores”, seria “o fato de consumirmos maior quantidade de defensivos, principalmente na lavoura do arroz”⁶⁹.

O agricultor passa a ser um sujeito social constituído e avaliado pelo contato com a tecnologia. Sua capacidade de trabalho seria atestada sempre em comparação com os meios técnicos empregados em suas atividades produtivas. Dizia-se que “apesar dos solos catarinenses não serem dos mais férteis do país, nossas médias de produção são das mais altas em resultado das técnicas de trabalho e produção empregadas, principalmente pelo uso

⁶⁸ Cf. Boletim FARESC: Órgão da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina. Ano III, nº 30-31. Florianópolis: jun-jul/1961. p. 34-35.

⁶⁹ SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. ACARESC. Agricultura: diagnósticos e prioridades. Florianópolis: 1967. p. 69-70.

de sementes híbridas, espaçamento adequado e adubação orgânica”. Em contraposição, nas áreas produtoras de mandioca, as carências locais adviriam dos “processos usados”, qualificados como “bastante primitivos, sendo que a maioria usa o boi como força de trabalho”. Deveria-se difundir “uma melhor tecnologia, formando um grupo empresarial mais capaz e que poderá agir com mais eficiência e induzir outros produtores na adoção desses métodos”, com a Extensão Rural tendo que “atuar junto a produtores líderes”. E vaticina-se: “assim como não pode haver desenvolvimento sem tecnologia, não pode haver tecnologia sem o prévio preparo do homem”⁷⁰.

Nos discursos eram citadas situações como a de que uma família de agricultores do Vale do Itajai, com o uso da tração animal, cultivaria “4 hectares de terra por ano”, enquanto no Vale do Rio do Peixe “uma família cultiva 8 hectares por ano, ainda à base do uso de máquinas simples de tração animal, condições que atestam o grande esforço físico despendido pelos produtores no trabalho com a terra”. Sempre partindo do critério tecnológico, conclui-se que “o profissional da agricultura catarinense é, portanto, de boa qualidade”⁷¹.

Partindo desse mesmo princípio é que determina-se a importância de atuar junto aos jovens. Argumentava-se que em qualquer visita a uma propriedade rural de Santa Catarina, “dos tipos pequeno e médio”, seria constatado que “lado a lado, no trabalho de campo, com os pais, labutam os filhos, de ambos os sexos”. Ao terminarem o curso primário, “poucos são os que prosseguem os estudos”, com a maioria passando a dedicar-se à agricultura, com a exceção do Vale do Itajaí, onde estaria sendo constatado que a “grande maioria da juventude rural tem trocado a agricultura pelo trabalho das fábricas”. Seria na juventude que os extensionistas encontrariam “o maior potencial humano

⁷⁰ Ibid p. 108-190.

⁷¹ Ibid. p. 70.

dinamizável para o desenvolvimento agrário do Estado”, isso porque “desenvolvimento é mais uma questão de mentalidade do que de frases ou fórmulas mágicas ou complexas”, sendo “mais fácil e produtivo uma nova mentalidade nos jovens do que nos adultos”, pois os primeiros seriam “mais receptivos a um trabalho no qual prevaleçam as idéias de renovação de velhos hábitos, atitudes e habilidades”. Enfim, os jovens “aceitam melhor as mudanças culturais, possuem entusiasmo e tem uma vida produtiva mais longa do que os adultos”. Claro está que a preferência pelos jovens tem base também na idéia de construir um novo agricultor por intermédio da tecnologia. Para a ACARESC, isso levaria à formação de uma “geração de líderes rurais e de profissionais altamente qualificados”, pois seria mais fácil “dar uma nova dimensão, um novo status ao homem do campo, tornando-lhe a vida mais produtiva e agradável”⁷².

O trabalho preferencialmente com jovens foi teorizado em um texto voltado para a formação de extensionistas, elaborado em 1954. Segundo o autor, “a evolução da mentalidade rural é muito lenta”, principalmente em relação aos adultos, sendo que “mudar as práticas agrícolas, procurando convencê-los é tarefa difícil e cheia de dificuldades”. Em relação a isso, “a juventude rural é sem dúvida a solução”. E questiona: “por que iremos nós gastar dez ou mais anos para mudar um processo agrícola rotineiro, se pudermos gastar com facilidade somente dois anos no trabalho com a juventude rural?”. A “mentalidade” dos jovens poderia ser “facilmente moldada a novos métodos e técnicas”, constituindo “daqui a alguns anos uma nova geração, adulta, possuidora de outra formação intelectual”, com uma “nova mentalidade de progresso, que nos dará produtores atualizados e progressistas”, uma “geração inteiramente nova em todos os seus aspectos”⁷³.

⁷² Ibid. p. 71.

⁷³ BECHARA, Miguel. Extensão agrícola. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1954. p. 233.

Um novo agricultor cujo modelo poderia ser encontrado nos Estados Unidos onde todo produtor disporia de “tratores e todo o seu equipamento para o preparo de terras e trato de lavouras, inclusive plantio e colheita”. Além disso, haveriam “variados tipos de maquinário para debulhar, desintegrar e beneficiar”, uma “maquinaria que colhe milho, desempalha e joga no caminho ao lado”, ou ainda “que junta a alfaça e enfarda-a no próprio campo”, enfim, “os mais variados tipos de maquinaria para excelente colheita dos mais variados produtos — tudo é executado mecanicamente”. Nos campos norte-americanos, “tudo é máquina, para tudo existe máquina”: “preparam terras, plantam, tratam de lavouras, colhem e executam muitos outros trabalhos mecanicamente”. E conclui: “percorrendo grande número de fazendas, raramente vê-se um animal de custeio ou de montaria, e nunca se encontra enxada”⁷⁴.

O “adiantamento” da agricultura de um país seria medido pela “quantidade de fertilizante químico empregado pelo agricultor”, sendo que “nesta base, o Brasil é um dos países mais subdesenvolvidos do mundo, porque é um dos que menos pratica a adubação das terras”. Em Santa Catarina, em 1960, apenas os fumicultores usavam adubo químico em boa quantidade, “uma vantagem decorrente da assistência técnica e do financiamento, prestado por empresas particulares”. Para o governo do Estado “excluindo o fumo, não temos agricultura racional”⁷⁵.

Partindo daí, para a ACARESC, seu trabalho tenderia “a diminuir a pobreza”, pois “o aumento do conhecimento tecnológico” seria “uma das causas determinantes do desenvolvimento”. Nos discursos avaliava-se que “as condições do meio e a necessidade de luta pela sobrevivência”, teriam levado “o agricultor a um sistema de vida isolado, notando-se que as poucas formas de interação nas comunidades rurais, costumam

⁷⁴ Ibid. p. 525.

⁷⁵ Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Agricultura: programa de trabalho para o período 1961/1965. Florianópolis: 1960, mimeo. p. 11

ser o culto ou a missa”, com “grupos sociais de relações muito frouxas”, nos quais a “liderança é pouco desenvolvida”. Este cotidiano teria desenvolvido no agricultor “um espírito fatalista que faz com que ele esteja sempre dependendo de que o governo resolva os seus problemas”, numa atitude de aversão à mudança. Caberia “despertar e coordenar as forças da comunidade para que assumam suas responsabilidades”, educando “o povo para o desenvolvimento”⁷⁶.

Essas idéias estavam sendo respaldadas e encontravam ressonância em várias outras fontes de discursos. Pode-se mencionar a esse respeito que no começo dos anos 60, a expansão das lavouras de trigo pelo sul do país, estava atingindo Santa Catarina de modo acentuado, promovendo a mecanização em grande escala do trabalho agrícola, algo que já tivemos oportunidade de abordar. Em um relatório desse período⁷⁷, fica expresso o entusiasmo da burocracia estatal com o que seria “o mais revolucionário evento ocorrido nos campo sulinos”. Estaria ocorrendo uma “revolução pacífica” proporcionada pela triticultura, favorecendo a “introdução de métodos científicos na agricultura, a mecanização dos trabalhos culturais e a conservação do solo”, sendo que “outros setores da agricultura” também já estariam abandonando “os métodos rotineiros e anacrônicos”. O grande aumento da produção de soja era atribuída “à lavoura mecanizada de trigo, pois aquela leguminosa está sendo cultivada nas chamadas ‘restingas’ do cereal rei”.

Em contraposição ao que seriam as “precaríssimas condições de vida das populações rurais das zonas pastoris dos Estado sulinos”, a expansão capitalista teria contido o êxodo rural e os “peões de fazenda, cujo trabalho se tornava excedente nas estâncias e que iriam engrossar o exército de ‘marginais’ cidadão, encontraram serviço nas

⁷⁶ Santa Catarina. ACARESC. Plano Diretor de Extensão Rural: 1970. Florianópolis: ACARESC, 1970. p. 06-70.

⁷⁷ Grupo de Trabalho do Trigo. Relatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Florianópolis: 1961, p. 12-13.

lavouras mecanizadas de trigo”⁷⁸. Além disso, a mecanização estaria promovendo “a transformação do homem”. O documento reproduz quase na íntegra, trechos de um artigo escrito por Paulo Schilling em 1958 e, posteriormente, publicado num pequeno livro do autor para a coleção Cadernos do Povo Brasileiro, o que evidencia mais uma vez o quanto os mesmos discursos circulavam em espaços políticos os mais diversos:

“É difícil reconhecer no tratorista de hoje, o peão da fazenda de ontem. A capacidade da adaptação de nosso camponês aos modernos métodos da técnica é admirável, constituindo eloqüente desmentido dos que pregam a incapacidade do homem brasileiro”⁷⁹.

Fica explicitado que a introdução de novas tecnologias no meio rural e a tão propalada racionalização da produção passariam pela constituição de novos sujeitos sociais⁸⁰. A reabilitação do homem brasileiro seria um produto da tecnologia, rechaçando-se a idéia de que as mudanças culturais dependeriam de questões raciais. Da raça à cultura, sendo esta última tomada como uma decorrência da tecnologia, marcando uma grande mudança de perspectiva em relação ao início do século: agora o atraso não mais seria atávico ou inato em populações consideradas racialmente inferiores, podendo ser superado através de intervenções técnico-científicas na cultura.

O extensionismo catarinense também não deixou de estabelecer essa vinculação entre tecnologia e mudanças de comportamentos culturais. Num artigo publicado em 1971, Glauco Olinger manifestava o entusiasmo com a possibilidade de transformar o agricultor em “super-homem”, através das novas técnicas que estariam à sua

⁷⁸ Ibid. p. 13.

⁷⁹ Ibid. p. 14.

⁸⁰ SCHILLING, Paulo R. O que é reforma agrária? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 32-33.

disposição. Inspirado em uma publicação norte-americana, o autor vislumbrava que o homem do campo do “ano 2000” produziria “uma abundância duas a cinco vezes mais do que hoje”, com a ajuda de “uma estação de controle equipada com uma ampla variedade de maravilhas eletrônicas e ferramentas superiores”. E prossegue:

“Os tratores serão teledirigidos e suas rotas serão traçadas por aparelhos semelhantes ao radar.

“As vacas terão quadruplicado a produção atual e o leite também será fabricado, artificialmente, a partir de cenouras, vagens de ervilhas e outros vegetais.

“Óvulos férteis serão transplantados de vacas de alta produção para animais incubadores permitindo que uma vaca superior possa, durante sua vida, gerar mil crias, em comparação com a média de dez, na atualidade.

“Cúpulas de plástico e vidro cobrirão áreas de mais de 10 hectares, controlando totalmente as condições ambientais para o crescimento das plantas.

“Rodando apenas um disco, o agricultor propiciará água, luz e fertilizantes em proporções exatas para as culturas.

“Colher-se-á 6 a 8 vezes mais por hectare do que se colhe hoje nos Estados Unidos.

“Os tratores agrícolas serão movidos por energia elétrica, células de combustível ou baterias. Serão equipados de tal forma que as colheitas serão feitas simultaneamente aos novos plantios.

“Muitos dos equipamentos serão aéreos para efeito de irrigação e outras práticas necessárias”⁸¹.

Discursos como este parecem evocar uma enorme fábrica rural, dotada dos mecanismos os mais modernos e de toda sorte de automatismos. Transparece uma nova forma de percepção do mundo rural, tomado como um espaço a ser cada vez mais tecnologizado e com ritmos produtivos industriais. A ACARESC deveria preparar os agricultores catarinenses para a convivência com todas essas “maravilhas”. No início dos anos 70, o extensionismo rural proclamava “o início de uma nova era na agricultura

⁸¹ OLINGER, Glauco. *Agricultor será Super-Homem*. in Fundação IBGE et alli. Agro-informativo de Santa Catarina. nº 4, Florianópolis: Jan/1971. p. 3.

catarinense: a era da tecnologia”. A produção de 6.600 quilos de milho por hectare e a proteção de 14.000 hectares de terra contra a erosão seriam os resultados visíveis da “exploração da terra em bases empresariais visando a elevação da produtividade do trabalho do agricultor”. Em outra passagem afirmava-se: “a ACARESC treina o hoje do amanhã, o Homem de daqui a pouco...”⁸²

Cabe reafirmar que não trata-se aqui de defender uma noção histórica determinista na qual os agricultores seriam seres passivos e sem possibilidade de retrucar o discurso que o extensionismo procurou institucionalizar a seu respeito. Estamos refletindo sobre a visão que uma parte significativa da tecnocracia estatal procurou impôr a respeito da população rural e de como a tecnologia reveste-se de objetivos políticos muito claros, tendo sido eleita pela extensão rural como a arma privilegiada para a construção de novos sujeitos sociais, num processo de mitificação de uma “razão vitoriosa”. Agindo assim, rompemos com noções como a de sujeito universal ou de objetos substancializados. Os homens, os grupos, as classes, os tipos sociais estão sempre por fazer-se, “têm uma apreensão ativa do mundo”, como aponta Bourdieu. Porém, como o autor também afirma, “essa construção é operada sob coações estruturais”, ou seja, “como as disposições perceptivas tendem a ajustar-se à posição, os agentes, mesmo os mais desprivilegiados, tendem a perceber o mundo como evidente e a aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar, especialmente quando se olha a situação dos dominados como o olho social de um dominante”. Com isso “as representações dos agentes” variariam “segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social”⁸³.

⁸² Santa Catarina. ACARESC. Extensão rural: relatório anual 1970. Florianópolis: ACARESC, 1971. p. 05-43.

⁸³ BOURDIEU, Pierre. *Op Cit*, 1990. p. 158.

Portanto, não é possível deixar de perceber no discurso extensionista uma vinculação ao lugar social de onde é proferido, suas relações com a formação do que poderíamos chamar de uma governamentalização tecnocrática que atribuiu-se o poder e a autoridade para estabelecer um processo de seleção dos agricultores que poderiam conviver com o capitalismo. Nesse aspecto, é importante ressaltar a relação que se pretendia estabelecer entre os agricultores e o crédito rural. A Extensão Rural passou a desempenhar o papel, especialmente na década de 70, de “extensão dos bancos”, fiscalizando as “aplicações do crédito rural”. Um dos incentivos para os agricultores receberem os extensionistas era o acesso ao crédito⁸⁴. Segundo Glauco Olinger, a idéia que prevalecia nas primeiras décadas de existência do extensionismo rural no Brasil “era de que o financiamento acompanhado de assistência técnica econômica e social, através de processo educativo, seria a mola propulsora do desenvolvimento da agropecuária e, conseqüentemente, da elevação da renda e do nível de vida das famílias rurais”⁸⁵. No discurso da ACARESC o crédito foi tomado como “um instrumento de trabalho para conseguir as mudanças necessárias nos processos de exploração da empresa rural e sua conseqüente capitalização”, operando como um selecionador daqueles agricultores que tivessem “características de liderança e mentalidade progressista”⁸⁶.

Através de crédito e tecnologia o extensionismo rural pôs em prática uma dinâmica de exclusão e inclusão que buscou legitimidade num discurso tecnicista, supostamente neutro. Para romper com essa representação da tecnologia, é preciso colocá-la no campo das relações e dos conflitos sociais, tomando-a como manifestação cultural que impõe valores e constrói dispositivos para sua prática e interiorização no conjunto da

⁸⁴ YU, Chang Man. Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: Instituto de Agricultura do Paraná, 1988. p. 69.

⁸⁵ OLINGER, Glauco. Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 256-247.

⁸⁶ ACARESC. Plano Diretor para 1963. Florianópolis: ACARESC, 1963. p. 5.

sociedade. Sem fetichizar a técnica é possível tomá-la como elemento constituidor e legitimador de sujeitos e práticas sociais, adotando uma perspectiva histórica que desfaça certas convicções naturalizadas.

A modernização não implicou modificações apenas na base técnica da produção, mas principalmente provocou mudanças na organização da produção e nas relações sociais e culturais, as quais foram pensadas segundo uma lógica tecnocrática. Esse processo levou à exclusão dos agricultores de subsistência e o privilegiamento daqueles que assimilaram a mentalidade empresarial, a racionalidade do lucro, constituindo o que os extensionistas chamaram de “empresas familiares”. Técnicas expressam relações sociais: técnicas no capitalismo, são técnicas capitalistas.

Todos os discursos da ACARESC vinham lastreados no processo de mecanização crescente da agricultura brasileira e catarinense. Em 1959 a Ford começou a produzir tratores no Brasil o que serve como um indicativo importante, porque a tratorização pressupõe a introdução de outros implementos na agricultura. Alguns anos antes, o governo de Santa Catarina havia implantado o já referido programa “patrulhas mecanizadas”, mais uma das tentativas anteriores à fundação da ACARESC de levar a “modernização” ao campo. Os discursos da época mostram que o objetivo era despertar “o interesse na compra de máquinas agrícolas”⁸⁷, certamente beneficiando importadores e industriais. Só no território catarinense, o número de tratores “passou de 41, em 1950, para 1.049, em 1960”⁸⁸. Logo todo o país passou a ser um grande mercado mundial para tecnologias agropecuárias, tornando-se, por exemplo, o 3º comprador de agrotóxicos⁸⁹.

⁸⁷ Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Serviços Especiais. Relatório do Serviço de Documentação, Informação e Associativismo. Florianópolis: 1956. p. 140.

⁸⁸ CEAG/SC. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVIII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980. p. 125.

⁸⁹ NETO, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 29-30.

Cabe acrescentar que, segundo o estudo “Estrutura Agrária — Evolução em Santa Catarina, 1960-1980”, todo o processo de transformações na agricultura brasileira desde os anos 50 não atingiu em Santa Catarina a amplitude e a profundidade de outras regiões, onde o impacto foi mais sentido. O ritmo e as características das mudanças que foram sendo implantadas no país apresentam diferenças no Estado. Ressaltam-se como fatores especificamente catarinenses que motivariam esta situação, a predominância de uma pequena produção fortemente regionalizada, dificultando a monopolização de capitais, território e população diminutos, além da topografia acidentada⁹⁰.

Fazendo um levantamento das transformações ocorridas em Santa Catarina, o estudo indica que nos anos 60 “estava em vias de completar-se a ocupação do território catarinense, o que se concretizou em meados da década”. Desde então, a área agrícola que representava “pouco mais de 60% da área global do Estado” passou a estar próxima de 80% em 1980. Neste mesmo ano a área em exploração chegou a 6,1 milhões de hectares, indicando crescimento da ordem de 25% em duas décadas, sendo que “dessa área, a parcela onde efetivamente se investe trabalho (áreas de lavouras, de pastagens e de matas plantadas) passou a lhe equivaler 45,5%”, em comparação aos 27,5% de 1960⁹¹.

Em todo esse quadro seria possível verificar “uma efetiva tecnificação nas bases produtivas da agricultura catarinense”, especialmente na década de 70. As despesas de custeio da produção agrícola aumentaram em 1.530% entre 1960 e 1980, com grande utilização de fertilizantes, rações e produtos veterinários. Houve “o estreitamento da interligação do agricultor com o mercado”, transformações que, “além de monetarizar a vida do produtor rural” o tornaram “consumidor de tecnologias não necessariamente adequadas às condições edafoclimáticas e sócio-econômicas deste Estado”, estabelecendo

⁹⁰INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Estrutura agrária: evolução em Santa Catarina 1960-1980. Florianópolis, 1984. p. 13.

⁹¹ Ibid. p. 14.

novas categorias e diferenciações sociais entre os agricultores “de acordo com as formas de sua sujeição ao capital”. Concluindo sobre o aprofundamento da tecnificação na agricultura, o estudo sugere que teria ocorrido um “estreitamento do leque produtivo” e a “substituição da força de trabalho por meios de produção”⁹².

Conforme o mesmo documento, “o regime de posse e uso do solo agrícola”, ou seja a estrutura fundiária de Santa Catarina, mostrava em 1980 “uma evolução na mesma direção que a verificada para a nação brasileira em termos globais: a da concentração”. Porém, o regime de pequenas propriedades característico do Estado teria contribuído “decisivamente para diminuir o ritmo do movimento concentracionista”. Pelo “índice de Gini” — que estabelece uma escala entre “zero” (não haveria concentração alguma) e “um” (concentração absoluta) —, Santa Catarina teria uma estrutura agrária caracterizada por “concentração forte”, tendo passado de um índice de 0,667 em 1960, para 0,678, em 1980. Nos anos 70, “os estabelecimentos de área superior a 500 hectares” teriam acelerado “seu processo de incorporação de área, crescendo também em número”, enquanto teria tornado-se “visível o fracionamento dos estabelecimentos de menor tamanho”. Estaria “patente a existência de uma tendência à concentração de terras deste Estado, através da expansão da produção capitalista, seja ela de lavouras permanentes (maçã), de lavouras temporárias (soja, principalmente), de reflorestamento e de pastagens”⁹³.

De maneira geral, indica-se que “um dos reflexos mais palpáveis de todo esse processo desenvolvimentista” seria “a situação da carência de terra” de “parcela ponderável” dos produtores rurais⁹⁴.

Quanto à composição da mão-de-obra rural catarinense, a “renovação tecnológica” também teria acarretado uma série de modificações, sentindo-se inicialmente a

⁹² *Ibid.* p. 15-17.

⁹³ *Ibid.* p. 27-36.

⁹⁴ *Ibid.* p. 50.

“retração da população rural estadual como um todo”, passando de 68% em 1960, para 41% vinte anos depois. Porém o contingente de pessoal ocupado no conjunto da população agrícola manteve-se em ritmo de crescimento no período, indicando “a grande dimensão ainda alcançada pelos pequenos estabelecimentos rurais do Estado”, pois mesmo perdendo posição, continham “a imensa maioria de mão-de-obra rural”. Mesmo assim, proporcionalmente, a força de trabalho familiar teve um “ligeiro declínio” no total da mão-de-obra agrícola, passando de 91,5% em 1960, para 89% em 1980. Queda verificada “exatamente na fase de intensificação do uso de tratores e implementos agrícolas”. O estudo deduz que, timidamente, começou a haver substituição da força de trabalho familiar e de parceiros pela de empregados, deixando “claro o crescimento do setor empresarial” especialmente na faixa de propriedades acima de 200 hectares, nas quais “mais da metade da mão-de-obra ocupada” constituiu-se de “empregados”. Ressalta-se, uma vez mais, o processo de “monetarização das atividades agrárias”, com o que perdeu-se a possibilidade “dos elementos não monetários no pagamento dos empregados rurais”, o que acarretaria “numa ponta, a expulsão de mão-de-obra e, na outra ponta, a maior qualificação da remanescente”. O capital investido nas atividades agrícolas orientou-se cada vez mais para a elevação da composição técnica da produção, traduzindo-se, por exemplo, “num incremento da relação entre tratores e a área explorada de 0,2 tratores/1.000 hectares a 5,5 tratores/1.000 hectares (aumento de 2.270%) entre 1960 e 1980”⁹⁵.

O crédito rural funcionava como impulsionador desse processo de transformação dos proprietários em capitalistas, de tal forma que logo os extensionistas transformaram-se em vendedores de máquinas. A agricultura perdeu sua autonomia para a indústria, tornando-se um mercado para os artigos industrializados, os quais nem sempre são adequados para países tropicais. Além do mais, a tentativa de o capital subordinar a

⁹⁵ Ibid, p. 45-68.

natureza e impôr “sistemas de fábricas”, quase sempre ineficientes, ocasiona problemas ecológicos: “os novos seres fabricados pela busca do lucro máximo e imediato perdem a rusticidade, tornando-se mais susceptíveis às pragas e doenças e mais exigentes em nutrientes e água”. Foi o que ocorreu com a Revolução Verde, cujas “sementes milagrosas”, implicavam a introdução de um complexo pacote tecnológico desenvolvido em laboratórios e que estavam ao alcance apenas dos grandes produtores. É um ciclo vicioso, no qual o uso de fertilizantes provoca o aparecimento de pragas, as quais precisam ser controladas por venenos cada vez mais caros e danosos⁹⁶.

De tudo isso pode-se mais uma vez reafirmar que as técnicas são fatos sociais e, portanto, precisam ser encaradas segundo uma perspectiva política. O chamado progresso técnico resulta de coações de toda ordem e o caso do extensionismo rural é bastante ilustrativo. A fidelidade do agricultor em relação a métodos de trabalhos considerados atrasados não resultaria de um apego sentimental a formas “tradicionais” de vida e de trabalho⁹⁷, como se o agricultor atingido pelo discurso extensionista apenas não compreendesse o que fosse melhor para si. A necessidade da existência da Extensão Rural talvez possa ser explicada pelo desenvolvimento de uma luta no interior do “universo das técnicas”, onde o que esteve em jogo era a imposição de um novo saber-fazer, tendo como correlato novos sujeitos sociais. O emprego de uma nova tecnologia não é uma mera questão de substituição de processos de trabalho superados por outros mais eficientes já que os arados manuais e a enxada não foram esquecidos tão logo foi inventado o trator. Pelo contrário, pode-se perceber nos discursos da ACARESC, que foi preciso convencer e até construir sujeitos sociais que sentissem a necessidade e estivessem aptos a empregar uma nova forma de trabalho. Este conflito pode ser localizado no interior do discurso

⁹⁶ NETO, Francisco Graziano. Op Cit. p. 87-88.

⁹⁷ MICELI, Paulo C. . Os homens e suas pontes: comentário sobre a história da técnica. In Resgate, nº 01. Campinas: Centro de Memória - Unicamp. p. 57-75.

extensionista com sua ênfase na urgência da constituição de um “novo” agricultor, dotado de “mentalidade progressista”, produtivista e, fundamentalmente, capitalista. Projetos de todos os tipos dirigiram-se ao meio rural brasileiro com o passar dos tempos. Uma das suas características básicas foi a exclusão da grande maioria da população agrícola em favor dos grandes valores do mercado e do trabalho racional. O extensionismo rural foi mais um dos componentes deste processo de subordinação econômica e simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Por esse tempo o doutor passou por lá e ficou admiradíssimo da transformação do seu doente.

“Esperava que elle sarasse, mas não contava com tal mudança.

“Jéca o recebeu de braços abertos e apresentou-o à sua mulher e aos filhos.

“A mulher dava gosto ver, de tão corada e roliça que ficou. Os meninos cresciam viçosos, e viviam brincando, contentes como passarinhos.

“E toda a gente alli andava calçada. Jéca adquiriu tanta fé no calçado que metteu botinas até nos pés dos animaes caseiros!

(...)

“Jéca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas.

(...)

“Resolveu ensinar o caminho da saúde e da riqueza aos caipiras das redondezas, que viviam ainda num miserável estado de doença e penúria.

(...)

“E assim foi. Jéca até o fim da vida outra coisa não fez senão curar os doentes que não sabiam que eram doentes”¹.

A exemplo do Jéca Tatu, a ACARESC também pretendeu assumir para si a tarefa de curar doentes que não sabiam de sua moléstia: o atraso, a mentalidade rotineira, a não adaptação aos ritmos necessários para viver numa sociedade capitalista industrial. O

¹ LOBATO, Montciro. Jeca Tatuzinho. in D.O. Leitura/Cultura. nº 152. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, fev/1996. p. 8-9.

agricultor foi localizado, avaliado e classificado segundo os critérios da racionalidade técnica, devendo ser submetido a uma rigorosa reforma de condutas.

O predomínio da cidade sobre o campo, que marcou a entrada da sociedade brasileira na era industrial, teve como uma de suas marcas a expansão do capitalismo pelo meio rural brasileiro, transformando uma série de relações sociais. Desse intenso e complicado processo, houve a tentativa de isolar aqui um pequeno aspecto, porém muito importante. As formulações de discursos sobre o agricultor brasileiro, muito em especial os dotados de pouca ou nenhuma terra, passaram a tomá-lo como um entrave a ser superado, um obstáculo que precisava ser vencido, para que o “novo” Brasil, moderno e capitalista, se impusesse e homogeneizasse o país.

Para a convivência com esse país “adiantado”, o país “atrasado” precisaria sofrer um processo de reelaboração, de reconstrução, algo que estava muito claro em toda uma formação discursiva compartilhada pelos mais diversos segmentos do campo político e intelectual brasileiro. Aproveitando essa “metalinguagem”, esse conjunto de discursos, a Extensão Rural posicionou-se e apresentou-se como “a” solução para os problemas nacionais. Deveria ocorrer o processo de formação de um novo agricultor, um novo sujeito social, fruto de intervenções sobre corpos, cabeças e hábitos, de modo a servirem melhor aos novos aparelhos de produção.

A ACARESC fez-se ouvida e legitimada, conseguindo o poder simbólico para estabelecer os discursos autorizados sobre o meio rural catarinense. Um poder que, conforme Bourdieu, procura se deixar ver menos, torna-se ignorado, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Cabe acentuar uma última vez “que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder”, sendo que fazem parte da luta pela imposição da definição legítima e autorizada do mundo social, isto é, a

capacidade de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer”, procurando obter o reconhecimento que ignora sua arbitrariedade. Enfim, o poder simbólico “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”².

A Extensão Rural valeu-se do recurso da autoridade científica que lhe conferiu uma auto-representação de neutralidade e afastamento de posições políticas. Isso possibilitava ainda maiores efeitos de verdade para suas falas, as quais só começaram a ser revistas no momento em que não mais haviam ouvintes para seu discurso. A partir daí, nunca é demais lembrar, uma série de autocríticas que haviam permanecido sem ouvintes durante muito tempo, começaram a questionar internamente os rumos da Extensão Rural, demonstrando o quanto de heterogeneidade estava presente naquele discurso.

Um discurso autorizado que preconizou um novo agricultor como resultado de novas tecnologias, num processo em que a técnica apareceu despida de qualquer conotação meramente econômica e assumiu sua característica política irreduzível. Trataria-se de impôr mudanças culturais através da tecnificação crescente das relações sociais, daí surgindo sujeitos produtivos, “úteis e dóceis”, através dos hábitos, dos comportamentos, dos modos e usos de trabalho, sem mais recorrer a qualquer discurso racial.

Foram construções discursivas que tiveram uma grande sobrevivência, persistindo durante muito tempo como uma forma de tangenciar a questão da reforma agrária, sempre impedida de ser concretizada em nome, entre outros argumentos, de uma suposta ausência de educação ou “vocaçãõ” do pequeno produtor rural brasileiro para as “lidas” do campo. No momento em que um forte e legítimo movimento organizado de trabalhadores rurais sem-terra torna pública e reconhecida a necessidade de transformações

² BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 7-15.

na estrutura agrária brasileira, voltam à cena as velhas noções que procuram desclassificar os pequenos agricultores, tomados como incapazes de responder à competitividade e eficiência capitalistas num mundo que não mais comportaria a produção em pequena escala.

Procurou-se aqui, entre outros objetivos, ao menos ensaiar uma forma de abordar as relações econômicas sem tomá-las como anteriores ou posteriores à dimensão cultural, determinantes ou condicionadas. Trata-se, sim, de compreender que a economia é parte constitutiva da produção cultural de uma sociedade, o que não também implica que a reflexão e as análises econômicas também necessitam ser historicizadas.

Todo o arcabouço teórico utilizado pelo extensionismo rural foi tomado de empréstimo às mais corriqueiras interpretações que foram produzidas na época para a classificação da sociedade brasileira, as quais em muito deviam a uma maneira de ver o Brasil que acabava tomando a maior parte da população como um entrave ao desenvolvimento. Desconstruir esse tipo de discurso que sempre teve grande dimensão neste país, é também uma forma de intervenção social, não ficando o trabalho historiográfico apenas no campo das intenções e críticas a projetos alheios, mas oferecendo a possibilidade da reflexão e constantemente lembrando que tudo o que parece já naturalizado e consensualizado, tem uma história, foi socialmente construído nas disputas e conflitos sociais.

E, finalmente, novamente é possível recorrer à estória do Jéca, a qual termina com a seguinte manifestação de Monteiro Lobato, que talvez sirva para sintetizar uma das grandes questões presentes no discurso extensionista, que nunca deixou de ser a expressão de um “alto negócio”:

“Menino! Nunca te esqueças desta história; e, quando fores homem, trata de imitar o Jéca. Se fores fazendeiro como teu pae, trata de curar teus camaradas. Além de lhes

fazeres um grande beneficio, farás para ti um alto negócio. Verás que o trabalho dessa gente produzirá três vezes mais e te enriquecerá muito mais depressa”.

A utopia do Jéca, uma utopia das elites — de certa maneira incorporada pela Extensão Rural em Santa Catarina — acabou permanecendo como uma alegoria bastante representativa da maneira como o desenvolvimento brasileiro foi pensado ao longo do tempo, ou seja, enriquecendo muito poucos e promovendo exclusão social.

Fontes

1. Documentação Governamental

Santa Catarina. Governador João Guimarães Pinho. Mensagem do Presidente do Congresso Representativo, no exercício do cargo de governador. Florianópolis: 1915.

Santa Catarina. Governador Raulino Julio Adolpho Horn. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo. Florianópolis: 1922.

Santa Catarina. Governador Hercílio Pedro da Luz. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo. Florianópolis: 1923.

Santa Catarina. Governador Pereira da Silva e Oliveira. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1924, pelo Cel. Antonio Pereira da Silva e Oliveira, Vice-governador, no exercício do cargo de governador do Estado de Santa Catarina.

Santa Catarina. Governador Adolfo Konder. Conclusões aprovadas pelo Congresso das Municipalidades catarinenses. Florianópolis: 1927.

Santa Catarina. Governador Adolfo Konder. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1929.

Santa Catarina. Governador Nereu Ramos. Relatório apresentado pelo Dr. Manoel Pedro Silveira, Secretário do Interior e Justiça ao Exmo. Dr. Nereu Ramos, Governador do Estado. Florianópolis: 1936.

Santa Catarina Governador Nereu Ramos. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor federal no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1938.

Santa Catarina. Governador Aderbal Ramos da Silva. Reunião Econômico-Agrícola do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1947.

- Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Discursos. Florianópolis: 1956.
- Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1951.
- Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1952.
- Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1953.
- Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1954.
- Santa Catarina. Governador Irineu Bornhausen. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1955.
- Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1956.
- Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1957.
- Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1958.
- Santa Catarina. Governador Jorge Lacerda. Um Ano de Trabalho: discurso proferido no palácio do governo, em 31 de janeiro de 1957, por ocasião da passagem do primeiro aniversário da sua administração. mimeo.
- Santa Catarina. Governador Heriberto Hülse. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1959
- Santa Catarina. Governador Heriberto Hülse. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1960.
- Santa Catarina. Governador Heriberto Hülse. Discurso proferido em a noite de 30 de janeiro de 1960, por ocasião do transcurso de 4º aniversário do governo. Florianópolis: 1960.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 1ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1961.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 2ª Mensagem Anual Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1962.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 3ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1963.

- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 4ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de Abril de 1964.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. 5ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1965 (incluindo anexo 2: Plameg e anexo 9: crédito)
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 1º ano de trabalho. Florianópolis: 1962.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 2º ano de trabalho. Florianópolis: 1963.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 3º ano de trabalho. Florianópolis: 1964.
- Santa Catarina. Governador Celso Ramos. Plano de metas do governo: 4º ano de trabalho. Florianópolis: 1965.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 2ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1967.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 3ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1968.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 4ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1969.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. 5ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa. Florianópolis: 1970.
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. Discurso do Governador Ivo Silveira no 3º aniversário de sua administração. Florianópolis: 1967
- Santa Catarina. Governador Ivo Silveira. II Plano de metas do governo: execução do 1º ano. Florianópolis: 1966
- Santa Catarina. Governador Colombo Machado Salles. Mensagem à Assembléia Legislativa: Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: 1971.
- Santa Catarina. Governador Colombo Machado Salles. Mensagem à Assembléia Legislativa: Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: 1972.
- Santa Catarina. Governador Colombo Machado Salles. Mensagem à Assembléia Legislativa: Ação Catarinense de Desenvolvimento - ano 2. Florianópolis: 1973.
- Santa Catarina. Governador Colombo Machado Salles. Mensagem à Assembléia Legislativa: Ação Catarinense de Desenvolvimento - ano 3. Florianópolis: 1974.

- Santa Catarina. Governador Colombo Machado Salles. Unir para desenvolver Santa Catarina: 1971-1975. Florianópolis: 1975.
- Santa Catarina. Governador Antônio C. K. Reis. Plano de governo: 1975-1979. Florianópolis: IOESC, 1975.
- Santa Catarina. Instituto de Reforma Agrária. Relatório do Exercício de 1964. Florianópolis: 1965.
- Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Serviços Especiais. Relatório do Serviço de Documentação, Informação e Associativismo. Florianópolis: 1956.
- Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Serviços Especiais. Relatório dos serviços de estudo e pesquisas, meteorologia e oficina mecânica. Florianópolis: 1956.
- Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Agricultura: programa de trabalho para o período 1961/1965. Florianópolis: 1960.
- Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Condensação do relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, referente ao exercício de 1960. Florianópolis: 1960
- Santa Catarina. Secretaria da Agricultura. Plano de Assistência Técnica Agropecuária 1961-1965. Florianópolis: 1966.
- Santa Catarina. Secretaria dos Negócios da Agricultura. Situação da agropecuária catarinense. Florianópolis: 1969.
- Santa Catarina. Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Hercílio Pedro da Luz (Vice-governador no exercício do cargo de Governador do Estado), pelo Dr. Adolfo Konder, Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, em 1º de Maio de 1919.

2. Documentação da ACARESC

- ACARESC. Centro de Treinamento de São Ludgero: capacitação de produtores rurais e aperfeiçoamento de técnicos. Florianópolis: 1977.
- ACARESC. Consumo e hábitos alimentares do meio rural catarinense. Florianópolis: ACARESC, 1972.
- ACARESC. Extensão rural: relatório anual 1970. Florianópolis: ACARESC, 1971.
- ACARESC. Plano Diretor para 1963. Florianópolis: ACARESC, 1963.

- ACARESC. Plano Diretor para 1965. Florianópolis: ACARESC, 1965.
- ACARESC. Plano Diretor para 1966. Florianópolis: ACARESC, 1966.
- ACARESC. Plano Diretor para 1969. Florianópolis: ACARESC, 1969.
- ACARESC. Plano Diretor de Extensão Rural: 1970. Florianópolis: ACARESC, 1970.
- ACARESC. Plano Diretor 1972: extensão rural. Florianópolis: ACARESC, 1972.
- ACARESC. Plano Diretor para 1974. Florianópolis: ACARESC, 1974.
- ACARESC. Rádio em Extensão Rural. Florianópolis: ACARESC, s/d.
- ACARESC/ETA-Projeto 17. Programa 1957-1958. Florianópolis: 1957.
- ACARESC/ETA-Projeto 17. Relatório de Atividades do 2º trimestre de 1958. Florianópolis: 1958.
- ACARESC/ETA-Projeto 17. Relatório de Atividades do 4º trimestre de 1958. Florianópolis: 1958.
- ACARESC. Relatório de atividades, 1964. Florianópolis: 1965.
- ACARESC. Extensão Rural: relatório do 2º semestre de 1966. Florianópolis: 1966.
- ACARESC. Extensão Rural: relatório anual, 1971. Florianópolis: 1972.

3. Periódicos

Boletim Faresc. 1961.

Agro-informativo de Santa Catarina. 1970-1974.

Agropecuária Catarinense. 1988-1997.

Expressão. 1993.

O Dezessete. 1957.

4. Entrevista

Entrevista concedida por Cristóvão Andrade Franco à Reinaldo Lindolfo Lohn, em 05/set/1996.

5. Livros que foram utilizados como fontes primárias

ABREU, Alcides. Ensaio sobre a economia catarinense. Florianópolis: EDEME, 1970.

BECHARA, Miguel. Extensão agrícola. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1954.

DALRYMPLE, Martha. The AIA Story: two decades of International Cooperation. New York: AIA, 1968.

DERECH, Estevo Machado. Aspectos metodológicos da formação profissional rural. Florianópolis: ACARESC, 1978. mimeo.

Encontro sobre a Extensão Rural em Santa Catarina (I). Coletânea. Florianópolis: EMATER/ACARESC, 1982

LIMA, J. Pinto et alii. Técnicos para o desenvolvimento da agricultura: formação profissional, mercado de trabalho. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961.

MARIGHELLA, Carlos et alii. A questão agrária: textos dos anos 60. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MARQUES, Aguinaldo N. De que morre nosso povo?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

OLINGER, Glauco. Desenvolvimento e estratégia de ação: Extensão Rural. Florianópolis: ACARESC, s/d.

_____. Política Agrária. Florianópolis: ACARESC, 1964.

_____. Política para Centros de Treinamento. Brasília: EMBRATER, 1983.

PAIVA, Ruy Miller. Problemas da Agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1954.

PIAZZA, Walter F. O papel do antropólogo nos programas de desenvolvimento de comunidade e cinco trabalhos executados. Florianópolis: 1961, mimeo.

PRODOHL, Augusto Sylvio. BRDE no desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 1970.

TIMMER, Willy Johanan. Planejamento do trabalho em extensão agrícola: bases e diretrizes da agronomia social aplicada com referência especial ao Brasil e outros países da América Latina. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1954.

6. Outros

Banco do Estado de Santa Catarina. Situação da Economia Agropecuária catarinense. Florianópolis: 1962.

EMBRATER. Política para Centros de Treinamento. Brasília: 1983.

FARESC. Relatório da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1956.

FARESC. Relatório da Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1957.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. 1º Congresso de trabalhadores na agricultura do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1962.

Grupo de Trabalho do Trigo. Relatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Florianópolis: 1961.

Relatório das sessões plenárias do 1º Congresso Catarinense de Cooperativismo. Chapecó: 12 a 14 de outubro de 1970.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. A vitória da razão: o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1993.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- AUED, Bernardete Wrublesk. A vitória dos vencidos: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas. Florianópolis: UFSC, 1986.
- AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos. (Tese de doutorado) São Paulo: PUC, 1991.
- BARREIRO, Iraide Marques de Freitas. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas a Juscelino. in Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964. vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 149-165.
- BARTHES, Roland. Mitologias. São Paulo: Difel, 1982.
- BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. (Dissertação de Mestrado em História) Campinas: Unicamp, 1985.
- BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas Gerais. in Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964. Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 73-86.
- BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estrutura temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- _____. Lições da aula. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. A economia das trocas lingüísticas. In ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. p. 145-183.
- BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância - sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. in Revista Brasileira de História. Sociedade e trabalho na história. São Paulo: Marco Zero. vol. 6 n. 11. set. 1985/fev. 1986. pp. 7-44.
- _____. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da Agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). in FAUSTO, Boris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). Tomo III, 3º volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 125-127.
- CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CASTRO, Ana Célia et alli. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações. Brasília: Binagri, 1979.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história: lavradores livres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CEAG/SC. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVIII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.
- CHARTIER, Roger. A História cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.
- COSTA, Emília Viotti da. Dialética invertida: 1960-1990. in Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964. Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. p. 9-26.

- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.
- COSTA, M. Vaz. Extensão Rural. Porto Alegre: Ed UFRS, 1982.
- CUNHA, Idaulo José. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- D'ÊÇA, Othon. Aos espanhóis confinantes. Florianópolis: FCC, FBB, UFSC, 1992.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: Ícone, 1985.
- DIAS, José de Souza (org.). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. in MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FIORIN, José Luiz. O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.
- FONSECA, Márcio Alves. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: Educ, 1995.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC, nº 16, 1979.
- _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas exposições nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). in Revista Brasileira de História. Estruturas agrárias e relações de poder. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 11, nº 22, mar/ago, 1991.
- FURTADO FILHO, Dorvalino et allie (orgs.). Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos. Florianópolis: Epagri, 1996.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. São Paulo: Ática, 1984.

- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Estrutura agrária: evolução em Santa Catarina 1960-1980. Florianópolis, 1984.
- IOKÓI, Zilda Márcia Gricoli. Os problemas do desenvolvimento na América Latina frente aos descaminhos da modernidade. in Revista Brasileira de História. Representações. vol. 15, nº 29. São Paulo Anpuh/Contexto, 1995. p. 123-138.
- JAMBEIRO, Marusia de Brito. Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1973.
- KAWAMURA, Lili. Tecnologia e política na sociedade: engenheiros, reivindicação e poder. São Paulo: Brasiliense: 1986.
- KROTH, Léo Teobaldo et alie. Receptividade do consumidor de Florianópolis a hortigranjeiros sem agrotóxicos. In Agropecuária Catarinense. Florianópolis: Epagri. Vol. 9, nº 4, dez/1996. pp. 07-09.
- LAGO, Paulo Fernando. Contribuição ao estudo da rede urbana catarinense. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, 1965.
- LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste. Campinas: Unicamp, 1986.
- LEVY, Pierre. Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

- LOBATO, Monteiro. Jeca Tatuzinho. In D.O. Leitura/Cultura. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, nº 152, fev/96. p. 8-9.
- MACHADO, Eduardo Paes (coord) et al. Poder e participação política no campo. São Paulo: Cerifa, Salvador: CAR/CEDAP-CENTRU, 1987.
- MAINGUENAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes; Ed. Unicamp, 1993.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. Os camponenses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. A militarização da questão agrária. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital). Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. O Capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital). Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Nova Stella, 1988.
- MATHIEU, Márcia Regina de Andrade. Do camponês sem terra a uma terra sem camponês. Brasília: Edunb, 1992.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In Estudos: Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 4, julho de 1995: 50-65.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens. in História & Perspectivas. Questão da terra e modernização da agricultura. Uberlândia: UFU, nº 10, Jan/Jul 1994. p. 31-40.
- MICELI, Paulo C. . Os homens e suas pontes: comentário sobre a história da técnica. In Resgate, nº 01. Campinas: Centro de Memória - Unicamp. p. 57-75.
- MING, Lin Chan et allí. Uma história de luta. Brasília: Faser, 1991.
- MÜLLER, Geraldo. Complexo Agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec-Educ, 1989

- NETO, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil. in História & Perspectivas. Questão da Terra e Modernização da Agricultura. nº 10, Uberlândia: Ed Universidade Federal de Uberlândia, jan-jun/1994. p. 81-107.
- OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLINGER, Glaucio. Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil. Florianópolis: Epagri, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.
- POSTMAN, Neil. Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.
- PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: Estudos: Sociedade e Agricultura. Cultura e Imaginário, Natureza e Ecologia. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 4, julho de 1995: 5-27
- PROST, Antoine & VICENT, Gérard (orgs.). História da vida privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, José Paulo & WHARTON Jr., Clifton R. O programa ACAR em Minas Gerais, Brasil. in ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de & SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura: educação, pesquisa e assistência técnica. São Paulo: Pioneira, 1975.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Educação Rural e desenvolvimento. João Pessoa: Ed UFPB, 1984.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). In Revista Brasileira de História: historiografia e propostas práticas. São Paulo: Anpuh/Contexto, vol. 15, nº 30, 1995.
- ROSSI, Paolo. Os filósofos e as máquinas: 1400-1700. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica. São Paulo: Unesp, 1992.

- SAN MARTIN, Paulo. Agricultura suicida: um retrato do modelo brasileiro. São Paulo: Ícone, 1985.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a experiência do Plameg. Florianópolis: UFSC/UDESC, 1985.
- SEARA, Cesar. Aspectos da pecuária serrana catarinense. Florianópolis: Depto Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944.
- SEIBEL, Erni J. Ciclos institucionais e estilos de gestão pública: a trajetória da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1995, mimeo.
- SEIFFERT, Raquel Quadros. Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985). (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: UFSC, 1990.
- SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desatinos. In Revista USP: Dossiê Futebol. São Paulo: USP, n° 22, Jun-ago/1994. pp. 30-37.
- SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara: 1986.
- SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. in ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & SORJ, Bernardo (orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 164-190.
- SPERRY, Suzana. O olhar da exclusão: comunicação e tecnologia de poder na pesquisa e extensão. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1992.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (orgs.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.
- THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y conciencia de clase. Madri: Editorial Crítica, 1984.
- _____. A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TORRES, Alberto. O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização social. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIDAL, Diana Gonçalves. Técnica e sociedade no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: Hucitec; Salvador: CEPA-BA, 1986.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parceiros e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

YU, Chang Man. Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: Instituto de Agricultura do Paraná, 1988.